

12.3.9. Condições de Vida da População

12.3.9.1. Introdução

Neste item foi traçado um perfil social da população urbana e rural residente nos cinco municípios que fazem parte da Área de Influência Direta (AID) do futuro reservatório da UHE Tijuco Alto. São eles: Ribeira e Itapirapuã Paulista, no Estado de São Paulo, e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses, no Paraná, situam-se na região conhecida, no Estado de São Paulo, como Vale do Ribeira.

A população urbana objeto de análise é aquela residente na sede municipal de Cerro Azul, mais especificamente, no trecho urbano que margeia o rio Ponta Grossa e o bairro Quarteirão dos Órfãos, próximo ao rio Ribeira de Iguape. O enfoque específico neste município se deve por conta de ser Cerro Azul o único que terá parte de sua área urbana alagada. População rural é aquela que reside e distribui-se ao longo do rio Ribeira de Iguape, nos municípios já referidos. Tal estudo teve como objetivo montar o perfil da população afetada.

Os indicadores sociais utilizados para a análise, revelaram tratar-se de segmento social que vivencia inúmeras carências e necessidades, retratando um quadro de significativa fragilidade social. Cabe ressaltar que, a região na qual estão inseridos os municípios integrantes da área de interesse do empreendimento, caracteriza-se por uma baixa significância socioeconômica refletindo em indicadores sociais bastante insatisfatórios e, por conseguinte, em precárias condições de vida da maioria da população residente.

12.3.9.2. Procedimentos Metodológicos

A análise das condições de vida da população dos municípios componentes do Estudo de Viabilidade Ambiental da UHE Tijuco Alto se ateve aos recortes espaciais que os subdividiu nas áreas especificadas a seguir, cujas informações foram obtidas através de levantamentos de natureza secundária e primária, respectivamente:

- ✓ Área de Influência Direta (AID): municípios de Itapirapuã Paulista e Ribeira, no Estado de São Paulo, e por Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses, no Estado do Paraná.
- ✓ Área Diretamente Afetada (ADA): sub-compartimento da AID, formado pelo lago e a faixa de preservação permanente decorrente da criação do reservatório da UHE Tijuco Alto.

a) Levantamento e Análise dos Dados Secundários

Os dados secundários são analisados através de indicadores que permitam retratar a realidade social da população residente nesses municípios. As fontes utilizadas, basicamente, foram o *Atlas do Desenvolvimento Humano*, do PNUD, o *Censo 2000* e o *site Cidades*, do IBGE, o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) e IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) do Seade, os *sites* dos governos estaduais do Paraná e de São Paulo, além de bibliografia acadêmica. Para tanto, foram considerados:

- ✓ O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) municipal;
- ✓ Os sub-índices componentes do IDH (educação, longevidade e renda);
- ✓ Indicadores específicos mais detalhados relativos à:
 - Educação (taxa de alfabetização, analfabetismo entre adultos, acesso à escola, acesso por segmentos de idade, defasagem escolar);

- Renda (renda per capita, índice de Gini, intensidade de pobreza e indigência, detalhamento da concentração de renda por segmentos de população, desigualdade entre os mais ricos e pobres);
- Habitação (% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, eletricidade e coleta de lixo);
- Vulnerabilidade (esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, pessoas que vivem com parte da renda oriunda de benefícios oficiais).

A pertinência em utilizar-se de indicadores como o IDH, dá-se pelo fato de ser um índice mundialmente consagrado que permite a comparação entre qualquer município em qualquer parte do Brasil. O IDH permite avaliar o bem estar de uma população, classificando desde países, regiões ou municípios, através do progresso humano e da evolução das condições de vida das pessoas. Vai além de uma mensuração que leva em conta apenas a sua dimensão econômica. Assim, esse índice advém de uma busca constante por medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam também outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana.

O IDH foi criado no início da década de 90 para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano:

- ✓ Longevidade: reflete, entre outros aspectos, as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer.
- ✓ Educação: medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino: fundamental, médio e superior.
- ✓ Renda: medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação dessas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), sendo a combinação desses índices um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor do indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, o IDH é dividido igualmente em três “níveis”:

- ✓ acima de 0,8 é considerado “IDH alto”, ou reflete a situação considerada como desejável;
- ✓ entre 0,8 e 0,5 é considerado “IDH médio”, ou uma situação que, apesar de apresentar aspectos aceitáveis, ainda deverá ser incrementado;
- ✓ e menos que 0,5 é considerado “IDH baixo” ou uma situação na qual as condições de vida são significativamente precárias e na qual, governantes, sociedade civil e cidadãos devem se esforçar ativamente para a melhora da situação.

Ainda segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano*, a utilização adequada do IDH para o nível municipal exige certas adaptações. A questão básica é que o IDH foi inicialmente idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico (no sentido de que os membros da sociedade são os proprietários de, essencialmente, todos os fatores de produção) como do ponto de vista demográfico (no sentido de que não há migração temporária). Municípios, no entanto são espaços

geopolíticos relativamente abertos e por esse motivo foram realizadas algumas adaptações nos indicadores. Dessa forma, o PIB municipal, por não representar adequadamente a renda disponível dos moradores do município, foi substituído pela renda familiar per capita média do município.

Com respeito à educação, foram levados em consideração variáveis como a migração temporária, motivada pela busca de serviços educacionais eventualmente concentrados em alguns poucos municípios (como é o caso da educação superior). Isso faz com que a matrícula em um dado município possa ser muito pouco indicativa do investimento da população local em educação e, portanto, do grau presente e futuro de escolaridade desta população. Assim, no IDHM utiliza-se a frequência à escola como *proxy* de matrícula. Isso evita problemas como a duplicidade de contagem (se a pessoa se matricula em mais de uma instituição de ensino), além de captar se o aluno efetivamente está freqüentando ou não a escola, eliminando as desistências ocorridas após a realização de uma matrícula.

Um outro aspecto digno de nota é o processo de divisões municipais ocorrido durante a década de 90. O número de municípios brasileiros passou de 4491 em 1991, para 5507 em 2000. Para viabilizar a comparação dos dados entre esses dois períodos, foi realizado um trabalho de compatibilização dos dados de 1991, reproduzindo neste ano a malha municipal de 2000. No Atlas do Desenvolvimento Humano foi necessário empreender alguma forma de adaptação dos resultados para aqueles setores censitários “em litígio”. O processo adotado foi o de distribuir igualmente os resultados observados para os setores “em litígio” entre os municípios correspondentes (normalmente dois municípios, mas com casos de até entre quatro municípios).

Esta situação ocorreu em 2.379 dos 161.697 setores censitários do país. Portanto, 1,5% dos setores censitários apresentaram problemas no processo de reestruturação da base municipal de 1991 de acordo com a base de 2000, o que, do ponto de vista global, não é uma proporção muito relevante. Por conta de tal característica, algumas informações não são necessariamente comparáveis *strictu sensu* entre 1991 e 2000. São as situações na qual uma determinada informação refere-se ao município como um todo em 1991, e, com seu desmembramento, a informação refere-se à parcela do município original em 2000. Desse modo, se o distrito que se desmembrou em um novo município apresentava um quadro diferenciado em relação ao município original como um todo, haverá um viés nos dados para 1991 que, conseqüentemente estarão distorcidos. Tais situações, no entanto, serão destacadas para cada caso, quando forem verificadas.

b) Dados Primários: Amostragem e Análise

No caso da Área Diretamente Afetada (ADA), o quadro descrito servirá como pano de fundo de análise, que será acrescida do levantamento de dados primários, obtido através de pesquisa amostral de campo, tanto para a população rural quanto para a população urbana do município de Cerro Azul, diretamente afetada pelo empreendimento.

- Amostragem: população rural

A amostragem em relação à população rural diretamente afetada pela UHE Tijuco Alto levou em consideração uma série de informações. Em primeiro lugar, que ela distribui-se ao longo do rio Ribeira de Iguape, sendo que seus moradores encontram-se nos imóveis ainda não adquiridos pela CBA. Além disso, levantamento da CBA realizado em 1991 com a totalidade das famílias residentes na área (quando a CBA ainda não havia adquirido parte considerável dos imóveis), havia constatado a existência de 660 imóveis no total, com médias de 1,470 domicílios e 1,125 unidades produtivas por imóvel.

As informações preliminares fornecidas pela CBA, levando-se em conta a aquisição da

maioria dos imóveis pela empresa, permitiam supor que o universo total atual estimado era de 283 imóveis na ADA ainda não adquiridos pela CBA.

No entanto, esses dados referiam-se a um levantamento realizado há cerca de dez anos atrás, sem levar em consideração as alterações ocorridas na última década. Da mesma forma, não havia quaisquer informações acerca das características socioeconômicas desses 283 imóveis, de seus familiares, nem da área média ocupada. Por conta dessas variáveis, decidiu-se por realizar a pesquisa através de uma amostra sistemática, de um terço dos imóveis. Como procedimento de campo, a cada três imóveis identificados, um deles era pesquisado. Foram pesquisados ao todo 121 imóveis.

Nos 121 imóveis levantados vivem 226 famílias, com uma média de 1,87 famílias por imóvel. Como nem todas as famílias encontravam-se no imóvel, por ocasião das entrevistas, levantaram-se informações relativas a 193 famílias de moradores, para as quais se aplicou um instrumento específico.

O levantamento de campo foi composto por uma equipe de três pesquisadores, mais um supervisor de campo, que percorreu a área a fim de identificar as diferentes situações, incluindo as divisões ocorridas nos imóveis e a identificação de imóveis não constantes na listagem fornecida pela CBA. Da mesma forma, foram observadas as especificidades dos bairros, de maneira qualitativa, a fim de subsidiar a análise dos dados primários quantitativos. Os trabalhos de campo estenderam-se por vinte dias.

- Instrumento de pesquisa de campo junto à população rural

A pesquisa de campo foi realizada em conjunto com os estudos dos Sistemas de Produção Agropecuários mas utilizando-se de diferentes instrumentos. O instrumento de pesquisa, por sua vez, foi dividido em três Blocos, sendo que o III bloco é tratado no capítulo 12.3.3. :

✓ Bloco I – Caracterização do Imóvel, dividido em:

- Identificação do Imóvel → referente à denominação do imóvel, nome do proprietário, localização, quantas famílias vivem no imóvel, sendo que, para cada família foi realizada uma entrevista correspondente ao Bloco II, número de Unidades Produtivas existente no imóvel, e para cada Unidade foi realizada uma entrevista correspondente ao Bloco III.
- Situação jurídica do imóvel → referente à forma de detenção de direito de posse do imóvel e o tipo de documento existente ou não.

✓ Bloco II – Pesquisa de Condições de Vida da População Rural, dividido em:

- Identificação do entrevistado → somente realizado com indivíduos qualificados (que soubesse informações acerca da família) a prestar informações.
- Caracterização dos Moradores do Imóvel → relativa a cada membro da família morador do imóvel.
- Educação → relativa aos moradores do imóvel e a frequência, meio de transporte, e motivos de estudar ou não.
- Saúde → dados referentes a doenças, hábitos em relação ao tratamento de enfermidades e saúde preventiva, hábitos alimentares.
- Infra-estrutura e Habitação → relativa à moradia, sanitários, esgotamento, água lixo e bens de consumo.

- Associativismo, lazer e relações sociais → refere-se às instituições nas quais os familiares são associados, hábitos cotidianos e sociabilidade intrabairros, interbairros e na área, as principais manifestações culturais da região.
 - Segurança pública → opiniões acerca da situação passada, atual e futura.
 - Atividades econômicas e cotidianas → referem-se às atividades que denotam tanto os hábitos relativos à sobrevivência quanto à cultura local em relação às atividades.
 - Auxílio e assistência recebida → identificação das famílias que recebem assistência e de onde vem o auxílio, a fim de evidenciar as carências e vulnerabilidade social.
- Amostragem: População Urbana

A área urbana de Cerro Azul diretamente afetada pelo empreendimento foi definida como toda a Avenida Atanagildo, entre o centro da cidade até o ponto sobre o rio Ribeira, levando-se em consideração somente a margem direita do rio Ponta Grossa. Também foi considerada como área urbana toda a extensão do rio dos Órfãos, até o remanso do reservatório. Nesse caso, ressalta-se que a área apresenta igualmente algumas características rurais, muito embora próxima a Cerro Azul e hoje já integrando a área urbana.

Inicialmente, a área foi percorrida em campo, a fim de se avaliar a quantidade de imóveis existentes na mesma, feita através de uma “contagem rápida”, visto que não se tinha informação preliminar que norteasse o cálculo da amostra. Assim chegou-se à estimativa total de 174 imóveis que estariam na área de interesse do futuro reservatório, sendo 150 residenciais e 24 não residenciais (comércio, equipamentos sociais, entre outros).

A amostragem, por sua vez, levou em consideração os 150 imóveis residenciais, sendo levantados aproximadamente 40% do total que, ao final, resultaram entrevistas através de um instrumento específico em 63 imóveis (42,0% do total), nos quais obtiveram-se 81 famílias, o que resulta em 1,29 famílias por imóvel. Dessas 81 famílias entrevistadas, no entanto, 80 forneceram informações sobre a composição familiar, sendo que não houve possibilidade de levantar informações apenas de uma única família. Assim, tem-se que, dessas 80 famílias, o total de indivíduos da amostra soma 282, com média de 3,53 indivíduos por família.

O levantamento de campo, quanto à população urbana, deu-se juntamente com o da população rural, com a mesma equipe de quatro pesquisadores e um supervisor de campo. Entretanto, devido às características diferentes do meio urbano, a pesquisa foi realizada em cerca de seis dias.

- Instrumento de pesquisa de campo junto à população urbana

O instrumento de pesquisa, por sua vez, consiste em Bloco único, denominado Pesquisa de Condições de Vida da População Urbana, subdividido em:

- ✓ Identificação do imóvel → contém dados do imóvel, como endereço, número de domicílios e de famílias, sendo que, para cada família foi realizada uma entrevista.
- ✓ Identificação do entrevistado → somente realizado com indivíduos qualificados (que soubesse informações acerca da família) a prestar informações.
- ✓ Estrutura Familiar → informações relativas a cada membro da família morador do imóvel.

- ✓ Educação → relativa aos moradores do imóvel e a frequência, meio de transporte, e motivos de estudar ou não.
- ✓ Saúde → dados referentes a doenças, hábitos em relação ao tratamento de enfermidades e saúde preventiva.
- ✓ Hábitos alimentares → relativa à família do entrevistado.
- ✓ Utilização de serviços → hábitos da família do entrevistado em relação à utilização de serviços públicos e de consumo.
- ✓ Infra-estrutura e Habitação → relativo à moradia, sanitários, esgotamento, água lixo e bens de consumo.
- ✓ Associativismo, lazer e relações sociais → refere-se às instituições nas quais os familiares são associados, hábitos cotidianos e sociabilidade intrabairros, interbairros e na área, as principais manifestações culturais da região.
- ✓ Segurança pública → opiniões acerca da situação passada, atual e futura.
- ✓ Auxílio e assistência recebida → identificação das famílias que recebem assistência e de onde vem o auxílio, a fim de evidenciar as carências e vulnerabilidade social.
- Tratamento dos dados

As informações obtidas através dos instrumentos de pesquisa para as populações rurais e urbanas foram digitadas em planilha Excel, sendo que os bancos de dados gerados foram submetidos a:

- ✓ Consistência dos dados → tanto no que se refere aos eventuais erros de digitação quanto à consistência lógica das respostas, realizado através de filtragem das respostas seguida pela consulta dos próprios questionários a fim de checar as anotações.
- ✓ Tabulação dos dados → planilhas de controle e montagem dos quadros e respectivos gráficos, quando oportuno.

12.3.9.3. As Condições de Vida da População Residente na Área de Influência Direta (AID)

A região em estudo caracteriza-se, desde sua origem, por uma baixa dinâmica socioeconômica, sendo que, até a poucas décadas, baseava-se em agropecuária de pequena ou, no máximo, média escala, através de agricultura familiar freqüentemente desenvolvida em bairros rurais que, igualmente, estão na origem de inúmeros municípios.

Esse quadro faz com que, de maneira geral, esses municípios componentes da região possam ser classificados como entre os mais carentes tanto no Estado de São Paulo quanto do Paraná. Na realidade, o próprio Vale do Ribeira em geral, é considerado como um dos “bolsões de pobreza”, pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) do Brasil. Embora seus indicadores socioeconômicos sejam até melhores que o de alguns Estados do país (especialmente em relação aos estados das regiões Nordeste e Norte), são muito pouco satisfatórios quando comparados aos dos estados do Paraná e, principalmente, de São Paulo, fortemente caracterizados pela dinâmica econômica. Tais afirmações são corroboradas por instituições de pesquisa, como o Seade, de São Paulo, que, igualmente, aponta para vários aspectos que caracterizam a região em estudo como apresentando indicadores de qualidade de vida insatisfatórios.

Na realidade, ao analisar as condições de vida de uma determinada população ou segmento social, não se deve restringir somente aos aspectos econômicos em geral, e aos rendimentos em particular. Embora sejam fundamentais para a sobrevivência, é preciso atentar para um conjunto que abranja outras dimensões da vida social e de forma cumulativa para que, ao final, se tenha uma idéia das condições vivenciadas pela população, como, por exemplo, dados de educação/escolaridade, habitação, saúde, dentre outros. A somatória dessas variáveis permite a melhor compreensão das carências e dificuldades enfrentadas em seu cotidiano, e devem se constituir num referencial para propostas de programas sociais voltados para a população dessa região.

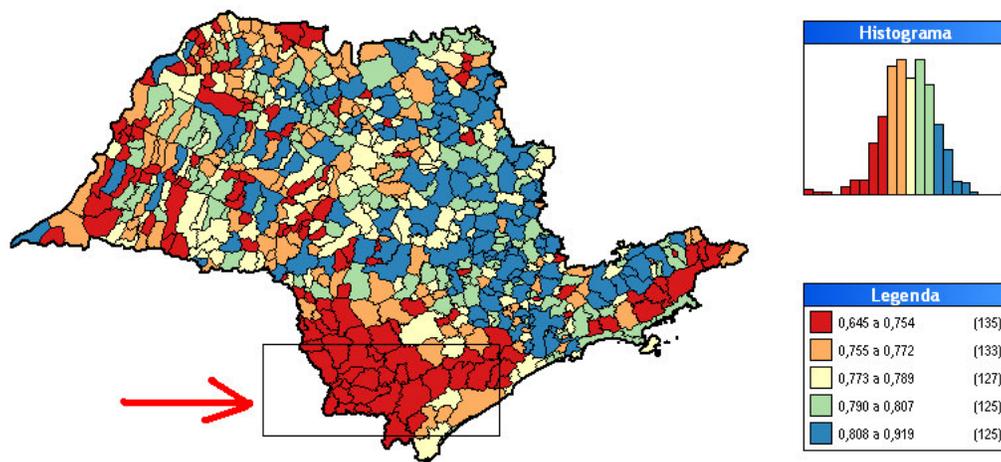
Indicadores socioeconômicos consagrados, como o IDH do PNUD, apontam um quadro pouco satisfatório para a AID, oriundo, dentre inúmeros fatores, da baixa dinâmica econômica a fatores correlatos, como a falta de recursos para a melhoria de serviços e equipamentos sociais, juntamente com fatores históricos e culturais dessa população que sempre esteve excluída do desenvolvimento socioeconômico dos Estados de São Paulo, e mesmo do Paraná, apesar da proximidade espacial dos municípios de Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses com Curitiba, a capital do Estado. Destaca-se que Doutor Ulysses, pertencente à Região Metropolitana de Curitiba, é considerado o segundo pior município em indicadores de condições de vida do Paraná. Na realidade, os cinco municípios apresentam IDH abaixo de 0,8, o que, segundo o próprio PNUD, está aquém do que seria desejável, isto é, encontram-se dentro de uma faixa considerada como “IDH médio” (entre 0,5 e 0,8), tendo ainda que melhorar consideravelmente, para atingir o patamar ideal de condições de vida.

Essa situação de relativa precariedade dos indicadores socioeconômicos dos municípios que compõem o Vale do Ribeira, em São Paulo, e de sua região contígua no lado paranaense (onde se inserem os municípios da AID), pode ser visualizada nas Figuras 12.3.9/01 e 12.3.9/02, que mostram a distribuição dos IDHs (2000) para cada município desses dois Estados, classificados em cinco grupos, dos melhores para os piores, segundo cores diferenciadas.

Nota-se que em São Paulo há relativamente poucos municípios caracterizados como menos satisfatórios (identificados pela cor vermelha), distribuídos por todo o Estado, mas nota-se também, uma clara “mancha” composta por municípios com piores índices justamente no Vale do Ribeira, como destacado na Figura 12.3.9/01 e que caracteriza o “bolsão de pobreza” segundo a definição do PNUD. Do lado paranaense, há algumas regiões que apresentam índices insatisfatórios, sendo em maior número quando comparados ao de São Paulo, mas, novamente, há claramente uma região (destacada na Figura 12.3.9/02), contígua ao lado paulista, com índices insatisfatórios, onde se encontram os municípios do contexto regional e a Área de Influência Direta do empreendimento. Salienta-se, todavia, que os valores são relativos a cada Estado, sendo que, os valores de cada grupo não são correspondentes (em São Paulo, a pior faixa é a dos IDHs entre 0,645 e 0,754, enquanto que no Paraná é entre 0,620 e 0,707).

FIGURA 12.3.9/01 – IDH / SÃO PAULO – DESTAQUE PARA PARTE DO VALE DO RIBEIRA, ONDE SE INCLUI A ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID)

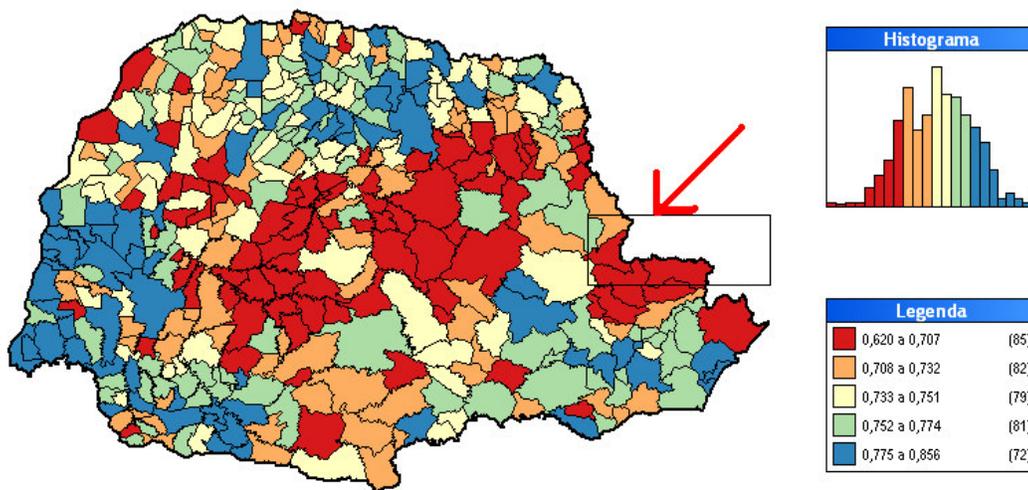
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado de São Paulo



Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano/PNUD

FIGURA 12.3.9/02 – IDH / PARANÁ – DESTAQUE PARA PARTE DO VALE DO RIBEIRA ATÉ A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ONDE SE INCLUI A ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID)

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado do Paraná



Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano/PNUD

Ao se verificar em detalhes o IDH para cada município da AID nota-se que, apesar de haver uma melhora no índice entre 1991 e 2000, fruto do incremento, principalmente dos indicadores de educação e longevidade (nem tanto de renda), ainda assim o quadro continua insatisfatório. Essa melhora no IDH foi, em média, ao redor de 13% em menos de uma década, número similar aos do Paraná e do Brasil, que melhoraram o índice em 10,07% e 10,05%, respectivamente, e acima de São Paulo que melhorou 5,39%. Entretanto,

são números a serem relativizados, porquanto, apesar da melhora significativa (Figura 12.3.9/03):.

- ✓ o IDH do Brasil passou de 0,696 (1991) para 0,766 (2000)
- ✓ do Paraná de 0,711 (1991) para 0,787 (2000)
- ✓ de São Paulo de 0,778 (1991) para 0,820 (2000)

Ou seja, embora São Paulo tenha melhorado proporcionalmente menos em relação aos demais, apresenta (para o Estado como um todo) um IDH acima de 0,8 (considerado como satisfatório pelo próprio PNUD). Enquanto isso, o Brasil e o Paraná ainda apresentam um índice pouco aquém do desejável para que caracterize como apresentando condições de vida satisfatória.

Na realidade, São Paulo já apresentava, em 1991, o IDH muito próximo ao idealmente esperado. Por outro lado, é fato que o Estado de São Paulo viveu um período de muitas dificuldades na década de 1990, especialmente no setor industrial, quando um número considerável de empresas chegou a deixar o Estado ou reduziu o investimento, fruto de inúmeros fatores que vão desde políticas de incentivos fiscais de outras regiões, questões macro-econômicas e estruturais, custo de mão-de-obra, entre muitos outros. O índice de desemprego aumentou significativamente nos últimos anos, e somente em 2004 houve um incremento nos postos de trabalho. Isso foi um dos fatores que influenciaram na relativamente pequena melhoria em indicadores socioeconômicos, além do crescimento da desigualdade social e de problemas sociais que incluem desde a falta de moradia e o aumento da violência. São Paulo é hoje o terceiro Estado com melhor IDH, perdendo a segunda posição de uma década atrás para Santa Catarina.

Quando se analisa especificamente a AID nota-se que houve significativa melhora no índice de alguns municípios, sendo o mais destacado Cerro Azul, no Paraná, que melhorou o IDH em 21,05%, entre 1991 e 2000, seguidos por Doutor Ulysses (14,84%) e Adrianópolis (11,42%) no Paraná. Em São Paulo, Itapirapuã Paulista melhorou o IDH em 12,37% e Ribeira em 8,83%. Enfim, todos esses municípios tiveram uma melhora no indicador de forma mais significativa que o de seus respectivos Estados. Porém, apesar da melhora todos continuam dentro de um patamar insatisfatório, havendo ainda muito que melhorar nos indicadores de condições de vida, ou seja, quaisquer ações coordenadas e que façam parte de programas sociais em relação à saúde e educação surtem, proporcionalmente, melhor resultado quando aplicado sobre índices que eram muito insatisfatórios. Daí a melhora relativa no próprio IDH.

Essa característica torna-se mais clara ao se analisar o índice de cada município em relação aos demais do Estado. No caso de São Paulo são 645 municípios no total, sendo que, nada menos que 175 apresentam um IDH acima de 0,8 (satisfatório). Já Ribeira e Itapirapuã Paulista, ao contrário, encontram-se entre os piores do Estado em relação às condições de vida, como se depreende que Ribeira (IDH de 0,678) é o 640º e Itapirapuã Paulista (IDH de 0,645) é o 645º, ou o pior do Estado, denotando a precariedade da situação.

No caso do Paraná, são 399 municípios e os municípios da AID encontram-se também entre os menos satisfatórios do Estado. São os casos de Doutor Ulysses (IDH de 0,627) que se encontra em 398º, ou o segundo pior índice do Paraná, enquanto Adrianópolis (IDH de 0,683) é o 373º, e Cerro Azul (IDH de 0,684) é o 372º.

Assim, quando todos os municípios são comparados, verifica-se que, independente de a qual Estado pertençam, os índices são similares, notadamente dentre os que apresentam os piores IDHs, como Ribeira e Adrianópolis (0,678 e 0,683 respectivamente). Na prática,

esses dois municípios, porquanto se situam na margem oposta do rio Ribeira de Iguape, apresentam condições socioeconômicas similares (no caso, significativamente insatisfatórias). Os demais municípios também são geograficamente próximos, distando pouco mais de 20 km entre si, sendo que a região como um todo, como já ressaltado anteriormente, caracteriza-se pela baixa dinâmica econômica, não havendo um que se sobressaia em relação aos demais. Enfim, em tal quadro socioeconômico os IDHs são similares e manifestam exatamente a precariedade e a carência da própria região em estudo.

Os valores descritos podem ser visualizados de maneira mais clara no Quadro 12.3.9/01 e na Figura 12.3.9/03, a seguir:

QUADRO 12.3.9/01 – IDH DOS MUNICÍPIOS DA AID, POSIÇÃO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO E % DE MELHORA DO IDH ENTRE 1991 E 2000.

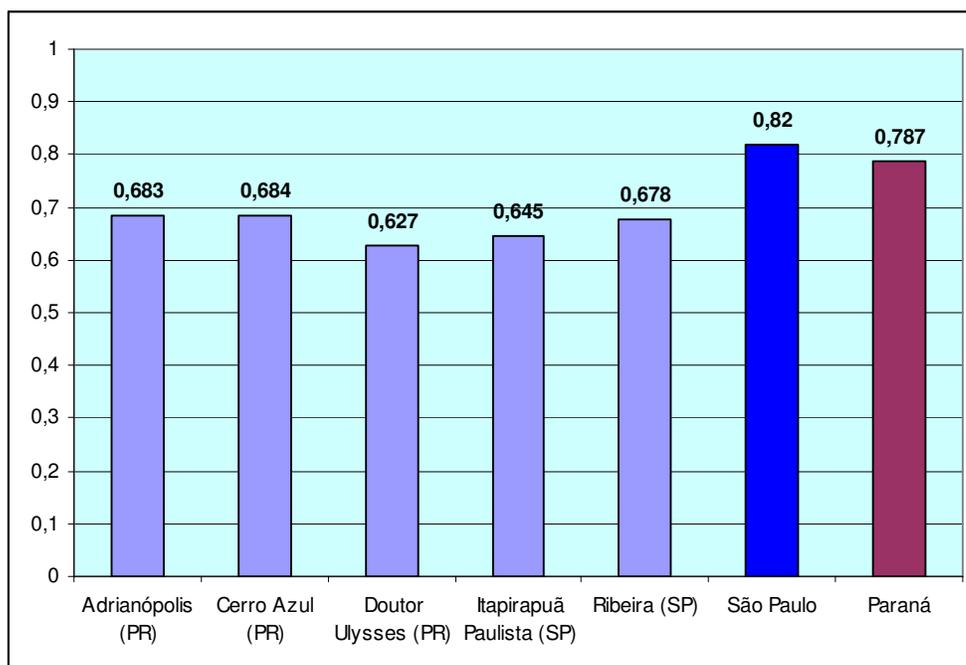
Município / Estado	IDH Municipal 1991	Posição em 1991 em relação ao Estado*	IDH Municipal 2000	Posição em 2000 em relação ao Estado*	% de Melhora entre 2002/1991
Adrianópolis (PR)	0,613	343	0,683	373	11,42
Cerro Azul (PR)	0,568	387	0,684	372	21,05
Doutor Ulysses (PR)	0,546	395	0,627	398	14,84
Itapirapuã Paulista (SP)	0,574	644	0,645	645	12,37
Ribeira (SP)	0,623	634	0,678	640	8,83
Estado do Paraná	0,711	7**	0,787	6**	10,07
Estado de São Paulo	0,778	2**	0,820	3**	5,40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano / 2004

* São Paulo = 645 municípios e Paraná = 399 municípios

** Posição ocupada por Paraná e São Paulo em relação aos 27 Estados do Brasil

FIGURA 12.3.9/03 – IDH 2000 DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID), COMPARADA AOS DE SÃO PAULO E PARANÁ



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano / 2004

O significado dos índices apresentados são melhores compreendidos quando analisada a

composição de alguns indicadores do IDH, como renda, educação e longevidade, acrescidos de outros, como habitação e vulnerabilidade.

Ao se voltar para a renda, particularmente para a renda per capita (1991 e 2000) e o Índice de Gini, que dá uma idéia do grau de concentração de renda dos moradores de um dado município, nota-se um quadro interessante. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, os valores são ajustados, muito embora haja diferenças entre a moeda vigente em 1991 (Cruzeiro) e 2000 (Real), como se houvesse forte inflação do período. Assim, não é recomendável a comparação *ipsis litteris* dos valores apresentados. Da mesma forma, para esta análise somente os valores de 2000 foram convertidos em salários mínimos, pois os dados de 1991 podem ter sofrido um viés pelo fato de que vários municípios foram desmembrados após essa data. Quando isso ocorre, se os Distritos desmembrados apresentassem um quadro diferenciado (para melhor ou para pior) em relação ao município de origem, as informações atinentes a 1991 não espelham a realidade vivenciada de fato para os dias atuais, não sendo comparáveis com o da década seguinte, após a separação dessa porção do município. Ao contrário, se a análise se limitar aos dados de 2000, as informações obtidas no município tal como existe atualmente, reflete muito mais o atual quadro vivido.

Os indicadores de renda mostram que, principalmente em relação ao ano de 2000, se tratam de municípios cuja população pode ser caracterizada como de significativa baixa renda. Os municípios da AID, sem exceção, apresentam números inferiores até mesmo ao do Brasil, cuja renda per capita é de 1,97 s.m., e igualmente piores que os do Paraná, com 2,13 s.m. e de São Paulo, com 2,93 s.m. Salienta-se que nos cinco municípios considerados, a renda per capita é menor que um salário mínimo, sendo que nenhum município apresenta renda que chegue sequer à metade da renda do Brasil. Tal como destacado anteriormente, se os dados forem comparados aos de São Paulo e Paraná, o quadro se mostra ainda mais insatisfatório, denotando a carência desses municípios quando comparado aos demais. Ribeira e Itaipirapuã Paulista apresentam renda per capita de 0,84 e 0,81 salários mínimos, respectivamente. Isso significa uma renda pouco maior que 25% da renda média do Estado. Mesmo nos casos de Cerro Azul, Adrianópolis e Doutor Ulysses, cujas rendas per capita são, respectivamente, de 0,82, 0,77 e 0,57 salários mínimos, igualmente não chegam a 40% da renda média do Paraná, para a melhor situação, que ocorre com Cerro Azul, mas mesmo assim, é cifra similar (até mais baixa) que a da vizinha Ribeira. Quanto a Adrianópolis, chega a pouco mais de um terço da renda do Paraná enquanto a renda de Doutor Ulysses chega a pouco mais de 25%. Para se ter uma idéia do quanto são cifras insatisfatórias, principalmente em relação à renda per capita de Doutor Ulysses, ela representa menos de um quinto da renda per capita média de São Paulo.

Enfim, são cifras que denotam a baixíssima renda da população em geral, e tal fato se constitui em evidência clara de que grande parte da população vive certamente em estado de penúria e com muita dificuldade para a sobrevivência imediata em seu cotidiano. Da mesma forma, são números coerentes com o quadro anteriormente descrito, de uma região com baixa dinâmica econômica e população voltada principalmente para atividades agropecuárias com apenas eventuais pequenos excedentes, e normalmente apenas para a subsistência. Porém, no caso das populações rurais, essas atividades agropecuárias ainda se constituem em renda indireta que auxiliam efetivamente na sobrevivência cotidiana, possibilidade que não ocorre com as populações urbanas. No entanto, de maneira geral, a renda nominal das populações urbanas são, por seu turno, maiores que a das populações rurais, como poderá ser constatado adiante quando se analisar os dados resultantes da pesquisa de campo junto à população considerada atingida pelo futuro reservatório. De qualquer maneira, os números apresentados tornam evidente que, quaisquer que sejam os mecanismos de renda tratam-se de valores altamente insatisfatórios para proporcionar condições adequadas de vida para a população em geral.

Outra evidência do elevado número de famílias carentes pode ser atestado ao se verificar que em municípios como Ribeira e Adrianópolis, cerca de um em cada cinco moradores tem mais da metade de sua renda proveniente de transferências de programas governamentais, percentual que representa quase o dobro do Brasil e dos Estados do Paraná e São Paulo. Os demais municípios encontram-se acima dos índices do país, mas em proporção um pouco menor que o dos dois municípios citados (Quadro 12.3.9/02)

QUADRO 12.3.9/02 - PERCENTUAL DE PESSOAS NO MUNICÍPIO COM MAIS DE 50% DA SUA RENDA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Município	1991	2000
Itapirapuã Paulista (SP)	6,38	13,61
Ribeira (SP)	8,59	20,24
Adrianópolis (PR)	10,71	21,75
Cerro Azul (PR)	4,23	16,64
Doutor Ulysses (PR)	6,06	14,78
Brasil	7,94	13,24
São Paulo	6,11	10,22
Paraná	5,59	10,94

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano / 2004

Se, por um lado, são municípios caracterizados como de baixa renda per capita, por outro lado, a desigualdade entre os mais ricos e pobres é igualmente significativa. Isso pode ser denotado através do Índice de Gini, que varia entre 0 e 1, sendo que, quanto menor o valor mais próximo do ideal, isto é, se, hipoteticamente, não houvesse qualquer distinção entre a renda de toda a população, ou se todos ganhassem o mesmo valor, a diferença seria 0 (zero) e, por conseguinte, o índice de Gini seria igualmente nulo. Ao contrário, se na somatória das rendas da população quanto mais houver distância entre a renda dos mais ricos, em relação aos mais pobres, mais o Índice se aproximará de 1 (um), valor máximo teórico.

A análise desse Índice para os municípios em questão mostra, grosso modo, que houve uma elevação entre 1991 e 2000. Portanto, a primeira conclusão seria que, ao longo desses anos, houve um aumento na concentração de renda no país, bem como nos municípios em geral, ou seja, houve um aumento na distância entre a renda de ricos e pobres. Todavia, no caso de alguns municípios, uma vez mais os dados devem ser relativizados, porquanto alguns tiveram áreas desmembradas após 1991, enquanto outros, ao contrário, foram desmembrados de outros municípios. Assim, caso um município tenha perdido uma região com uma determinada característica (população com renda muito baixa ou muito alta), ou, se um Distrito tenha se originado de um município maior com uma característica diferente da atual, os dados apresentarão um viés que irá mascarar a análise.

Por conta de tais variáveis, tal como ocorreu com a renda per capita, o ideal é se voltar principalmente para o Índice de Gini de 2000, que espelha a situação atual vivida nos municípios. Nesse caso, verifica-se que, de maneira geral, os números são um pouco inferiores ao do Brasil como um todo, muito embora pela proximidade em valor do índice deva-se supor que o quadro seja, em termos gerais, similar ao do país. De qualquer maneira, há certa variação entre os municípios, sendo que os melhores índices são os de Doutor Ulysses, Adrianópolis e Ribeira, com Índice de Gini menor que 0,60. Interessante notar que não há necessariamente uma relação direta entre renda per capita e Índice de Gini, pois no caso de Doutor Ulysses, que apresenta a pior renda per capita (0,57 s.m.), o Índice de Gini é de 0,57, relativamente mais satisfatório que dos outros municípios. Todavia, isso não quer dizer necessariamente que há maior igualdade social de renda entre a população do município, como se poderia inferir numa análise fria das cifras. Na realidade, em Doutor Ulysses, a baixíssima renda per capita e o IDH faz supor que, muito

provavelmente, não é que a diferença entre ricos e pobres seja menos evidente que nos demais municípios da AID, mas a própria massa salarial é significativamente baixa, com um grande número de pessoas de baixa renda. Contrariamente, muito poucas pessoas têm renda elevada e isso deve estar influenciando o próprio índice de Gini (Quadro 12.3.9/03).

Para se ter uma idéia do que significam esses valores, no Estado de São Paulo, há por volta de 54%, ou mais da metade dos municípios com Índice de Gini menor que 0,53, enquanto que no Paraná, são menos de 28% os municípios em igual situação. A faixa mais significativa é a de municípios com índice entre 0,53 e 0,60 (quase 60%). Conclui-se desses dados que o Paraná, de maneira geral, apresenta uma concentração de renda mais acentuada que São Paulo. No caso dos municípios analisados, aqueles pertencentes a São Paulo (Ribeira e Itapirapuã Paulista) encontram-se num patamar pior que a maioria do Estado, enquanto que os do Paraná (Cerro Azul, Adrianópolis e Doutor Ulysses) se encontram na média do Estado, não sendo piores que a maioria dos demais municípios. (Quadro 12.3.9/03)

QUADRO 12.3.9/03 – RENDA PER CAPITA E ÍNDICE DE GINI (1991 E 2000), SEGUNDO UMA CLASSIFICAÇÃO DECRESCENTE DA RENDA EM 2000.

Município	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000	Renda per Capita, 2000 (s.m)*	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000
Ribeira (SP)	102,38	126,36	0,84	0,56	0,59
Cerro Azul (PR)	87,83	123,8	0,82	0,54	0,62
Itapirapuã Paulista (SP)	91,06	122,88	0,81	0,44	0,61
Adrianópolis (PR)	104,59	115,6	0,77	0,53	0,59
Doutor Ulysses (PR)	69,23	86,00	0,57	0,49	0,57
São Paulo	--	--	2,93	0,56	0,59
Paraná	--	--	2,13	0,60	0,61
Brasil	--	--	1,97	0,63	0,65

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano / 2004

* s.m. = valores em salários mínimos

Por fim, a desigualdade social, em termos de renda pode ser ilustrada quando se atenta para o percentual de renda apropriada pelos 10% mais ricos, em comparação com a dos 40% mais pobres e vice-versa. A situação encontrada auxilia a compreender melhor o índice de Gini, pois se nota que, 40% a 50% da renda é apropriada pelos mais ricos, sendo os extremos, Doutor Ulysses (39,22%) e Cerro Azul (49,68%). Já os 40% mais pobres apropriam percentual significativamente baixo, variando entre 5% e não chegando a 10%. Nesse caso os extremos são Itapirapuã Paulista (5,69%) e Ribeira (9,49%). Ao se observar a razão entre a renda média dos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres, verifica-se que ela varia entre 16,65 em Doutor Ulysses até 32,46 em Itapirapuã Paulista. Em outros termos, a concentração de renda nos municípios da AID é tão acentuada que, quase a metade da renda é apropriada por apenas 10% da população mais abastada.

Contrariamente, a parcela mais pobre da população (no caso os 40% que se encontram em tal situação) apropria-se de menos de 10% da renda gerada. Essa diferença é tão significativa que, em média, essa população mais rica pode ganhar até 30 vezes mais do que ganham os mais pobres. Mesmo no caso de Doutor Ulysses, onde, aparentemente parece haver, à primeira vista, uma concentração de renda menor (os 10% mais ricos no município ganham ao redor de 16 vezes mais que os menos abastados) deve ser novamente relativizada, pois se trata do município mais carente dentre os analisados. Dessa forma, a menor “diferença” entre os mais e os menos abastados se deve certamente a pouca renda gerada no município, como, aliás, já destacado anteriormente, quando se analisou sua renda per capita. Assim, mesmo os mais “ricos” devem ser em pequeno número e a renda apropriada igualmente não é tão significativa quanto nos demais

municípios, a ponto de atenuar a discrepância entre os extremos da população (Quadro 12.3.9/04).

QUADRO 12.3.9/04 – PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS, 40% MAIS POBRES E RAZÃO ENTRE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E A DOS 40% MAIS POBRES, PARA O ANO 2000.

Município	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres
Itapirapuã Paulista (SP)	46,17	5,69	32,46
Cerro Azul (PR)	49,68	6,38	31,15
Adrianópolis (PR)	42,91	6,39	26,87
Ribeira (SP)	44,68	9,49	18,83
Doutor Ulysses (PR)	39,22	9,42	16,65

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano / 2004

Em relação aos dados relativos à longevidade nota-se um quadro um pouco diferenciado, principalmente em relação aos de renda até então analisados. Ao se verificar a taxa de mortalidade infantil até um ano de idade, entre mil nascidos vivos, tanto em 1991 quanto em 2000, as melhores situações são as de Cerro Azul e Adrianópolis. Suas taxas de mortalidade caíram de 41,51 por mil nascidos vivos para 18,32 e 18,94 respectivamente. São números similares aos do próprio Paraná (20,32), mas um pouco piores que os do Estado de São Paulo (17,48), muito embora significativamente melhores que o do Brasil (30,57).

Os demais municípios apresentam taxas de mortalidade infantil menos satisfatórias, sendo que em Doutor Ulysses passou de 55,14 para 35,13 entre 1991 e 2000. No caso dos municípios paulistas da AID, Itapirapuã Paulista é o que apresenta os piores indicadores, visto que passou de 64,12 em 1991 para 42,35 em 2000. Por fim, Ribeira passou de 49,20 para 28,96 em 2000. De qualquer maneira, são números insatisfatórios visto que são piores que os do país como um todo, e comparáveis ao de Estados como Ceará (41,43), Rio Grande do Norte (43,27), que se encontram entre os menos satisfatórios do país (o pior Estado do país é a Paraíba, com 51,49 mortes por mil nascidos vivos, em 2000).

Independentemente dos números em si, é interessante analisar o percentual de incremento (ou decréscimo) na taxa de mortalidade infantil entre 1991 e 2000, porquanto mostra a intensidade de melhora ao longo do tempo, o que efetivamente ocorreu devido a uma série de ações oficiais e a eficácia de programas como o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde), e PSF (Programa de Saúde na Família) dentre outros. Nesse caso, verifica-se que os municípios paranaenses tiveram incrementos mais significativos com especial destaque para Cerro Azul, onde a taxa apresentou uma melhora de 126,58%, ou decaiu de 41,51 para 18,32 mortes por mil nascidos vivos, em menos de uma década. Em seguida surge Adrianópolis, com uma melhora de 119,17% (caiu de 41,51 para 18,94 em 2000). Observa-se nesse caso, que Cerro Azul e Adrianópolis têm como referência, em 1991, o mesmo valor, resultante de uma base de dados comum. No caso de Ribeira a melhora chegou a 69,89% e em Itapirapuã Paulista foi de 51,40%, mas é um incremento que ainda as deixa longe da taxa de mortalidade infantil de São Paulo, havendo muito que melhorar nos próximos anos. Para se comparar com um quadro mais amplo, o Brasil como um todo apresentou uma melhora na taxa de mortalidade de 46,16%, enquanto que em São Paulo foi de 56,24%, ambos, no entanto, bem menos significativo que o Paraná, que melhorou sua taxa em 90,57%, sendo que neste último caso certamente foi fruto da eficácia de programas de saúde preventiva.

Ao se voltar para a esperança de vida ao nascer, evidentemente houve um incremento, resultante, muito mais em decorrência da melhora na taxa de mortalidade infantil, que pela

melhora no acesso à saúde pela população. Apesar de haver um rápido desenvolvimento, no conhecimento e na tecnologia aplicada à saúde, boa parte da população, especialmente os segmentos mais carentes não têm, necessariamente, acesso a tais serviços e não usufruem tais benefícios. Se o acesso fosse mais democrático e universal, possivelmente a esperança de vida ao nascer poderia ser mais significativa, bem como diminuiria ainda mais a própria mortalidade infantil.

De maneira geral há correlação entre os municípios com melhores taxas de mortalidade infantil e esperança de vida, ou seja, a maior esperança de vida é a de Cerro Azul (64,65 anos em 1991 e 70,17 em 2000). Em seguida surge Adrianópolis (64,65 e 69,87 anos em 2000), Ribeira, Doutor Ulysses e Itapirapuã Paulista que, tendo a pior taxa de mortalidade infantil apresenta igualmente a menor esperança de vida que era de 58,30 anos em 1991 e de 61,00 em 2000. Em outros termos, a esperança de vida em Itapirapuã Paulista é cerca de 10 anos menor que em Cerro Azul. A título de comparação, a esperança de vida nos municípios da AID não difere muito do Brasil (68,61 anos), do Paraná (69,83 anos) e do Estado de São Paulo, que é de 71,20 anos. No caso dos piores índices, são similares ao da pior esperança de vida do país, o do Maranhão, onde é de 61,74 anos. (Quadro 12.3.9/05)

QUADRO 12.3.9/05 – MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE, POR MIL NASCIDOS VIVOS (1991 E 2000), E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (1991 E 2000), SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO CRESCENTE DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2000.

Município	Mortalidade até um ano de idade, 1991	Mortalidade até um ano de idade, 2000	Melhora 2000 em relação a 1991 (%)	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000
Cerro Azul (PR)	41,51	18,32	126,58	64,65	70,17
Adrianópolis (PR)	41,51	18,94	119,17	64,65	69,87
Ribeira (SP)	49,20	28,96	69,89	61,77	65,41
Doutor Ulysses (PR)	55,14	35,13	56,96	61,28	63,64
Itapirapuã Paulista (SP)	64,12	42,35	51,40	58,30	61,00
Brasil	44,68	30,57	46,16	64,73	68,61
São Paulo	27,31	17,48	56,24	68,82	71,20
Paraná	38,69	20,30	90,57	65,71	69,83

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/2003

Mais do que um indicador de saúde, a mortalidade infantil é considerada um indicador social, pois sofre influência direta de diversos fatores, tais como a educação, saneamento e meio ambiente. Embora os números venham indicando uma diminuição nas taxas de mortalidade infantil, mostram também que ainda há muito a fazer para que essas taxas alcancem níveis mais compatíveis e satisfatórios daqueles apresentados pelos estados onde os municípios se inserem. Estudos mostram iniciativas relativamente simples de se implantar e que afetam favoravelmente as condições de saúde da população, especialmente, a infantil.

Em busca da melhor relação custo-benefício das diversas iniciativas que afetam a ocorrência de mortes durante o primeiro ano de vida, o IPEA¹ elaborou estudo estimando o investimento necessário para atacar o problema na via da saúde, do saneamento básico e da educação. A pesquisa mostra que a redução do analfabetismo, especialmente, das mulheres tem efeito favorável no combate à mortalidade infantil “pois uma mãe bem informada sabe tratar melhor de si mesma e do filho”, conforme afirmação da Professora Márcia Furquim de Almeida. O segundo ponto que acarreta mais benefícios é o aumento de leitos hospitalares na rede pública seguido pelo fornecimento de água tratada. Somado a isso se tem a implantação e o funcionamento de programas sociais voltados para a saúde

¹ IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Saúde e Saneamento no Brasil, por Mário Jorge C.de Mendonça e Ronaldo S. da Mota, in Revista Desafios do Desenvolvimento – abril de 2005, no 9 – ano 2.

da esfera federal como O PSF (Programa de Saúde da Família), o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde).

Já em relação à renda, não bastam ações ou programas governamentais, porquanto o Estado brasileiro não tem se mostrado capaz de prover um desenvolvimento sustentável que ofereça tanto postos de trabalho quanto ganhos monetários para a população. Pelo contrário, os dados mostram que a concentração de renda tem se agravado com o passar do tempo, mesmo com o fim da ciranda inflacionária, que prejudicava mais as camadas menos favorecidas da população. Caso o Brasil obtivesse sucesso em prover a população em geral com melhor distribuição de renda, certamente obteria igualmente melhorias ainda maiores nos dados de longevidade.

Um outro aspecto mais sensível às ações pró-ativas governamentais é a educação, não obstante seja mais difícil de incrementar que nas condições de saúde da população, como se poderá perceber a seguir. A melhora nos dados de educação depende, na realidade, de uma conjunção de inúmeros fatores que transcendem eventuais programas governamentais, havendo relação direta entre pólos de serviços, dimensão populacional e melhores indicadores, melhorias na renda e condições de trabalho, dentre outros aspectos. Na verdade, há vários programas governamentais, tanto em nível federal quanto estadual, e em alguns casos, municipais, que relacionam assistência social, renda e educação como, por exemplo, o programa "Bolsa Família". Verifica-se que essas ações governamentais específicas para a educação ou mesmo vinculadas a ela, colocadas em prática durante a década de 90, contribuíram para a redução de antigos problemas de acesso à sala de aula. As estatísticas, conforme reveladas a seguir, demonstram que cresceu o alcance à educação ao mesmo tempo em que caiu o tempo necessário à conclusão dos estudos. Os índices de analfabetismo também diminuíram. Mas ainda existem graves problemas a resolver, especialmente, quanto à qualidade do ensino. As crianças e jovens presentes nas salas de aula não estão necessariamente aprendendo. Isso significa que, os índices revelando melhorias apresentam limites e, esses necessitam rapidamente serem combatidos e somente dessa maneira têm-se mudanças positivas nas condições de vida da população.

Ao verificar os números dos municípios da AID, os dados de educação mostram-se pouco satisfatórios, como já era esperado. Por um lado são municípios relativamente distantes de pólos urbanos de serviços mais complexos (apesar de Doutor Ulysses pertencer à região metropolitana de Curitiba), de outro lado são pequenos municípios que vivenciam inúmeras carências e mostram baixo dinamismo econômico. Por conta dessa situação, verifica-se que os municípios apresentavam taxas de analfabetismo significativas entre adultos, maiores de 25 anos, principalmente em 1991. Situação pior eram os municípios do Paraná, onde Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis apresentavam números acima de 40% (respectivamente 45,73%, 43,82% e 41,80%). No caso de São Paulo, Itapirapuã Paulista tinha taxa de 35,69% e Ribeira, de 29,12%. Eram cifras muito piores quando comparadas à média dos respectivos Estados, que eram de 18,60% no Paraná e 12,20% em São Paulo, e menos satisfatórias até mesmo em relação ao Brasil, que era de 22,80%. Mesmo em 2000, os números desses municípios continuam insatisfatórios, ou seja, Cerro Azul tem 29,98% de adultos maiores de 25 anos analfabetos, Doutor Ulysses tem 29,94% e Adrianópolis tem 31,63%. Itapirapuã Paulista passou a ter 26,86% e Ribeira, 22,26%. De qualquer maneira, continuam sendo cifras muito aquém das apresentadas pelo Brasil, com 16,04%, pelo Paraná, que era de 11,70%, e principalmente por São Paulo, que decaiu para 7,90%. No caso de Ribeira, que apresenta o percentual "menos insatisfatório", somente em 2000 chegou a percentual similar ao do país em 1991.

Quando se trata do incremento relativo das taxas de analfabetismo entre adultos, nota-se que as melhorias em Cerro Azul (52,54%), Doutor Ulysses (46,36%), Adrianópolis (32,15%), estão bem abaixo ao do Paraná como um todo (com exceção de Cerro Azul). Também em Itapirapuã Paulista (32,82%) e Ribeira (30,82%) o incremento foi muito abaixo do Estado de

São Paulo, que melhorou o índice em 54,43%, e estão abaixo do Brasil, que melhorou 42,14% no período.

Já em relação à taxa de alfabetização para a população em geral, verifica-se a tendência a uma correlação mais direta com o analfabetismo entre adultos, isto é, os municípios com maiores taxas de alfabetização em 2000 são aqueles com menores taxas de analfabetismo entre adultos acima de 25 anos e vice-versa. Dessa forma, pela ordem crescente da taxa de alfabetização, surgem: Adrianópolis (74,09%), Cerro Azul (75,52%), Doutor Ulysses (75,80%), Itapirapuã Paulista (78,49%) e Ribeira (80,51%). Novamente são cifras inferiores ao do Brasil, que é de 86,37%, ao do Paraná, com 90,47%, e de São Paulo, com 93,37%. (Quadro 12.3.9/06)

QUADRO 12.3.9/06 – TAXA DE ANALFABETISMO ENTRE ADULTOS ≥ 25 ANOS (1991 E 2000), E TAXA DA ALFABETIZAÇÃO (1991 E 2000), SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DECRESCENTE DE ANALFABETISMO EM 2000.

Município	% de pessoas ≥ 25 anos analfabetas, 1991	% de pessoas ≥ 25 anos analfabetas, 2000	Melhora 2000 em relação a 1991 (%)	Taxa de alfabetização, 1991	Taxa de alfabetização, 2000
Adrianópolis (PR)	41,80	31,63	32,15	66,74	74,09
Cerro Azul (PR)	45,73	29,98	52,54	63,11	75,52
Doutor Ulysses (PR)	43,82	29,94	46,36	64,64	75,80
Itapirapuã Paulista (SP)	35,69	26,86	32,87	71,09	78,49
Ribeira (SP)	29,12	22,26	30,82	76,93	80,51
São Paulo	12,20	7,90	54,43	89,84	93,37
Paraná	18,60	11,70	58,97	85,15	90,47
Brasil	22,80	16,04	42,14	79,93	86,37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/2003

Essa melhoria nos dados de educação, advinda em grande parte do incremento no acesso à escola pelos jovens deve, em médio prazo, resultar em contínua melhora nos indicadores educacionais do Brasil e nos próprios municípios da AID. Todavia isso não é suficiente, visto que, a qualidade do ensino ainda mostra-se muito insatisfatória, situação essa observada na dificuldade da maioria da população em apreender e assimilar informações que trazem impactos favoráveis para o seu cotidiano.

Quanto aos indicadores de serviços básicos (habitação, saneamento), usualmente os centros urbanos mais consolidados ou desenvolvidos apresentam condições melhores. Entretanto, os municípios ora em foco não se caracterizam enquanto tais. Ainda assim houve um significativo incremento em indicadores como percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, em 1991 e 2000. Esse indicador era relativamente insatisfatório em 1991, sendo que, nos casos de Doutor Ulysses e Itapirapuã Paulista, havia tão somente 29,68% e 31,16% da população respectivamente, que dispunham de água encanada em seus domicílios. Já em 2000, o percentual subiu para 75,38% e 67,67%. No caso específico de Doutor Ulysses esse incremento certamente pode ser explicado pela emancipação do município, em 1990, isto é, o fato de ter deixado de ser um Distrito e passado a município influiu diretamente na chegada de água encanada para a maioria de suas residências. Em 1991, somente em Ribeira e Adrianópolis esse percentual ultrapassava um pouco os 50% da população. Mas em 2000, os números já estão próximos a 80% da população (similar ao do país, mas aquém do Paraná, com 94,75% e de São Paulo, com 97,81%).

Esse incremento na população que dispõem de água encanada, certamente, foi um dos fatores fundamentais para o decréscimo da taxa de mortalidade, juntamente com alguns dos programas governamentais citados anteriormente. Porém, essas populações não têm o hábito de tratar a água consumida, como poderá ser melhor percebido quando se analisar

os dados da pesquisa de campo. Esse fato constitui-se em evidência concreta de que as informações anteriormente analisadas relativas à educação e longevidade estão imbricadas, ou seja, a falta de melhor qualificação da própria população faz com que seus hábitos de higiene e saúde tendam a ser insatisfatórios, como o descuido com a água consumida. Apesar da importância fundamental do acesso à água encanada (principalmente se for tratada), há necessidade de se melhorar os programas de informações e ações em saúde preventiva.

Em relação ao percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com energia elétrica, verifica-se que, apesar de muitos municípios apresentarem números acima de 90%, em 2000, como o próprio Brasil (93,48%), Paraná (97,71%) e São Paulo (99,66%, ou quase a totalidade da população), ainda há localidades, como Doutor Ulysses (68,05%), Cerro Azul (74,53%) e Adrianópolis (80,21%), que ainda estão aquém dos dados gerais. Mesmo assim, houve uma melhora relativa entre 1991 e 2000. Em Itapirapuã Paulista, o percentual passou de apenas 41,80% para 83,47%, ou incremento de 99,69%, praticamente igualando-se a Ribeira que contava com 84,35% em 2000 ante 60,87% em 1991. Outros destaques são os de Doutor Ulysses (43,69% para 68,05%, ou incremento de 96,17%). Ressalte-se que o acesso à eletricidade é importante, uma vez que implica a possibilidade de acesso a outros bens materiais que melhoram a qualidade de vida da população, desde maior conforto a possibilidade de informação, como o rádio e a televisão.

No caso do percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo os dados também se mostram satisfatórios, notadamente em 2000, visto que em inúmeros municípios as cifras ultrapassam 90% da população, ou estão muito próximos, como Itapirapuã Paulista, com 89,79%. O único município que ainda não alcançou 80% da população é Doutor Ulysses, com 78,53%. Em compensação, trata-se da localidade que mais incrementou o serviço, pois a coleta de lixo praticamente inexistia em 1991, isto é, eram insignificantes 2,42%. (Quadro 12.3.9/07)

QUADRO 12.3.9/07 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS URBANOS COM ÁGUA ENCANADA, ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO (1991 E 2000), SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DECRESCENTE DE DOMICÍLIOS URBANOS COM ÁGUA ENCANADA, EM 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo, 2000
Cerro Azul (PR)	48,65	79,55	44,85	74,53	52,88	83,24
Ribeira (SP)	55,04	77,16	60,87	84,35	74,10	98,76
Adrianópolis (PR)	55,08	76,01	63,42	80,21	43,36	95,64
Doutor Ulysses (PR)	29,68	75,38	34,69	68,05	2,42	78,53
Itapirapuã Paulista (SP)	31,16	67,67	41,80	83,47	40,91	89,79
Brasil	71,52	80,75	84,88	93,48	77,86	91,16
São Paulo	95,72	97,81	99,06	99,66	95,77	98,78
Paraná	82,81	94,75	90,90	97,71	86,07	97,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/2003

12.3.9.4. Condições de Vida da População Urbana Residente na Área do Reservatório - ADA

a) Características Gerais da População

A população urbana afetada pela UHE Tijuco Alto constitui-se de parcela dos moradores de

Cerro Azul que residem nas margens do rio Ribeira do Iguape, bairros identificados como Quarteirão dos Órfãos e a Barra do rio Ponta Grossa. Trata-se de uma área ainda com algumas características rurais, no limite de transição do rural para o urbano, a qual pode ser reconhecida como área “periurbana”.

Nessa área diretamente afetada pelo empreendimento, com amostragem de 63 imóveis e 81 famílias no total (1,29 famílias por imóvel), em 80 se puderam obter informações sobre a composição familiar. Assim, tem-se que o total de indivíduos da amostra soma 282, com média de 3,53 indivíduos por família (menor que a da população rural pesquisada na Área Diretamente Afetada pela UHE Tijuco Alto, que foi de 3,97).

Da mesma forma, ao analisar a faixa etária dessa população pesquisada, nota-se que a maioria, cerca de 60%, é adulta acima de 20 anos. As crianças menores de 10 anos somam perto de um quarto da população total, sendo 29,29% do sexo masculino e do 19,01% do sexo feminino. Já as crianças e jovens entre 11 e 20 anos chegam a pouco mais de 15%, mas já há uma inversão na proporção entre os sexos, sendo que o masculino diminui para 12% enquanto o feminino permanece na casa dos 18%. Entre os jovens adultos entre 21 e 30 anos, a proporção se mantém, havendo por volta de 11% de sexo masculino e 16% de feminino. São cifras coerentes com outras populações urbanas em geral, pois normalmente a proporção de homens tende a diminuir com a idade devido a inúmeros fatores, desde a maior mortalidade masculina desde o nascimento, até mesmo o fato de que muitos jovens deixam seus locais de nascimento em busca de melhores oportunidades de trabalho.

QUADRO 12.3.9/08 – FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO URBANA PESQUISADA, SEGUNDO O SEXO

Faixa etária	Masculino		Feminino		Total Geral	
	Subtotal	Percentual	Subtotal	Percentual	Total	Percentual
0 a 10	41	29,29	27	19,01	68	24,11
11 a 20	17	12,14	26	18,31	43	15,25
21 a 30	16	11,43	23	16,20	39	13,83
31 a 40	19	13,57	21	14,79	40	14,18
41 a 50	14	10,00	14	9,86	28	9,93
51 a 60	15	10,71	14	9,86	29	10,28
61 a 70	7	5,00	8	5,63	15	5,32
71 a 80	8	5,71	7	4,93	15	5,32
Mais de 80	3	2,14	2	1,41	5	1,77
Total	140	100,00	142	100,00	282	100,00

Fonte: CNEC/2004

No caso da população pesquisada, não parece haver “fuga” de jovens do sexo masculino, ao menos não de forma evidente, a ponto de ser notada, porquanto na faixa em que ocorre a maior saída de indivíduos do sexo masculino (21 a 30 anos) a proporção entre homens e mulheres se mantém, quando comparada à faixa etária anterior, e mesmo com o avançar da idade a proporção continua a se manter na população pesquisada.

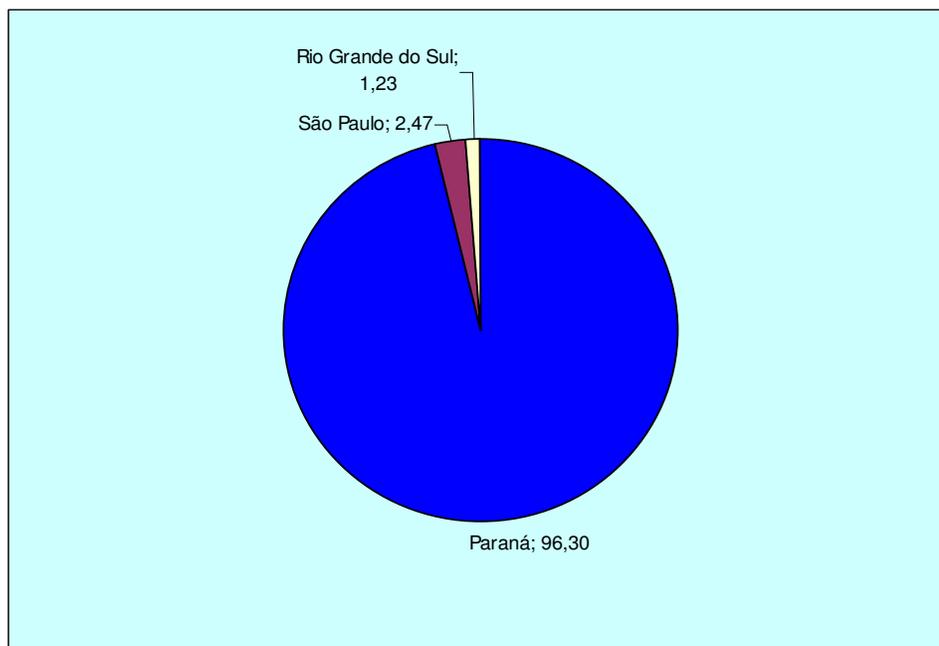
É interessante notar que, a maioria da população é de adultos, evidência de que não parece estar ocorrendo êxodo de adultos em busca de melhores oportunidades de trabalho, ou mesmo de condições de vida em outros centros, apesar de Cerro Azul ser um pequeno município e com baixo desenvolvimento econômico. Isso é mais significativo se for levado em consideração, a relativa proximidade com um pólo importante de serviços e trabalho, como Curitiba. Essa característica pode ainda ser reforçada quando se nota que há igual proporção entre pessoas do sexo masculino e feminino (cerca de 50% cada, ou, mais especificamente, 49,65% e 50,35%, respectivamente). Em locais onde há êxodo populacional acentuado, ao contrário, haveria uma proporção muito mais acentuada de mulheres, uma vez que são os homens que normalmente saem em busca de emprego em outras localidades, nem que sejam trabalhos temporários.

Enfim, os dados apontam que se trata de uma população estabilizada, como, aliás, as demais informações atinentes a essa população pesquisada também corroboram. É possível que a própria formação do município, que é bastante antigo, tendo se formado por volta de 1860, quando no local viviam populações indígenas e descendentes de portugueses, e tendo se desmembrado de Curitiba ainda no século XIX (Decreto 259 de 27/12/1897) e o fato de ser um município histórico tenha alguma influência no caso.

Outro dado que corrobora a análise são as informações atinentes ao chefe das famílias entrevistadas. O quadro levantado novamente evidencia que, em termos gerais, se trata de uma população já estabelecida no local há longa data, não se tratando de população recém migrada para a região.

A quase totalidade (mais de 95%) é nascida no Estado do Paraná, sendo exceções os nascidos em São Paulo e no Rio Grande do Sul (Figura 12.3.9/04). Tal conclusão é reforçada pelo fato de que, nada menos que 70 chefes de família, ou 86,42% nasceram no próprio município de Cerro Azul, muito embora não necessariamente tenham vivido toda a vida em sua área urbana.

FIGURA 12.3.9/04 – LOCAL DE NASCIMENTO DO CHEFE DE FAMÍLIA

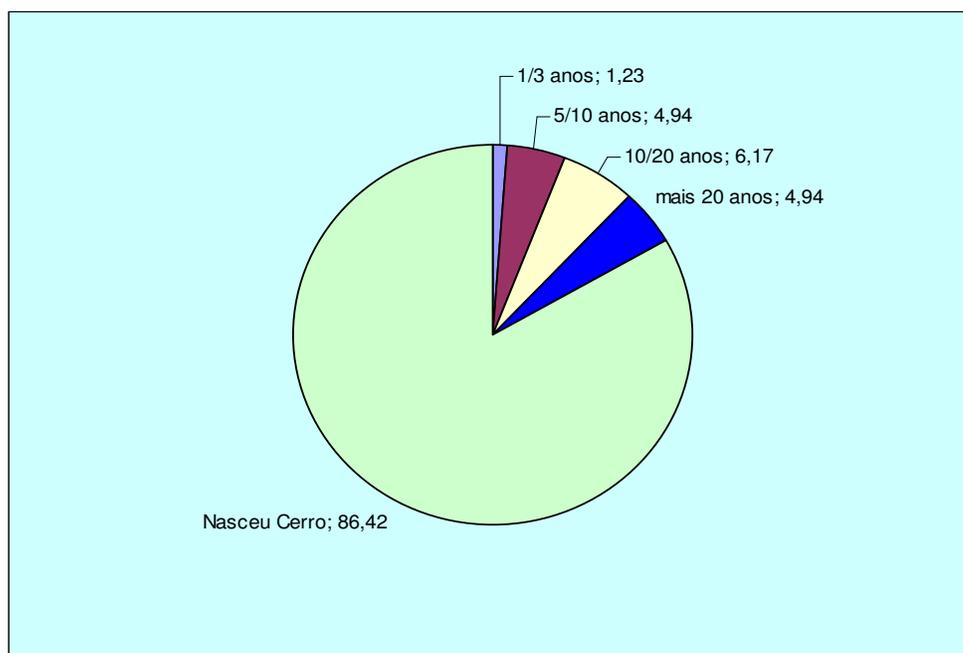


Fonte: CNEC/2004

Ao detalhar as informações, verifica-se que, os poucos chefes de família que não são nascidos em Cerro Azul residem no município há bastante tempo, sendo apenas um caso no qual o chefe reside entre um e três anos. O restante reside há mais de cinco anos, havendo inúmeros que residem há mais de vinte anos em Cerro Azul (Figura 12.3.9/05). Além disso, ao averiguar o tempo de residência no imóvel, constata-se um quadro igualmente significativo; por volta de 20% dos chefes ou nasceram no próprio imóvel que estava sendo levantado ou vivem nele há mais de vinte anos. Parcela mais significativa (29,63%) mora no imóvel entre dez e vinte anos, sendo que, ao se somarem àqueles que nasceram no imóvel ou nele residem por mais de dez anos observa-se que perfazem a grande maioria (70,37%). Contrariamente, aqueles que vivem no imóvel há menos de um ano são menos de 5% e pouco mais de 10% moram entre um e três anos (Quadro 12.3.9/9).

Tais características denotam, uma vez mais, que se trata de população estabelecida e estabilizada no local e no município, permitindo supor que já criaram inúmeros laços afetivos e de relações sociais com a sociedade local, como poderá ser constatado mais adiante, quando for analisada a sociabilidade dessa população. Apesar de ser uma população urbana, de município de pequeno porte, situado no Vale do Ribeira, originário de povoamento antigo de descendentes de portugueses e com economia voltada à agricultura, as características de bairro rural ainda estão presentes na própria cultura da população, que aliado ao fato de viver no local há longa data, certamente sedimentou os laços de parentesco e afetivos entre as famílias locais. É, portanto um aspecto importante a ser levado em consideração, tanto nos impactos sociais que o empreendimento pode trazer para essa população, como deve ser considerado nas propostas mitigadoras a serem elaboradas e desenvolvidas pelo empreendimento.

FIGURA 12.3.9/05 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DO CHEFE DE FAMÍLIA EM CERRO AZUL



Fonte: CNEC/2004

QUADRO 12.3.9/9 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DO CHEFE DE FAMÍLIA NO IMÓVEL

Tempo de residência	Total	Percentual
Menos de 1 ano	4	4,94
1/3 anos	9	11,11
3/5 anos	5	6,17
5/10 anos	5	6,17
10/20 anos	24	29,63
Mais de 20 anos	16	19,75
Nasceu no imóvel	17	20,99
Sem resposta	1	1,23
Total	81	100,00

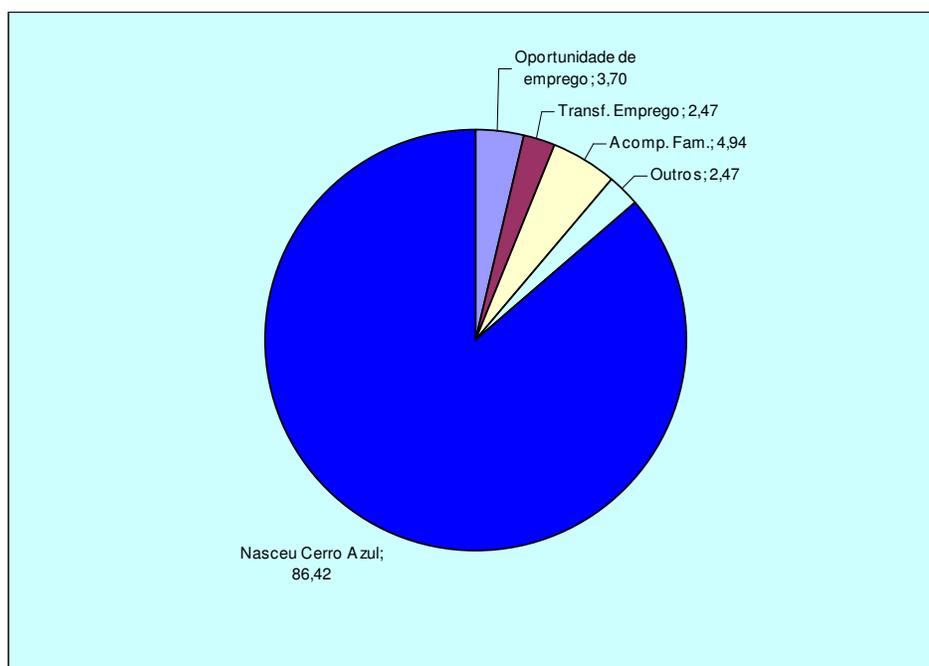
Fonte: CNEC/2004

Apesar das características relacionadas à formação histórica da região, atualmente a população tem características e formação urbana em sua maioria, visto que cerca de 60% dos chefes de família afirmou viver toda a vida em áreas urbanas, muito embora haja cerca de 40% que são oriundos de área rural. Todavia, saliente-se novamente que essa formação urbana deve ser relativizada, pois o fato de Cerro Azul ser um pequeno aglomerado urbano

faz com que inúmeras características culturais históricas tenham permanecido, notadamente nas relações sociais, sendo totalmente diversos de grandes centros urbanos.

Dentre a minoria que migrou para a cidade os motivos são variados, sendo os mais citados: “para acompanhar a família” (nesses casos, freqüentemente vieram para a cidade quando ainda eram jovens e ainda não haviam constituído suas próprias famílias), e a “busca de melhores serviços oferecidos”, certamente por causa da escola mais completa para os filhos, nem tanto pelos serviços de saúde. Nesses casos, além da necessidade ou desejo de que a família não se separe dos filhos, as escolas rurais não oferecem a possibilidade de ensino médio, limitando-se, no mais das vezes, nos primeiros quatro anos do ensino fundamental, ministrados em muitos casos em cursos multisseriados. Assim, pressupõe-se que, inúmeros entrevistados que afirmaram ter migrado para a cidade para acompanhar a família, fizeram-no igualmente para procurar melhores condições de estudo. Quanto aos demais motivos pelos quais migraram para o meio urbano há alguma referência às “melhores oportunidades de emprego proporcionado pela cidade” ou mesmo devido à “transferências de emprego para Cerro Azul” (Figura 12.3.9/06).

FIGURA 12.3.9/06 – PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A FAMÍLIA TER VINDO MORAR NA ÁREA URBANA



Fonte: CNEC/2004

b) Renda da População Urbana Afetada

Ao analisar as informações atinentes à renda dessa população obtêm-se informações que permitem conhecer melhor algumas de suas características. Em primeiro lugar, ressaltou-se que, das 81 famílias do total da amostra, foram obtidos dados de 80, sendo que, dessas, 73 declararam possuir renda. As 7 famílias restantes não necessariamente não possuem renda, mas o informante não soube precisar os rendimentos auferidos pelo(s) componente(s) da família. Desse modo, há um total de 260 indivíduos cuja família declarou alguma renda.

Dessa população total analisada constata-se que a renda média per capita chega a R\$ 205,91 ou 0,79 salários mínimos (s.m.), similar ao do próprio município de Cerro Azul em 2000 que, segundo o Censo, era de 0,82 salários mínimos (s.m). Ressalta-se que essa média obtida na amostra coloca o município em igualdade com os demais da Área de

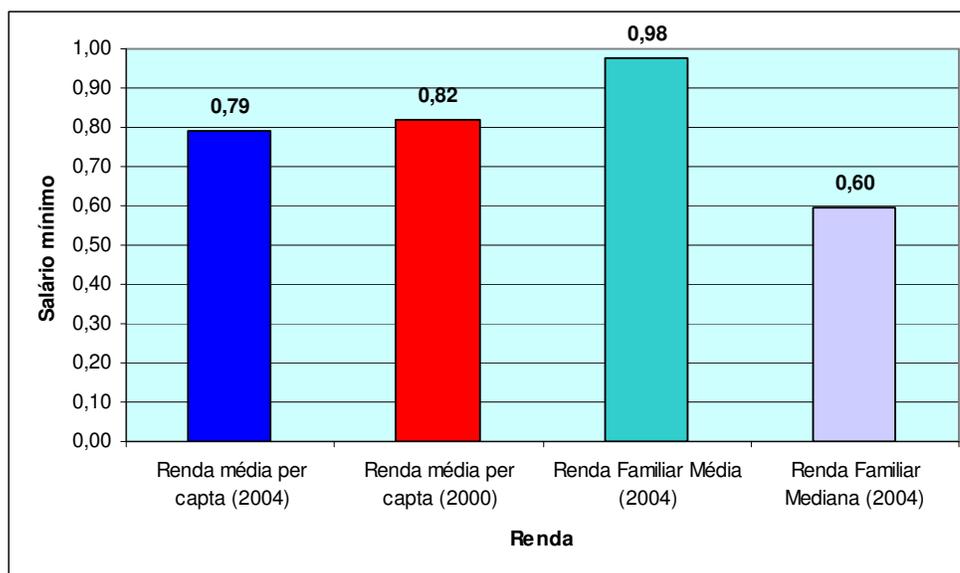
Influência Direta (AID), sendo maior que o de Doutor Ulysses, que tinha renda de apenas 0,57 salários mínimos em 2000. Todavia, a renda da população pesquisada continua a ser insatisfatória quando comparada aos Estados de São Paulo e do Paraná. Na realidade, a Renda média per capita de Cerro Azul e da amostra mostram-se piores que a do próprio Brasil, que era de 1,97 s.m, em 2000, e significativamente menos satisfatória que o do Paraná e de São Paulo, com 2,13 s.m. e 2,93 s.m., respectivamente.

Por conta de tais características, o Atlas do Desenvolvimento Humano, do PNUD, aponta que, em 2000, ao redor de 16% da população do município como um todo tinha mais de 50% de sua renda proveniente de transferências governamentais. O levantamento não se ateve a esse aspecto específico, e a renda média familiar identificada junto à população faz supor que essa proporção não deve ser muito diferente dos dados oficiais, havendo um grande número de famílias carentes. De qualquer forma, há significativa diferença entre as maiores e menores rendas familiares, corroborando o quadro descrito anteriormente, de que a distribuição de renda não se dá de maneira justa, havendo muita diferença entre os mais ricos e os mais necessitados (Cerro Azul apresentava, em 2000, o pior índice de Gini entre os municípios da AID, com 0,62, como já citado).

Essa grande diferença entre os mais ricos e os menos afortunados pode ser ilustrada ao verificar a diferença entre a “Maior renda familiar média” encontrada na amostra, que foi R\$ 2.500,00 (9,61 s.m.), ante a “Menor renda familiar média”, de apenas R\$ 16,67 (0,06 s.m). Evidentemente se tratam de extremos, mas se deve destacar que apenas três famílias (4,10% do total de famílias com rendimentos declarados da amostra) apresentaram rendimento médio superior a R\$ 1.000,00. A soma dos ganhos dessas três famílias chega a R\$ 15.000,00, o que representa nada menos que 28,12% da massa total de renda da população pesquisada. Contrariamente, vinte e quatro famílias (32,88% do total de famílias com rendimentos declarados da amostra, ou quase um terço) têm rendimento médio inferior a R\$ 100,00 (0,38 s.m.). A somatória da renda desse segmento chega a R\$ 6.842,00 ou 12,83% da massa total de rendimentos da população. Em outros termos, a concentração de renda é marcante ao se considerar a amostra pesquisada. Pode-se concluir que, 4% ficam com quase 30% da massa total de renda, enquanto 33% (quase um terço) da população ficam com pouco mais de 10% dessa massa de renda.

Em relação à Renda Familiar Média, ela chega a R\$ 253,98 ou 0,98 s.m., enquanto a Renda familiar mediana é significativamente menor, chegando a R\$ 155,00 ou 0,60 s.m., ou seja, apesar de a Renda familiar média chegar a quase um salário mínimo, a metade das famílias pesquisadas apresentam rendimento quase 64% menor que a própria média (Figura 12.3.9/07). São cifras que, novamente, reforçam as evidências da concentração de renda na população urbana pesquisada.

FIGURA 12.3.9/07 – RENDA MÉDIA PER CAPITA (2004 E 2000), RENDA FAMILIAR MÉDIA (2004) E RENDA FAMILIAR MEDIANA (2004)



Fonte: CNEC/2004 e Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD

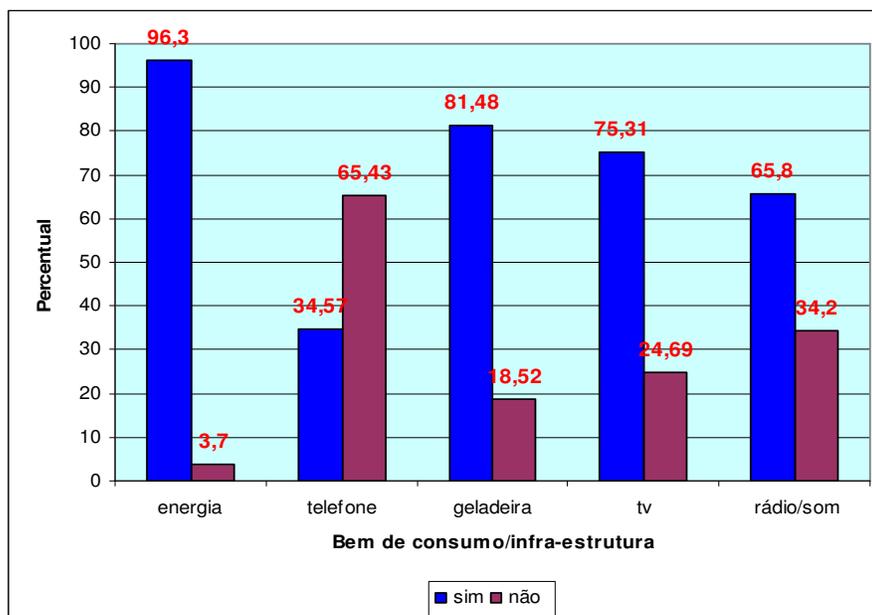
A conjunção entre, concentração de renda e baixo rendimento da parcela mais significativa da população amostrada, pode ser percebida pelo número de indivíduos que vivem em estado de carência. Ao averiguar indicadores clássicos (isto é, voltado aos indivíduos e não mais as famílias), como o número de pessoas que vivem com “menos de meio salário mínimo”, e aqueles que vivem com “menos de um quarto de salário mínimo”, o quadro obtido é esclarecedor. A maioria da população pesquisada, 143 indivíduos (55,00%), vivem com “menos de meio salário mínimo”, enquanto que a população extremamente carente, ou que vivem com “menos de um quarto de salário mínimo” perfazem 72 indivíduos (27,69%), algo entre um quarto e um terço da população total. Trata-se portanto, de um quadro altamente insatisfatório, visto que as populações urbanas normalmente não têm rendimentos indiretos, como a lavoura ou a pecuária que, além de implicarem outras fontes de renda monetária, mesmo que não resultem em dinheiro, auxiliam em atenuar as dificuldades de sobrevivência cotidiana.

Se a Renda média per capita, a Renda familiar média e, principalmente, a Renda familiar mediana, são indícios de que o número de pessoas carentes é significativo, como indicado acima, o número de famílias que recebem algum tipo de benefício oficial chega a mais de um terço, ou mais precisamente 37,03% do total das famílias entrevistadas. No entanto, essas famílias não recebem, necessariamente, auxílio do mesmo programa. Assim, a “Bolsa família” é recebida por apenas 8,64% das famílias (que corresponde a 23,33% das famílias que recebem auxílio). O percentual mais significativo (16,05% do total, ou 43,33% dos que recebem auxílio) declarou que recebem “bolsa escola”, sendo a maioria do Estado do Paraná, e não do governo federal. Nenhuma família recebe cestas básicas de quaisquer entidades ou de programas oficiais estaduais, federais ou municipais. Há ainda 12,35% do total, ou 33,33% dos que recebem auxílio, que afirmaram receber auxílio de um “programa de leite” oferecido pelo governo estadual do Paraná.

Ao verificar outros indicadores indiretos de renda, como alguns bens de consumo, em primeiro lugar, nota-se que na quase totalidade das residências há energia elétrica, o que permite o acesso e a utilização de alguns equipamentos que oferecem conforto, lazer e informação a essa população. A grande maioria das residências dispõe de geladeiras (mais de 80%) e de televisores num número um pouco menor (75%). Da mesma forma, em quase

dois terços dos imóveis há aparelhos de rádio ou som. O único bem que é disponibilizado pela minoria, pouco mais de um terço das residências é o telefone. Trata-se de mais um indicador que evidencia que há certas limitações no consumo, relacionadas diretamente à renda familiar, pois, no caso específico do telefone, embora já tenha deixado de ser um produto de consumo “elitista”, ainda implica despesa freqüentemente muito alta que não pode ser arcada pelas famílias mais carentes, ou, no mínimo, pesaria sobremaneira em orçamentos tão baixos como o destacado (Figura 12.3.9/08).

FIGURA 12.3.9/08 – BENS DE CONSUMO POSSUÍDOS PELA POPULAÇÃO PESQUISADA



Fonte: CNEC/2004

c) Escolaridade da População Urbana Afetada

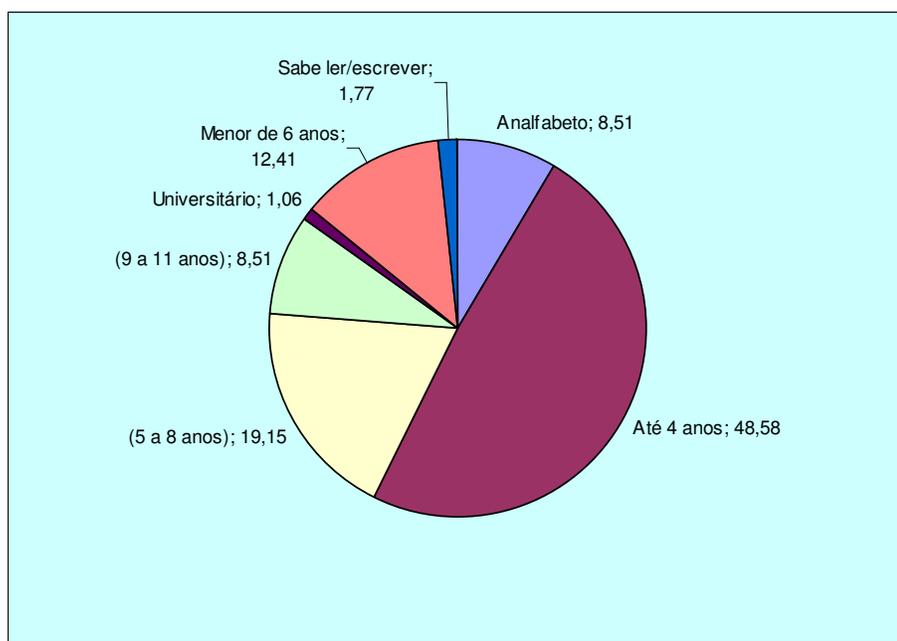
Ao analisar os dados acerca da escolaridade/educação da população pesquisada, nota-se que se trata de uma população com relativa baixa escolaridade. Como já destacado, ao verificar o indicador “Taxa de analfabetismo entre adultos acima de 25 anos”, observa-se que, em 2000 (segundo o Censo do IBGE encontrado no *Atlas do Desenvolvimento Humano*, do PNUD) era de 29,98% em Cerro Azul (a segunda pior dentre os cinco municípios analisados da Área de Influência Direta da UHE Tijuco Alto). Tratava-se de número muito mais insatisfatório que o do próprio Brasil (16,04%), que o do Paraná (11,70%) e, principalmente, que o do Estado de São Paulo (7,90%). Já em relação à amostra, como era de se esperar, pois se trata de população urbana que, em geral, apresenta melhor escolaridade que a população rural, a “Taxa de analfabetismo da população acima de 25 anos” mostra-se melhor que o do município de Cerro Azul como um todo, ou seja, é de 14,47% (algo similar ao do país), porém, inferior ao do país e dos Estados envolvidos no empreendimento.

Mesmo dentre os que freqüentaram a escola (entre essa população adulta acima de 25 anos), verifica-se que a maioria (58,49%) tem até quatro anos de estudo, e outros 14,47% tem entre quatro ou oito anos de estudo. Em outros termos, quase três quartos dessa população (72,96%) possuem, no máximo, a escolaridade fundamental. Em contrapartida, pouco mais de 1% possuem nível universitário, característica coerente num grupo com rendimentos baixos como o pesquisado.

Tal quadro, no entanto, aos poucos está sofrendo leve melhora, porquanto os mais jovens, em geral, freqüentam mais a escola que seus pais. Como se observa na Figura 12.3.9/09, quando se toma a população pesquisada na totalidade, os níveis de escolaridade tendem a apresentar números ligeiramente melhores. As pessoas com menos de quatro anos de estudo ficam pouco abaixo dos 50%, enquanto quase 20% têm entre quatro e oito anos de estudo. Assim, a população com apenas ensino fundamental diminui para cerca de dois terços do total e da mesma forma, o percentual de analfabetos diminui para 8,51%.

Importante salientar a situação dos menores de seis anos. Das 33 crianças nessa faixa etária, há 8 com seis anos e que, em tese, deveriam estar numa pré-escola. Porém, apenas 3 estudam e as demais 5 não freqüentam qualquer escola. Dentre as crianças com cinco anos, que poderiam igualmente estar freqüentando a pré-escola, nenhuma vai a qualquer instituição de ensino. Apesar de não existirem escolas específicas de educação infantil em Cerro Azul, 3 escolas urbanas oferecem ensino infantil (jardim III e a pré-escola, além do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries) e uma creche (berçário, maternal I, II e III; e jardim I e II), sendo que o total de alunos matriculados de acordo com os dados municipais seria de 210 na creche e mais 100 na pré-escola (segundo levantamento de campo junto à Secretaria Municipal de Educação). No entanto, por algum motivo, esse benefício parece não estar sendo usufruído pela população pesquisada. O fator renda parece não ser indicativo, visto que tanto aquelas famílias que matriculam quanto as que não matriculam seus filhos possuem rendimento médio similar, respectivamente de 0,40 e 0,37 salários mínimos.

FIGURA 12.3.9/09 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO URBANA PESQUISADA EM CERRO AZUL



Fonte: CNEC/2004

Apesar desse quadro preocupante para as famílias pesquisadas, de maneira geral, a tendência à melhoria na escolaridade é reforçada quando se nota que, dentre as crianças entre 7 e 14 anos, a quase totalidade, ou 98,04%, freqüenta a escola. Na realidade a única criança dessa faixa etária que não vai à escola alega que “não quer mais estudar”. Além disso, 66,67% (dois em cada três) adolescentes entre 15 a 18 anos continuam estudando, o que pressupõe que, em médio prazo, a proporção de indivíduos com ensino fundamental e médio concluídos deverá sofrer relativo incremento. Todavia, o percentual de indivíduos com

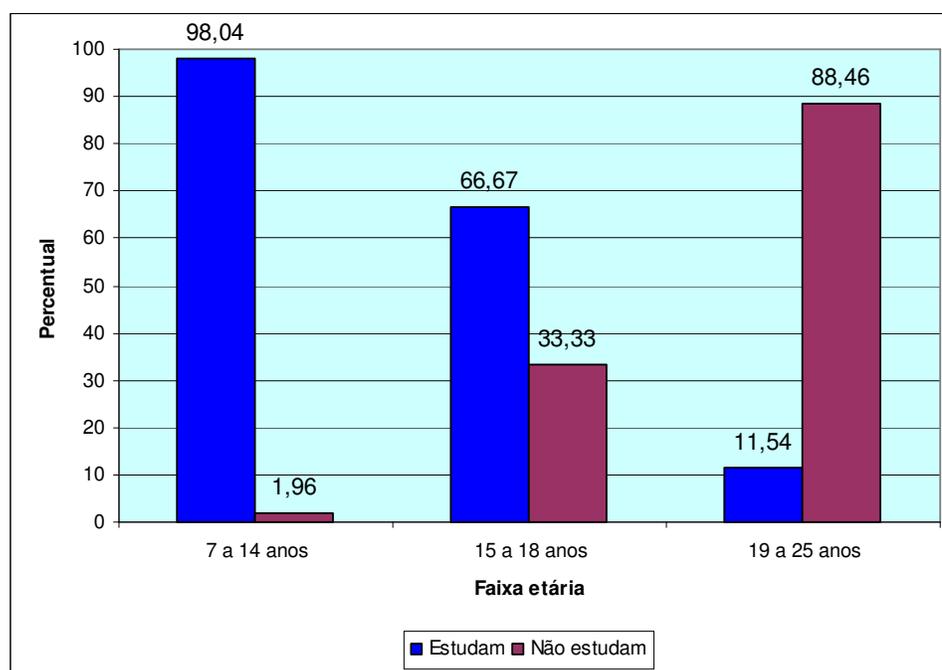
nível universitário deverá continuar baixo, visto que somente pouco mais de 10% entre os jovens entre 19 e 25 anos continuam a estudar.

Outro fato marcante dessa população é que, a quase totalidade das crianças entre 7 e 14 anos estuda no próprio município de Cerro Azul, sendo (com exceção de uma criança em escola particular) em escola oficial estadual ou municipal. Por outro lado, há apenas cinco famílias nas quais alguém estuda em outra cidade, sendo duas em Curitiba e três em Presidente Prudente.

Ressalte-se que, apesar da freqüência à escola ter aumentado nos últimos anos, o indicador “Crianças entre 10 e 14 anos com pelo menos um ano de atraso escolar” ainda é muito significativo, ou seja, quase dois terços (65,52%) não estão na série que deveriam estar de acordo com sua idade. Não raro, há crianças com mais de três anos de atraso escolar. Trata-se de um indicativo de que uma proporção relativamente elevada de crianças terá dificuldades em seguir os estudos após concluir o ensino fundamental. Outro indício de que aqueles que freqüentarão o ensino médio e, principalmente, o universitário não irão melhorar consideravelmente nos próximos anos é o fato de quase 90% dos jovens entre 19 e 25 anos já terem deixado de estudar (conforme Figura 12.3.9/10). A principal alegação (cerca de 80%) daqueles acima de 15 anos que abandonaram a escola é porque “não querem mais estudar”, enquanto a grande minoria alegou “falta de condições financeiras”.

Na realidade, essa evasão escolar é uma questão muito complexa e, evidentemente, não se restringe a Cerro Azul, é um problema amplo do país. Dentre as inúmeras variáveis relacionadas à evasão escolar e a baixa escolaridade do brasileiro, encontram-se desde a baixa qualidade do ensino, que certamente é encontrada no município pesquisado, a falta de melhores opções para essa população, os baixos rendimentos familiares que leva a necessidade de os jovens trabalharem em tenra idade, o desestímulo de muitas famílias para que os filhos continuem a estudar, a resignação com a evasão escolar de seus filhos, a própria baixa escolaridade dos pais que pouco podem fazer para auxiliar os filhos na escola, e assim por diante.

FIGURA 12.3.9/10 – FREQUÊNCIA À ESCOLA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA



Fonte: CNEC/2004

d) Saúde da População Urbana Afetada

Ao verificar a variável saúde, ressalta-se que, em relação às enfermidades, o levantamento da população pesquisada deu-se somente às doenças auto-referidas, isto é, aquelas destacadas e conhecidas pelo próprio entrevistado.

Assim, ao se trabalhar com as informações diretamente levantadas junto à população pesquisada, percebe-se que, aparentemente, ela não é acometida por problemas muito diferenciados das demais populações da região, ou até mesmo das populações rurais pesquisadas. Em relação às enfermidades, a grande maioria apontou a gripe (mais de 70%) como a doença que os acometeu nos últimos tempos. Os demais problemas de saúde apontados são em número pouco significativo, nenhum chegando a dez citações, como os casos de hipertensão, problemas na coluna, coronarianos, diabetes, dores de cabeça, no “rim” (sem especificar quais problemas), depressão, e outros, com apenas uma ou outra menção.

Os dados de mortalidade obtidas no *site Cidades*, do IBGE, por sua vez, mostram que as informações levantadas na população pesquisada são coerentes ao quadro geral obtido, pois foram registrados apenas 6 óbitos em Cerro Azul (todos em indivíduos acima de 60 anos), sendo 2 por doenças do aparelho circulatório e 4 por doenças no aparelho respiratório, que foi o principal problema apontado. Evidentemente não se encontram nesse número as eventuais complicações de saúde que implicaram transferência para outros centros, como em Curitiba, e os possíveis óbitos daí decorrentes.

Interessante notar também os hábitos da população em relação aos procedimentos adotados em caso de enfermidade. Diferentemente da população rural pesquisada, que tem por hábito, em primeiro lugar, recorrer aos remédios caseiros, a população urbana apontou como primeira providência, procurar um médico em posto de saúde ou hospital, como afirmou cerca de 60% dos entrevistados. Provavelmente, pelo acesso mais rápido às instituições de saúde. Mesmo assim, não é desprezível a proporção de quem utiliza remédios caseiros (pouco mais de um terço recorrem, primeiramente, a esse procedimento para, depois, procurarem um hospital). Os principais remédios caseiros apontados são: chá de folha de laranja, de boldo, de poejo, de erva cidreira e de limão (Quadro 12.3.9/10).

QUADRO 12.3.9/10 – PRINCIPAIS REMÉDIOS CASEIROS CITADOS

Remédio caseiro	No. de citações
chá de alho	2
chá de alho com mel	1
chá de quebra pedra	1
chá de alfavaca	1
chá de boldo	9
chá de camomila	1
chá de sabugueiro	1
chá de sálvia	2
chá de erva cidreira	5
chá de erva doce	1
chá de folha de laranja	17
chá de folha de limão	2
chá de guaco	2
chá de hortelã	4
chá de limão	3
chá de poejo	8
chá de eucalipto	2
chá de losna	1
Não utilizam remédio caseiro	27 famílias

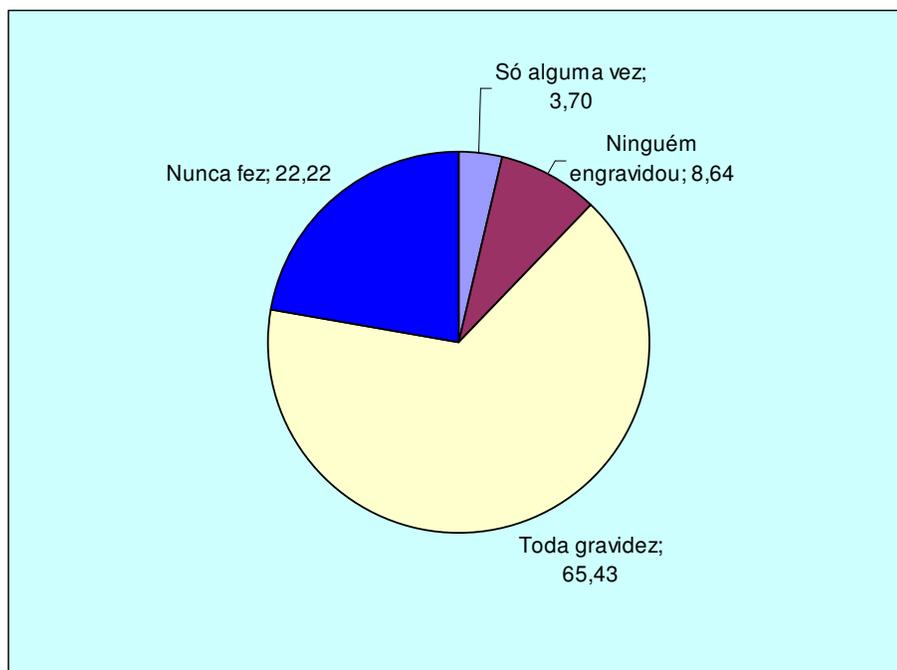
Fonte: CNEC/2004

Quando procuram uma instituição de saúde, mais de 90% dessa população o faz em Cerro Azul, e apenas 5 entrevistados afirmaram que vão à Curitiba em busca de assistência médica. Na realidade, aparentemente, a população somente vai à capital em caso de necessidade de especialização médica, procurando resolver os problemas menos graves no próprio município. A maioria, cerca de 70%, procura principalmente os postos de saúde e pouquíssimos procuram um hospital público, enquanto aproximadamente 25% vão a um hospital privado.

Em levantamento realizado em Cerro Azul, junto à Secretaria Municipal de Saúde, identificou-se a existência de 10 estabelecimentos de saúde, sendo 9 públicos (sem internação) e 1 privado (com internação) que atende através do SUS, disponibilizando 26 leitos no total. Assim, provavelmente os que afirmam procurar o hospital privado, o fazem normalmente recorrendo ao SUS, sendo poucos os que arcam ou podem arcar com despesas particulares, pois a renda auferida tornaria impeditivo pagar pelos serviços de saúde, mesmo em casos de necessidade. A carência de equipamentos para diagnósticos mais sofisticados em Cerro Azul vem ao encontro das informações obtidas, de que a população procura a capital quando necessita de especializações médicas e, certamente, de exames complementares que muitas vezes isso implica.

Em relação aos cuidados com aspectos relacionados à saúde materna e infantil, como o acompanhamento pré-natal e pós-natal, verifica-se que a maioria das mulheres tem por hábito realizar exames pré-natais, sendo que pouco mais de 20% afirmaram nunca ter realizado tais exames (Figura 12.3.9/11). Da mesma forma, 52 famílias afirmaram que fazem o acompanhamento médico periódico pós-natal, até os dois anos de idade, sendo apenas 3 as famílias que somente levam a criança de menos de 2 anos quando ficam doentes. Além disso, outras 12 famílias disseram que somente vacinam suas crianças, não fazendo acompanhamento médico.

FIGURA 12.3.9/11 – ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL



Fonte: CNEC/2004

Apesar de parcela da população não fazer acompanhamento da saúde de suas crianças recém nascidas até 2 anos de idade, o município de Cerro Azul apresentava, como já

mostrado na caracterização dos municípios da Área de Influência Direta do empreendimento, uma Taxa de mortalidade infantil, para crianças até 1 ano de idade, de 18,32 mortes por mil nascidos vivos. Trata-se de cifra equivalente e até mesmo um pouco melhor que o do Paraná, que era de 20,30 e bem melhor que o do país, de 30,57. No caso de Cerro Azul, o destaque foi a grande melhoria nesse indicador na última década, uma vez que, em 1991, a Taxa de mortalidade era de 41,51 mortes por mil nascidos vivos, ou seja, a melhora foi de 126,58%, a mais significativa dentre todos os 23 municípios analisados e muito melhor que o do Brasil para o período, que foi de 30,57%.

Esses números poderiam ser ainda melhores se todos fizessem acompanhamento médico em seus recém nascidos, mas o fato de parcela da população fazê-lo já deve ter contribuído de maneira significativa para a melhora do indicador. Isso seria ainda mais reforçado se programas preventivos, como o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde), fossem mais abrangentes ou eficientes no município. Segundo a população pesquisada, a maioria (56,79%) das famílias nunca foi visitada pelos agentes de saúde. Dentre as 43,21% das famílias que são visitadas, a maioria afirma que as visitas ocorrem mensalmente ou sem periodicidade regular, sendo muito poucas as que são visitadas com maior regularidade. As agentes de saúde, segundo os entrevistados, normalmente passam informações e orientações diversas aos familiares (Quadro 12.3.9/11). Trata-se de situação que mereceria mais destaque dos órgãos responsáveis, porquanto são ações que auxiliam de forma decisiva na melhora dos índices de saúde e, conseqüentemente, na própria qualidade de vida de populações com grau de carência significativa, como no município pesquisado.

QUADRO 12.3.9/11 – EM RELAÇÃO ÀS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE (ACS)

Visita de ACS às famílias		No. famílias	Percentual
Nunca foram visitadas	Nunca ouviu falar	1	1,23
	Conhece, mas nunca foi visitado	45	55,56
	Sub-total	46	56,79
Recebem visitas	Mais de 1 por mês	3	3,70
	1 vez por mês	11	13,58
	1 cada 2/3 meses	2	2,47
	1 cada 4/6 meses	2	2,47
	1 vez/ano	4	4,94
	Não há tempo certo	13	16,05
	Sub-total	35	43,21

Fonte: CNEC/2004

e) Hábitos Alimentares da População Urbana Afetada

Ao verificar uma variável relacionada tanto aos aspectos culturais da população pesquisada quanto a indicadores de saúde e de renda, como é o caso dos hábitos alimentares, surge um quadro interessante. De maneira geral, à primeira vista, a alimentação não pode ser considerada como pobre ou inadequada, uma vez que as famílias consomem os mais variados alimentos, diferindo apenas na freqüência (Quadro 12.3.9/13). Evidentemente a pesquisa não se aprofundou na qualidade e na quantidade dos alimentos consumidos, nem realizou um inquérito alimentar, porquanto isso não se constitui no cerne do levantamento.

A dieta tradicional do “arroz com feijão” é consumida pela totalidade da população, de maneira quase que diária, isto é, apenas 3 e 4 famílias, respectivamente, afirmaram que o consumo é de 2 a 3 vezes na semana. No caso do arroz, normalmente ele é adquirido, havendo apenas 3 casos em que todo ou parte provém de plantio próprio. Já no caso do feijão, embora a grande maioria compre o produto, há uma parcela não desprezível, de 15 imóveis onde se planta o produto. São dados coerentes com uma população urbana que, quando possível, desenvolve cultura de subsistência.

Os alimentos que acompanham essa dieta como carnes, legumes e verduras também são consumidos pela quase totalidade das famílias. No caso das carnes, a bovina é consumida por praticamente todas as famílias, mas, diferentemente do “arroz com feijão”, a maioria não a consome diariamente, variando entre “às vezes” e entre uma, duas e até três vezes na semana. Nesse caso, supõe-se que tal fato esteja muito mais relacionado às questões econômicas, e não tanto ao hábito propriamente dito, pois quase todos têm de adquiri-la, sendo um produto mais caro que a comida tradicionalmente consumida. A carne suína também é consumida pela quase totalidade das famílias, mas sua frequência não é diária, sendo que a maioria a consome “às vezes” a, no máximo, duas a três vezes na semana. A grande maioria das famílias compra essa carne, havendo apenas quatro famílias que criam porcos e os consomem. O peixe é o alimento que, proporcionalmente, é o menos consumido. Mesmo assim, 73 das 81 famílias pesquisadas o fazem com alguma regularidade, o que dá cerca de 90% dessa população, muito embora a maioria tenha afirmado que seu consumo é “muito raro” ou “às vezes”. Da mesma forma, são muito poucos os que consomem peixe pescado na região, sendo normalmente adquiridos no comércio local.

Quanto aos legumes, verduras e frutas, a totalidade das famílias afirmou consumi-los. A maioria os consome de maneira diária ou em mais de uma vez por semana, denotando tratar-se de um acompanhamento importante na dieta diária da população. Embora a maioria adquira esses alimentos no comércio, há famílias que cultivam os produtos em seus imóveis.

Em relação aos laticínios, verifica-se que todas as famílias os consomem (com exceção de uma única família que não consome laticínios) quase diariamente e, a maioria os adquire no comércio, sendo raros os que têm produção própria. Já, aves/ovos e massas são consumidas diariamente ou, diversas vezes na semana. No caso das aves/ovos há 11 famílias cuja criação e produção própria atendem ao consumo, mas, no caso das massas, a totalidade as adquire no comércio. Trata-se de um indício de que o antigo hábito de fabricar em casa alimentos como pães e outras massas, estão em desuso nessa população, que se volta para os produtos industrializados.

QUADRO 12.3.9/12 – HÁBITOS ALIMENTARES DA POPULAÇÃO PESQUISADA, SEGUNDO O TOTAL DE FAMÍLIAS

Alimento	Consome		Frequência						De onde vem		
	sim	não	diária	2/3 semana	1 x semana	às vezes	muito raro	não consome	propried.	Compra	ambos
Arroz	81	0	76	4	0	0	1	0	2	78	1
Feijão	81	0	78	3	0	0	0	0	15	66	0
Carne bovina	79	2	15	31	11	21	1	2	0	79	2
Carne suína	77	4	1	27	18	27	4	4	3	73	1
Peixes	73	8	1	4	4	22	42	8	3	70	0
Verduras	81	0	57	17	2	5	0	0	11	66	4
Legumes	81	0	40	21	3	16	1	0	9	70	2
Frutas	81	0	35	22	6	15	3	0	5	74	2
Aves/ovos	81	0	21	37	5	18	0	0	11	69	1
Massas	81	0	34	32	10	4	1	0	0	81	0
Laticínios	80	1	63	4	1	11	1	1	2	78	0

Fonte: CNEC/2004

f) Infra-Estrutura e Habitação da População Urbana Afetada

Nos aspectos relacionados à habitação, verifica-se que o quadro mostra-se diverso da população rural pesquisada, sendo que as casas são de madeira ou alvenaria, em quase igual proporção, por volta de 50% cada, e menos de 3% das residências são de outro

material, como taipa. De forma geral, os telhados são de telha, sendo 77,78% com forro e 20,99% sem forro. O tamanho das casas é, em média, de 68,80 m², maior que a da zona rural pesquisada, que foi de 56,23 m². A menor casa identificada tem apenas 10 m², ao passo que a maior chega a 450 m². Além disso, o número médio de cômodos por residência chega a 4,86, mas o percentual mais significativo (39,51%) das residências tem 5 ou mais cômodos, com média de área construída bem maior, 107,91 m² (Quadro 12.3.9/13).

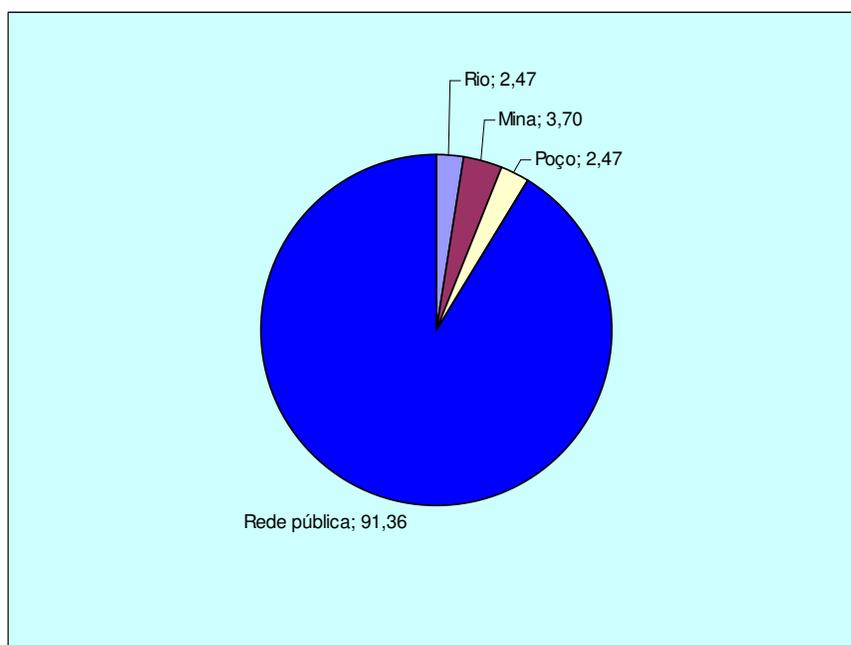
QUADRO 12.3.9/13 – HABITAÇÃO (Nº DE CÔMODOS E TAMANHO MÉDIO DAS RESIDÊNCIAS)

Nº Cômodos	Residências	Percentual	Média/m ²
1	1	1,23	36,00
2	3	3,70	21,66
3	6	7,41	28,83
4	18	22,22	40,00
5	21	25,93	53,62
Mais de 5	32	39,51	107,91

Fonte: CNEC/2004

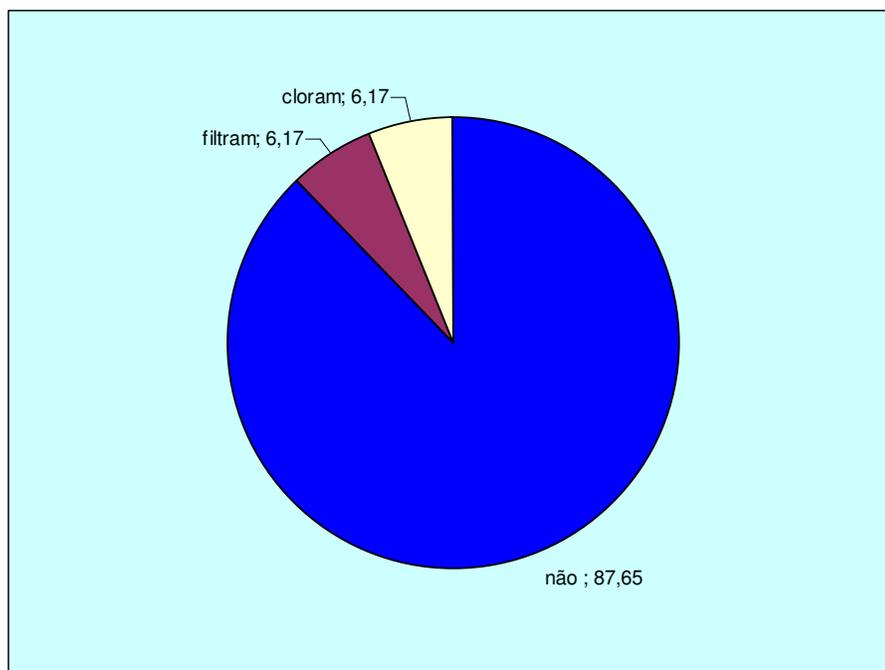
Quanto à infra-estrutura, praticamente a totalidade das casas dispõe de energia elétrica, e mais de 90% recebe a água da rede pública de abastecimento. Os poucos que buscam a água consumida em outros locais o fazem no próprio rio, em poço, mina ou nascente perto de suas residências (Figura 12.3.9/12). Esse percentual de casas com água de rede pública pode ser um bom indicador (pode até ter sido um dos fatores que contribuíram para a diminuição da mortalidade infantil), no entanto, essa população não tem o hábito de tratar a água consumida. A maioria absoluta (perto de 90%) não faz qualquer tipo de tratamento, sendo que são pouquíssimos os que filtram ou cloram a água. No caso dos que consomem água de mina, somente um a clora, quando seria recomendável que todos os que se encontram nessa situação devessem clorá-la, ou, no mínimo, fervê-la. Tal procedimento evitaria inúmeras doenças graves oriundas da água, como diarreias, infecções intestinais, hepatite, dentre outras, e que estão relacionadas não somente com a qualidade de vida, mas com a saúde da população (Figura 12.3.9/13), pois nem sempre o esgoto das residências tem destino adequado.

FIGURA 12.3.9/12 – ORIGEM DA ÁGUA CONSUMIDA NA RESIDÊNCIA



Fonte: CNEC/2004

FIGURA 12.3.9/13 – TRATAMENTO DA ÁGUA CONSUMIDA



Fonte: CNEC/2004

87,65% das casas possuem banheiros internos com água encanada, 6,17% possuem banheiros externos, mas igualmente com encanamento. 2,27% têm sanitários precários como fossa negra, e 3,70% simplesmente não possuem sanitários em seus imóveis (apesar do número pouco significativo é um dado importante e preocupante, pois denota que ainda há famílias inteiras com hábitos não recomendados de higiene e saúde). Essa situação apresenta certo risco notadamente pelo fato que, essas famílias encontram-se entre as que jamais receberam sequer a visita de agentes comunitários de saúde que poderiam passar orientações quanto aos hábitos de higiene e saúde, buscando com isso melhoria das condições sanitárias e conseqüentemente melhoria das condições de vida.

Outro fator que aponta para eventuais problemas que podem advir desses hábitos refere-se ao destino do esgoto sanitário dos imóveis. Muito embora pouco mais de um terço das residências (37,04%) afirme que o esgoto vá para a rede de coleta municipal, em quase a metade das residências (49,38%) utilizam-se fossas, negras ou sépticas, essas últimas indicadas como sendo a maioria, mas são informações que podem não espelhar a realidade. Além disso, 9,88% afirmam que o esgoto vai direto para o rio. Enfim, nota-se que o destino do esgoto da maioria absoluta dos imóveis pesquisados não é adequado, podendo vir a se constituir em foco de problemas sérios de saúde coletiva.

A grande maioria dos imóveis residenciais (79,01%) tem seu lixo recolhido através da coleta municipal, com periodicidade semanal ou de duas vezes na semana. Nos locais onde não há coleta municipal, normalmente o lixo é queimado, havendo apenas um caso em que se afirmou que a matéria orgânica é utilizada como adubo.

g) Sociabilidade, Associativismo na População Urbana

Um aspecto que merece especial atenção refere-se à sociabilidade da população pesquisada, uma vez que as relações sociais devem ser levadas em consideração quando de seu deslocamento por causa do alagamento do reservatório. Assim, quando se verificam as relações de parentesco dessa população, apenas 3 famílias afirmaram não ter parentes

no município. Das demais, todas têm parentes morando tanto em Cerro Azul quanto no bairro, na proximidade dos imóveis pesquisados (Quadro 12.3.9/14). Além disso, os entrevistados, em sua maioria, têm por hábito as visitas regulares aos parentes, sendo que 49,38% afirmaram que os visitam “quase sempre”, e outros 22,22% fazem-no “às vezes”.

QUADRO 12.3.9/14 – NÚMERO DE PARENTES DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS MORANDO EM CERRO AZUL

Parentes	Total	Percentual
Não tem	3	3,70
Moram no bairro	2	2,47
Moram na cidade	6	7,41
Moram no bairro e na cidade	70	86,42

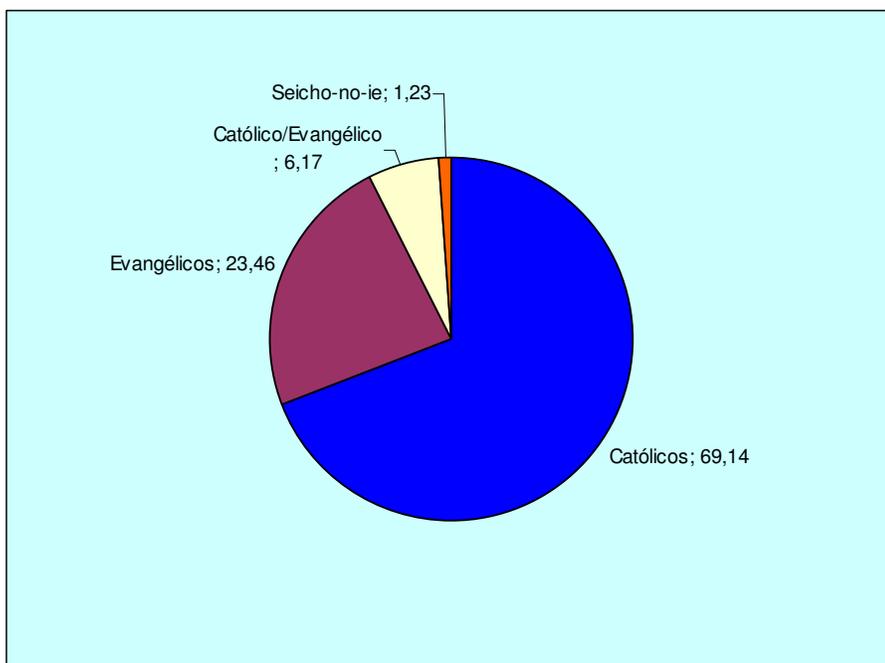
Fonte: CNEC/2004

Esse dado corrobora a formação histórica de toda a região do Vale do Ribeira, na qual está inserida Cerro Azul, cuja maioria dos povoados se originou de bairros rurais. No caso específico da população urbana pesquisada de Cerro Azul, apesar do contingente populacional significativamente estabelecido na cidade, possui características socioeconômicas que favorecem a permanência de inúmeros traços culturais ligados à origem histórica de povoamento rural. Daí o elevado nível de parentesco entre as famílias (como nos bairros rurais originários de grupos de famílias que participavam de trabalhos comuns e de festas religiosas coletivas locais). Essas famílias, por seu turno, desde a formação, não eram unidades isoladas, faziam parte de um conjunto amplo no distrito e que, no caso de Cerro Azul acabou por tornar-se município. Essas famílias originárias não se limitavam ao bairro, mas à circunvizinhança, o que ampliava os laços de solidariedade locais. Pelos números apresentados nota-se que a característica de grupos de vizinhança, baseadas nas relações de parentesco e de alianças, ainda estão presentes nessa população urbana, sendo que essa característica deve ser considerada quando se pensar na relocação dessas famílias por conta do futuro reservatório.

Já em relação aos amigos, todos afirmaram que os possuem no bairro ou na cidade, sendo que, contrariamente aos parentes, a parcela mais significativa (45,58%), afirmou que os visitam “às vezes” e 22,22% “quase sempre”. Entretanto, mesmo aqueles que não têm por hábito visitar amigos têm uma convivência corriqueira com eles.

Uma outra instância, na qual se estabelecem relações sociais é a religião seguida pelos indivíduos, que apresenta um quadro interessante. A maioria absoluta dos familiares dos entrevistados segue a religião católica, sendo que os evangélicos compõem cerca de um quarto dos membros de algumas famílias.

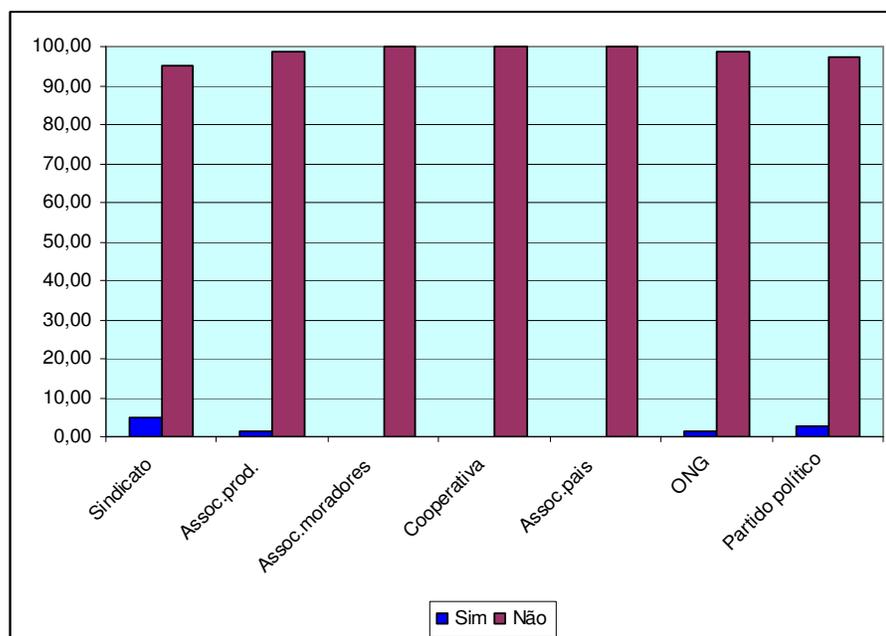
FIGURA 12.3.9/14 – RELIGIÃO SEGUIDA PELA MAIORIA DOS FAMILIARES DOS ENTREVISTADOS



Fonte: CNEC/2004

Outra informação que reforça a característica dessa população em constituir relações sociais, praticamente através do parentesco e de afinidade (das amizades formadas de longa data), se torna mais claro ao verificar o nível de associativismo dos familiares dos entrevistados. Se, em relação à religião seguida, não houve casos de pessoas que não seguem alguma seita, ocorreu o inverso ao se indagar se alguém era associado a sindicatos, associações de produtores, moradores, pais e mães, cooperativas, ONGs ou partidos políticos. Praticamente não há associados dessas instituições sociais, sendo as únicas exceções, 4,94% de famílias que tem alguém associado a sindicato de trabalhadores, havendo ainda uma família que possui associado de ONG e de associação de produtores, e outras duas famílias que tem alguém associado a partido político. As demais não estão ligadas a quaisquer instituições.

FIGURA 12.3.9/15 – ASSOCIATIVISMO DOS FAMILIARES DOS ENTREVISTADOS



Fonte: CNEC/2004

Mesmo os eventos festivos ou religiosos que ocorrem em Cerro Azul e são reconhecidos pela população pesquisada, não conta, necessariamente com a sua participação (Quadro 12.3.9/15). O evento mais citado foi a Festa da Laranja ou Exponkan, sendo também a que mais participam (aproximadamente 75% dos que a citaram costumam participar). Os demais eventos são normalmente relacionados à Igreja católica como, Festa da Padroeira (Nossa Senhora da Guia) e diversas procissões como as de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora Aparecida, no entanto, relativamente, poucas famílias entrevistadas costumam participar. Da mesma forma, outras festas como São João e Sete de Setembro, foram pouco citadas, sendo menor ainda o número de participantes. Enfim, apesar de alguns eventos sociais terem a sua importância (particularmente os religiosos pelo seu papel no estreitamento de laços sociais), uma vez mais parece clara a importância primordial das relações de parentesco e afinidade, acima de quaisquer outras atividades sociais no município.

QUADRO 12.3.9/15 – PRINCIPAIS EVENTOS EM CERRO AZUL, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.

Festa/evento	Citações	Costuma participar	Tipo de evento
Padroeira (N. Sra. da Guia)	46	32	Religiosa/procissão
N. Sra. do Carmo	13	4	Procissão
N. Sra. Aparecida	5	5	Procissão
São João	8	2	Junina
Sete de Setembro	15	11	Cívica
Laranja/Exponkan	64	48	Festa

Fonte: CNEC/2004

h) Segurança Pública para a População Urbana

Um ponto a ser observado é a imagem que essa população faz em relação à segurança pública em Cerro Azul. Os levantamentos preliminares apontam o município como um local com poucas ocorrências policiais, sendo que as autoridades locais afirmam que se limitam praticamente a eventuais furtos, sem a observância de atos violentos.

Conforme a quase totalidade das opiniões levantadas, essa impressão parece ser compartilhada pelos entrevistados, ou seja, o município é considerado como um lugar “calmo e tranquilo”. Somente um entrevistado o considera “um pouco violento” e ninguém o considera “violento”. Mas, quando comparado com dez a vinte anos atrás, cerca de 20% avaliam que está “mais violento”. Normalmente, tais entrevistados acham que o principal motivo é o próprio aumento populacional e o “movimento” observado no município. Somente um indivíduo mencionou a falta de empregos no local e outro citou o uso de drogas. Já os cerca de 50% que afirmaram que o local continua calmo, tem como principal alegação o fato de que a cidade “sempre foi calma” ou pelo fato de “todos serem conhecidos” (Quadro 12.3.9/16). Na realidade, trata-se de mais uma evidência de que as relações sociais de parentesco ou de afinidade, são importantes meios de convivência, e até mesmo de controle social, impedindo atos que possam provocar conflitos internos à sociedade.

QUADRO 12.3.9/16 – OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA EM CERRO AZUL

Em relação ao passado	Total	Percentual
Mais violento	16	19,75
Mais calmo	19	23,46
Mesma coisa	40	49,38
Não sabem avaliar	6	7,41

Fonte: CNEC/2004

Essas opiniões, todavia, apresentam alterações quando a construção da UHE Tijuco Alto é apresentada aos entrevistados. Nesse caso, aqueles que não sabem avaliar se haverá alterações sobem para cerca de 30% do total. Somente um opinou que “ficará mais calmo”, estranhamente sob a alegação de que viriam mais pessoas para o município. Talvez, considere que haveria por consequência mais controle policial. Cerca de 25% acham que permanecerá a “mesma coisa”, sendo que as principais alegações seriam que, “não há motivo para mudar”, haveria “maior geração de empregos” compensando um fator potencialmente gerador de violência, a falta de empregos, além da justificativa de que as pessoas “são todas conhecidas”, novamente numa referência às relações sociais tradicionais vivenciadas no local.

Já os que consideram que haverá aumento na violência em decorrência da construção do empreendimento (mais de 40% do total), são quase que unânimes em apontar o “aumento de pessoas desconhecidas” e, conseqüentemente do “movimento” local como gerador de mais violência que a observada atualmente. São indivíduos que, na realidade percebem que a construção do futuro reservatório, e o afluxo de trabalhadores e outras pessoas em busca de oportunidade de negócios causará um impacto na população, muito embora, parcela não desprezível a qual “não soube avaliar”, certamente, deve ter a sensação de que deverá ocorrer algum tipo de alteração no quadro atualmente vivido.

QUADRO 12.3.9/17 – OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA EM CERRO AZUL, COM A CONSTRUÇÃO DA UHE TIJUCO ALTO

Em relação ao passado	Total	Percentual
Mais violento	36	44,44
Mais calmo	1	1,23
Mesma coisa	20	24,69
Não sabem avaliar	24	29,64

Fonte: CNEC/2004

Essa imagem de que o município pode tornar-se mais violento com a construção da UHE Tijuco Alto, bem como o ato de que cerca de 20% já consideram Cerro Azul mais violento quando comparado ao passado é, em parte corroborado pelos levantamentos realizados em campo, junto aos responsáveis pela segurança no município. Na realidade, o município conta com uma delegacia e sete funcionários, sendo um sargento PM, mas seis soldados

(dois de Curitiba) que atendem à região, incluindo Doutor Ulysses. Segundo o responsável pela área, os aumentos verificados em casos de violência são devido às obras do gasoduto que atravessa a região, bem como à implantação de projetos florestais que trouxeram contingente externo à área. Por conta disso, houve certo incremento no número de casos de lesão corporal, furto, roubos e até mesmo de consumo de entorpecentes. Todavia, a autoria dos casos normalmente é dos próprios moradores locais. Por fim, uma outra violência identificada na região não diz respeito à área urbana, mas à grilagem de terras que teria se acentuado com a instalação desses projetos florestais. Percebe-se, assim, que a região como um todo já está sofrendo um impacto social de certos empreendimentos que estão ocorrendo na área.

12.3.9.5. Comunidades Rurais Afetadas

a) Caracterização da População Rural Afetada

Distribui-se, principalmente, ao longo do rio Ribeira de Iguape nos municípios de Ribeira, Itapirapuã Paulista e Doutor Ulysses, em São Paulo, e Cerro Azul e Adrianópolis, no Paraná, os quais terão parte de seu território atingido pelo futuro reservatório. O universo amostral identificou 115 imóveis onde vivem 193 famílias, com uma média de 1,67 famílias por imóvel.

A população total constitui-se de 746 indivíduos, com média de 3,86 indivíduos por família, número menor que o de EIA/RIMA, de 1991, que identificou a média de 4,30 indivíduos por domicílio. Neste caso, a diferença pode ser devida ao conceito utilizado, pois um domicílio pode abrigar mais de uma família e, se esse fato for comum, haverá um incremento na média de indivíduos por domicílio.

Interessante notar que, ao se comparar os dados obtidos nesta pesquisa, entre as populações rural e urbana (com o mesmo conceito de família e imóvel), há diferenças no número médio de componentes entre essas populações. Como era de se esperar, percebe-se que a família rural tende a ser maior que a urbana, pois como já mencionado, a média nos imóveis urbanos foi de 1,29 famílias por imóvel, assim como a média de indivíduos por família urbana foi de 3,53 moradores por imóvel, isto é, nos imóveis rurais há cerca de 10% a mais de moradores na média.

Ao analisar a faixa etária da população pesquisada nota-se – como já ocorrera com a população urbana – uma maioria de adultos acima de 20 anos. No entanto, no meio rural parece haver uma pequena diferença em relação à urbana, isto é, são 56,57% de adultos ante 60,67% na mesma faixa etária acima de 20 anos. A defasagem é pequena e somente um cálculo estatístico mais apurado poderia determinar se há diferença estatística significativa entre essas populações, pois pelo desvio padrão não se pode concluir que haja diferença. De qualquer maneira, esperava-se que a população rural adulta fosse menor que a urbana, porquanto devido às características do meio rural, onde há maior dificuldade de serviços faz com que, freqüentemente, os adultos em idade produtiva deixem a área com mais intensidade.

Os números relativos à população rural pesquisada, entretanto, não confirmam essa hipótese inicial. Ao menos na população estudada não parece haver a saída de indivíduos em idade produtiva, principalmente em relação aos homens (estes são em maior número no geral, 52,81% ante 47,19% das mulheres), ao contrário da população urbana onde claramente havia igualdade entre a distribuição entre os sexos. Mesmo entre os adultos, o número de homens chega a 58,63% ante 57,11% das mulheres. Em outros termos, pode ter havido algum êxodo de homens à procura de empregos, provavelmente quando da desativação da mineração existente em algumas áreas, mas isso é coisa do passado e, no quadro atual, isso certamente parece não ocorrer.

O número de crianças menores de 10 anos soma ao redor de um quarto da população total, tal qual a população urbana, mas as crianças do sexo masculino chegam a cerca de 20% (na população urbana era de cerca de 30%, mas essa diferença pode ser devido ao acaso). As do sexo feminino chegam a 25% enquanto na população urbana era menor que 20%. As crianças e jovens entre 11 e 20 anos perfazem cerca de 20%, pouco acima da população urbana que era de pouco mais de 15%. Nessa faixa, a distribuição entre os sexos se mostra similar, ao redor de 20%. No grupo de jovens adultos, entre 21 e 30 anos, há por volta de 17% de sexo masculino ante 14% de feminino. A distribuição populacional nessa faixa, por sua vez, se mostra interessante, pois corrobora a afirmação de que parece não haver a saída de jovens, principalmente homens, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Trata-se da faixa etária muito suscetível à falta de perspectivas de emprego e os jovens, comumente, tendem a “sair de casa” em busca de “melhorar na vida”. Essa constatação é significativa se, tal como ocorre com a população urbana, for levado em relevo a proximidade com pólos econômicos de serviços e trabalho, como Curitiba, no Paraná ou em São Paulo, Itapetininga, Sorocaba e a própria capital.

Outro fato importante é a similaridade de distribuição entre os sexos quando se verificam os idosos. Novamente seria normal haver um número maior de mulheres que homens, mas novamente isso não é verificado nessa população rural. Dentre os acima de 60 anos, há 10,41% de homens e 8,81% de mulheres. Evidentemente, são cifras similares, mas é curioso notar que, aparentemente nessa população não se caracteriza a tendência de haver menos homens idosos quando comparado ao de mulheres na mesma faixa etária.

QUADRO 12.3.9/18 – FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RURAL PESQUISADA, SEGUNDO O SEXO

Faixa etária	Masculino		Feminino		Total Geral	
	Subtotal	Percentual	Subtotal	Percentual	Total	Percentual
0 a 10	80	20,30	88	25,00	168	22,52
11 a 20	83	21,07	73	20,74	156	20,91
21 a 30	66	16,75	48	13,64	114	15,28
31 a 40	45	11,42	48	13,64	93	12,47
41 a 50	42	10,66	26	7,39	68	9,12
51 a 60	37	9,39	38	10,80	75	10,05
61 a 70	23	5,84	19	5,40	42	5,63
71 a 80	13	3,30	9	2,56	22	2,95
Mais de 80	5	1,27	3	0,85	8	1,07
Total	394	100,00	352	100,00	746	100,00

Fonte: CNEC/2004

Essa característica permite concluir que a população pesquisada mostra-se estabelecida na região. Apesar de a região caracterizar-se pela baixa dinâmica econômica, é muito antiga com povoados desde os séculos XVII e XVIII. Mesmo o rio Ribeira de Iguape já era habitado por descendentes de bandeirantes, e depois de portugueses no século XIX. Da mesma forma, as relações sociais estabelecidas originaram-se através de bairros rurais, os quais existem até os dias atuais e, em grande medida, essa população ainda guarda traços culturais desse tipo de agrupamento social, como poderá ser melhor ilustrada adiante, ao analisar a sociabilidade das famílias rurais.

Os entrevistados, por sua vez, constituem-se, na maioria absoluta, nos próprios chefes de família (77,72%), seu cônjuge (17,10%), e uma pequena parcela pelos filhos (4,15%), e o restante, cerca de 1%, por irmãos ou pessoas sem vínculo de parentesco. As famílias entrevistadas, por seu turno, constituíram-se naquelas cujo chefe estabeleceu diversos tipos de relações com a propriedade. A parcela mais significativa (quase a metade) alega ser proprietária do imóvel. Em seguida, cerca de um quinto dos entrevistados são parentes do proprietário, vivendo no imóvel seja através de favor (para tomar conta da propriedade) ou, comumente, sendo filhos ou filhas do proprietário, têm uma porção da terra para exercer alguma atividade (normalmente de subsistência) na área. Número similar de famílias,

próximo a 10%, constitui-se de empregados ou famílias que, sem vínculo de parentesco com o proprietário, vivem “de favor” no imóvel. O número de meeiros é pouco significativo, pouco mais de 5% e o de arrendatários é ainda menor, assim como o de posseiros (Quadro 12.3.9/19).

QUADRO 12.3.9/19 – SITUAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA EM RELAÇÃO À PROPRIEDADE

Situação em relação ao imóvel	Quantidade	Percentual
Proprietário	91	47,15
Arrendatário	6	3,11
Meeiro	13	6,74
Empregado	18	9,33
Posseiro	4	2,07
Vive de favor	15	7,77
Toma conta	5	2,59
Parente	34	17,62
Outro	7	3,63
Total	193	100,00

Fonte: CNEC/2004

Aquelas famílias que não são proprietárias, por sua vez, vivem diversas situações em relação aos acordos com o proprietário do imóvel no qual residem. Ao se considerar arrendatários, meeiros, empregados, os que vivem de favor, tomadores de conta e outros, que somam cerca de 33% (64 chefes de família em um total de 193) estabeleceu acordos verbais, o que poderá trazer futuros problemas para essas famílias, notadamente quando da aquisição dos imóveis. Número um pouco menor, ao redor de 15% dos não proprietários, simplesmente não tem qualquer acordo com o dono do imóvel. Trata-se, igualmente, de fonte de futuros problemas na hora da negociação para a retirada do imóvel, pois conforme a situação são famílias que já adquiriram o direito à posse das áreas, independentemente da documentação ou da vontade do proprietário do imóvel. São casos, no entanto, que no momento ainda não são significativos em número, sendo algo em torno de cinco a sete situações na amostra pesquisada (daí se estimar que sejam em torno de 20 famílias ou um pouco mais no total). Aqueles que afirmaram ter acordos formalizados com o proprietário com contrato registrado em cartório perfazem cerca de 20% desse total. Há, ainda, pouco mais de 5% que são empregados com registro em Carteira de trabalho e número similar de moradores em outra situação, normalmente parentes que vivem de favor (Quadro 12.3.9/20).

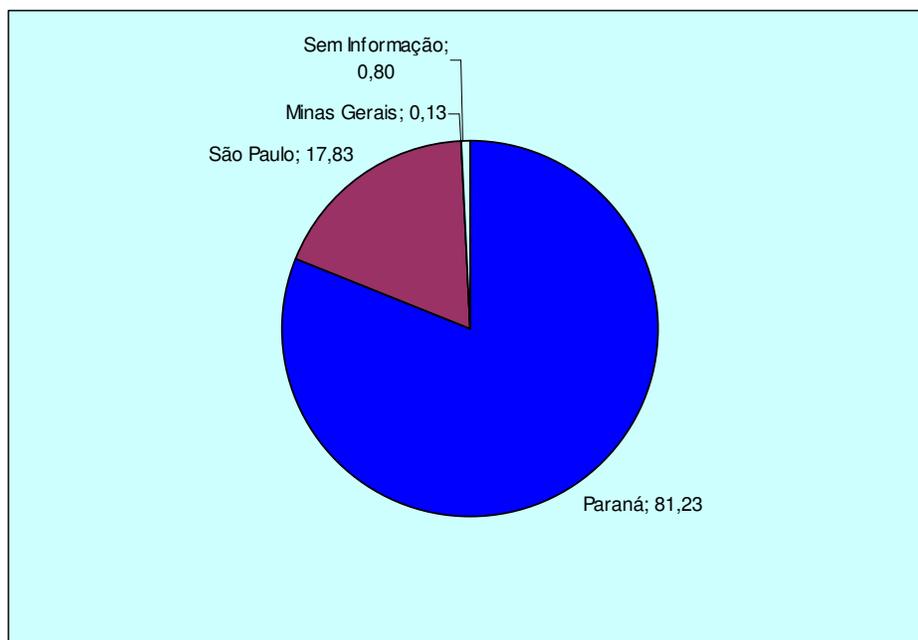
QUADRO 12.3.9/20 – TIPO DE ACORDO ENTRE O CHEFE DE FAMÍLIA E O PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Acordo em relação à ocupação do imóvel	Quantidade	Percentual
Contrato registrado em cartório	21	20,59
Acordo verbal	55	53,92
Carteira de trabalho assinada	6	5,88
Não tem acordo	15	14,71
Outro	5	4,90
Total	102	100,00

Fonte: CNEC/2004

As informações relativas à origem do chefe de família, corroboram mais ainda o fato de que se trata de uma população estabelecida na área e com relações sociais consolidadas, tal qual ocorria com a população urbana, sendo minoria aqueles recém migrados para a região. A maioria absoluta (mais de 80%) é nascida no Estado do Paraná, mesmo que as propriedades estejam distribuídas tanto na margem paulista quanto paranaense do rio Ribeira de Iguape. Os nascidos em São Paulo são em menor número, embora seja o segundo contingente em tamanho (menos de 20%), havendo apenas um chefe de família nascido em Minas Gerais e, em menos de 1%, não se identificou o local de nascimento (Figura 12.3.9/16).

FIGURA 12.3.9/16 – LOCAL DE NASCIMENTO DO CHEFE DE FAMÍLIA

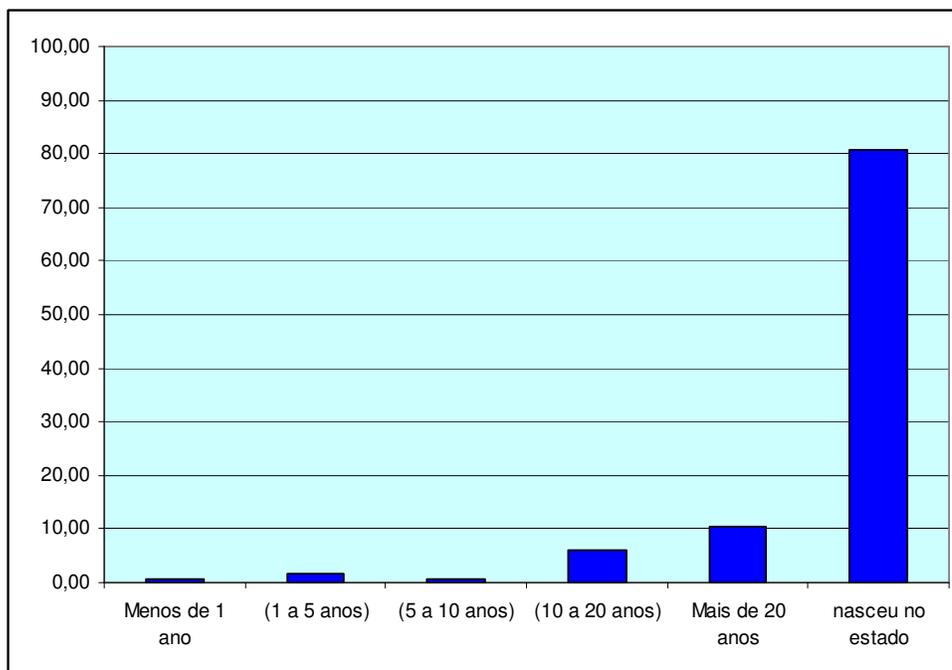


Fonte: CNEC/2004

Ao detalhar o tempo em que os chefes de família vivem na região, uma vez mais se observa que, entre os menos de 20% que não nasceram no Paraná, cerca da metade vive no local há mais de 20 anos, aproximadamente a metade vive entre 10 e 20 anos, sendo muito pouco significativos os que vieram a menos de 10 anos para a área (Figura 12.3.9/17). Tais informações também reforçam a idéia de que se trata de população estabelecida e estabilizada no local, principalmente pelo significativo número de imóveis que foram subdivididos entre os familiares (filhos e parentes) para desenvolver produção própria e independente.

Quando são analisados os principais motivos pelos quais as famílias dos entrevistados vieram morar no imóvel propriamente dito, verificam-se motivos variados, sendo os mais citados “para acompanhar a família” (nesses casos, como ocorre com a população urbana pesquisada, vieram para o imóvel quando ainda eram jovens e não haviam constituído suas próprias famílias), e a “oportunidade de emprego”. Para cerca de um terço dos entrevistados, essa questão não se aplicava, pois se constituem de indivíduos nascidos no próprio imóvel (Quadro 12.3.9/21). Há, também, pouco mais de 15% dos entrevistados cujas famílias vieram ao imóvel pelos mais diversos motivos, desde aqueles que alegaram “não ter para onde ir”, “veio para terra de parentes”, “saiu da antiga propriedade que foi comprada pela CBA”, “a escola era mais próxima”, dentre outros. Assim, existe um contingente populacional não desprezível em número que se constitui nas famílias mais carentes e que moram no local, muito mais por falta de opção que por outra razão. Enfim, entre os que alegam não ter melhores opções encontram-se desde os que vivem “de favor”, quanto inúmeros parentes e os poucos posseiros que vivem na área. Da mesma forma, alguns vieram de locais com infra-estrutura ainda pior, notadamente onde não havia escolas por perto. Nesses casos, essas respostas ficam por conta dos que vieram para locais mais próximos aos núcleos dos bairros rurais, onde se concentram os serviços, como escola ou postos de saúde.

FIGURA 12.3.9/17 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DO CHEFE DE FAMÍLIA NO IMÓVEL



Fonte: CNEC/2004

QUADRO 12.3.9/21 – PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A FAMÍLIA TER VINDO MORAR NA PROPRIEDADE

Motivo	Quantidade	Percentual
Oportunidade de emprego	39	20,21
Transferência de emprego	4	2,07
Acompanhar a família	39	20,21
Terra barata	11	5,70
Assentamento do governo	1	0,52
Facilidade de crédito	2	1,04
Condições ambientais	1	0,52
Nasceu na propriedade	63	32,64
Outro	33	17,01
Total	193	

Fonte: CNEC/2004

b) Renda da População Rural Afetada

Em relação à renda da população rural pesquisada devem ser levadas em consideração algumas variáveis. Em primeiro lugar, trata-se de uma análise da população como um todo, sendo que, aparentemente, alguns bairros apresentam especificidades, como rendimento maior ou menor que a média, indicando serem áreas mais carentes ou mais prósperas. Esses casos particulares serão tratados separadamente mais adiante, quando se descreverem os diversos bairros que compõem a área de estudo. Em segundo lugar, das 193 famílias do total da amostra, 178 declararam possuir renda. Nas 15 famílias restantes o entrevistado não soube precisar os rendimentos auferidos pelo(s) componente(s) da família, não implicando, necessariamente, inexistência de rendimentos.

Dessa forma, na população analisada obtém-se uma renda média per capita de R\$ 145,95 (significativamente menor que a da população urbana pesquisada, que foi de R\$ 205,91) ou apenas 0,56 salários mínimos (s.m.). Todavia, no caso da população rural, esse rendimento nominal declarado não é necessariamente a totalidade da renda, pois há renda indireta,

como a produção agropecuária (para o mercado ou de subsistência) que contribui para a composição da renda e de sua sobrevivência.

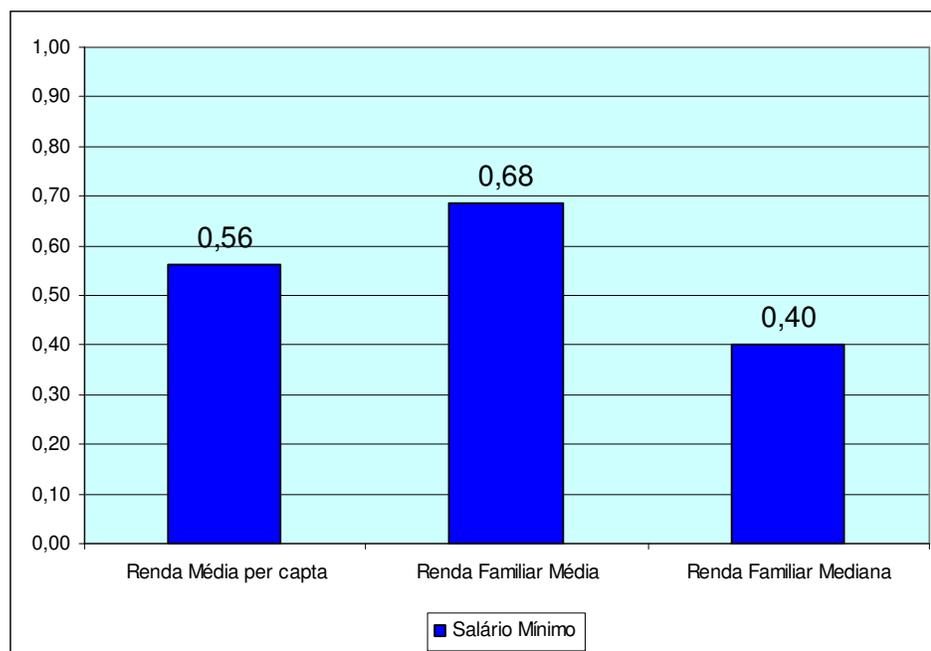
Essa Renda média per capita da população rural mostra-se muito mais insatisfatória que a do Brasil como um todo, de 1,97 s.m, em 2000, e ainda menos satisfatória se comparada a do Paraná (2,13 s.m.). No caso do Estado de São Paulo, cuja renda per capita é de 2,93 s.m., a população rural pesquisada tem renda nominal de menos de um quinto da média paulista, sendo que o dado oficial engloba também a população rural e não leva em conta rendas indiretas.

Devido a essas cifras declaradas, o número de pessoas dentro dos conceitos de populações que vivem em extrema carência, como a faixa “menos de meio salário mínimo” e “menos de um quarto de salário mínimo” é muito significativa. Se, na população urbana pesquisada essa cifra ultrapassa, respectivamente, 55% e 25%, no caso da população rural os números são ainda mais dramáticos. Nada menos que 477 indivíduos, ou 63,94% (quase dois em cada três indivíduos), vivem com “menos de meio salário mínimo mensal”. Já os que se encontram num nível ainda maior de carência perfazem 239 indivíduos, ou 32,04%, praticamente um terço da população pesquisada sobrevive com “menos de um quarto de salário mínimo mensal”, o que implica muitas privações no dia-a-dia.

A Renda familiar média é de R\$ 177,98 ou 0,68 salários mínimos (s.m.), e a Renda familiar mediana é de R\$ 104,00 ou menos de meio salário mínimo (0,40 s.m.). Se comparada à da população urbana pesquisada que, apesar de considerada baixa, chegava próxima a um salário mínimo mensal, a média da população rural chega a ser acima de 30% menor. Já ao observar a Renda mediana o quadro é ainda pior, porquanto metade das famílias rurais pesquisada tem rendimento médio abaixo de meio salário mínimo. Esse quadro de baixa renda pode ser ainda ilustrado pelo fato de que mais da metade das famílias (56,18%) tem renda média menor que meio salário mínimo, enquanto que cerca de um quarto das famílias (24,16%) das famílias tem rendimento médio menor que um quarto de salário mínimo (Figura 12.3.9/18).

Destaque-se ainda que, aparentemente, há uma relação direta entre tamanho da família e carência, isto é, a média de pessoas por família entre a população rural pesquisada é de 3,87, como já destacado. Essa média já é um pouco maior que a da população urbana que era de 3,53 indivíduos por família. No entanto, ao verificar as famílias com menor renda e, por isso, presumivelmente mais carentes, essa média se altera para cima. Em outros termos, nas famílias que tem renda média menor que meio salário mínimo, o número médio de pessoas sobe para 4,77 por família (quase 25% acima da média geral). Já entre aquelas que têm renda média menor que um quarto de salário mínimo, o número médio de pessoas por família sobe ainda mais, para 5,56 por família (quase 45% acima da média geral).

FIGURA 12.3.9/18 – RENDA MÉDIA PER CAPITA, RENDA FAMILIAR MÉDIA E RENDA FAMILIAR MEDIANA (2004)



Fonte: CNEC/2004

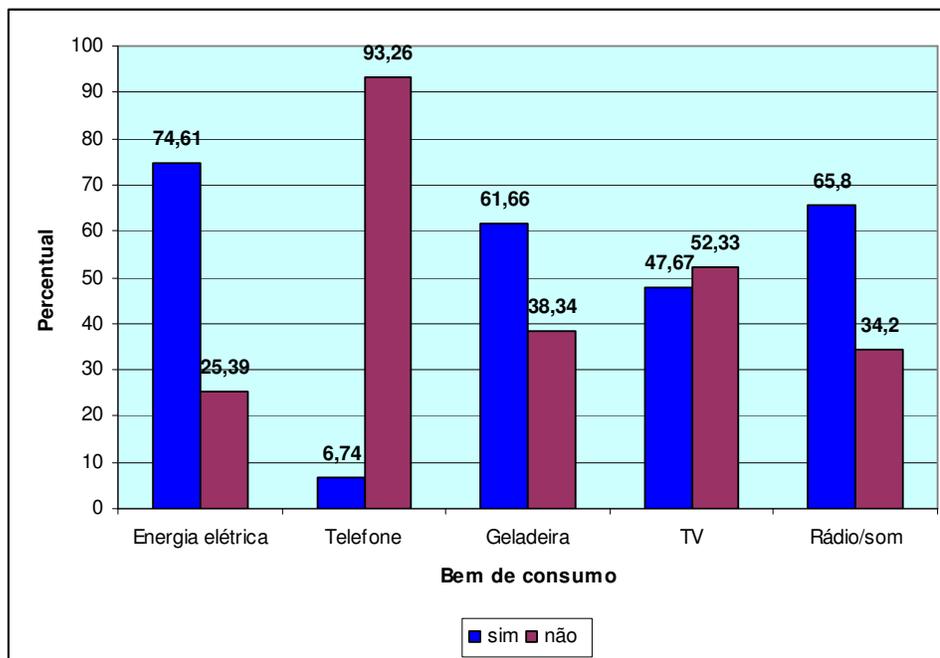
Assim como ocorreu com a população urbana verifica-se aqui também uma grande diferença entre as famílias com melhor rendimento e as mais carentes. A maior Renda familiar média foi de R\$ 3.700,00 enquanto que a menor foi de R\$ 10,00. Novamente são extremos, mas para se ter uma idéia dessa diferença, apenas três famílias (1,68%) têm rendimento médio superior a mil reais, ao passo que oitenta e cinco famílias (47,75%), ou quase a metade do total, têm renda média inferior a cem reais mensais. Como já salientado anteriormente, trata-se de análise baseada em valores nominais declarados, sendo que, na prática, há certamente rendimentos indiretos através de atividades de subsistências, pois, de outra maneira, até mesmo a sobrevivência imediata dessa população estaria em cheque, caso contassem apenas com o rendimento monetário para o dia-a-dia. De qualquer maneira, são cifras que evidenciam que, em termos gerais, as condições de vida devam ser bastante precárias.

Outro indício de que o número de pessoas carentes é significativo, é o elevado número de famílias que recebem algum tipo de benefício oficial, o qual chega a quase 40% do total ou, mais precisamente, 38,34% (74) do total das famílias entrevistadas (número proporcionalmente superior ao de famílias urbanas atendidas). Mesmo assim, certamente um número maior ainda de famílias encontra-se dentro do perfil daqueles que poderiam receber auxílio oficial. O benefício mais comum que atende a 23,03% das famílias são os programas diversos, com especial destaque para o “Programa do Leite” e a “Bolsa Alimentação” do governo estadual do Paraná. A “Bolsa escola” é recebida por 16,06% das famílias (sendo 10,88% do governo federal e 5,18% do estadual). A “Bolsa família” é recebida por 11,91% das famílias (sendo 6,73% do governo federal e 5,18% do estadual). As famílias que recebem “Cestas básicas” são apenas 3 (menos de 2% do total), de instituições privadas de caridade.

Uma outra maneira de avaliar as condições de vida e que está relacionada à estimativa de renda é verificar os bens de consumo possuídos, constituindo-se também num indicador indireto de renda. Neste caso se percebe, apesar de ser uma população rural, na grande maioria das residências há energia elétrica (em torno de 75%). Evidentemente, há menos

bens de consumo que o da população urbana, mas mesmo assim, mais de 60% das famílias possuem geladeira e quase a metade aparelho de televisão. Assim como ocorreu com a população urbana, em quase dois terços dos imóveis há aparelhos de rádio ou som. Já o telefone é um bem que muito poucas famílias possuem, chegando a pouco mais de 60% (Figura 12.3.9./19). Tais cifras permitem inferir que, mesmo com renda nominal significativamente baixa, ainda assim muitas famílias conseguem adquirir alguns bens que auxiliam a incrementar a qualidade de vida dessa população, notadamente a geladeira e a televisão. Tudo indica, a principal benfeitoria é a própria energia elétrica. Uma vez obtida, por mais carente que seja a família, é uma questão de tempo para adquirir alguns bens de consumo.

FIGURA 12.3.9/19 – BENS DE CONSUMO POSSUÍDOS PELA POPULAÇÃO PESQUISADA



Fonte: CNEC/2004

c) Hábitos Alimentares da População Rural Afetada

Os hábitos alimentares da população rural pesquisada permitem, por um lado, compreender os hábitos culturais de um determinado grupo social, visto que a alimentação é uma instância estruturante de uma cultura. Por outro lado, os alimentos consumidos são, igualmente, indícios de renda indireta, pois foi levantada não somente o que se consome e qual a sua frequência, mas a origem do alimento consumido.

Em relação aos hábitos de consumo alimentar propriamente ditos, nota-se que não diferem dos hábitos da população urbana. A alimentação igualmente não deve ser considerada como pobre ou inadequada, como à primeira vista poder-se-ia pensar de uma população com rendimentos tão baixos. Mas, ao contrário, as famílias consomem alimentos variados, diferindo apenas em sua frequência (Quadro 12.3.9/22). Salienta-se novamente que essas informações são auto-referidas e não houve um detalhamento sobre a qualidade e a quantidade dos alimentos consumidos e nem era o objetivo principal.

A dieta tradicional do “arroz com feijão”, só não é consumida por uma família, sendo que o restante a consome diariamente em mais de 90% dos casos, sendo que, no caso do feijão, para 192 das famílias (98,96%) o consumo chega a ser diário, e apenas uma família o consome de 2 a 3 vezes na semana. Esse hábito é facilitado pelo fato de que cada duas em

três famílias plantam o feijão para consumo, havendo ainda pouco mais de 25% que o compra no comércio. O restante, embora adquira feijão no comércio também consome parte do que é plantado. São dados coerentes com famílias voltadas para cultura de subsistência. No caso do arroz, normalmente ele é adquirido fora da propriedade por mais de 70% das famílias, não sendo, portanto, uma cultura muito plantada nos imóveis rurais. Ainda assim, cerca de 20% das famílias tem o arroz cultivado para subsistência.

Os demais alimentos que acompanham a dieta, como carnes, verduras, legumes, aves/ovos, frutas, massas e laticínios são também consumidos pela grande maioria da população. Desses, o alimento que é proporcionalmente menos consumido é o peixe, mas mesmo assim, 173 famílias, cerca de nove em cada dez famílias o consomem (mais precisamente, 89,64%). Em seguida vem a carne suína, que é consumida por 185 famílias (o que corresponde a 95,85%) do total, número similar ao consumo de laticínios. Os demais alimentos são consumidos por praticamente a totalidade das famílias, sendo as exceções um ou outro caso.

A frequência de consumo das carnes, ao contrário do “arroz com feijão”, normalmente não é diária, mas para cerca de um terço isso ocorre entre 2 a 3 vezes na semana, no caso da carne bovina e suína, sendo que número similar o consome “de vez em quando”, enquanto que o peixe é consumido “de vez em quando” ou “muito raramente”. Nesse caso certamente há influência direta do custo, muito mais que do hábito propriamente dito, porquanto a grande maioria adquire a carne bovina no comércio (87,56%), assim como a carne suína (61,14%), sendo que, como era esperado, neste último caso, há criações domésticas que auxiliam no seu consumo, pois 30,05% comem a carne suína produzida no próprio imóvel. Em relação ao peixe a situação é diversa. Em igual proporção, (43,52%) ele é adquirido no comércio ou é pescado. Essa informação também se mostra importante, pois é um indício de que a pesca, embora não seja atividade fundamental, ainda assim relaciona-se à renda indireta, visto que auxilia na dieta alimentar dessas famílias.

Já em relação aos legumes, verduras e frutas, com exceção de um caso, a totalidade das famílias os consomem. No caso das verduras, o consumo é diário para mais de 60% das famílias, sendo que, os legumes e frutas são consumidos diariamente por pouco menos de 40% das famílias. De qualquer maneira, a maioria consome esses alimentos, no mínimo 2 a 3 vezes na semana, denotando tratar-se de um acompanhamento importante na dieta da população. Interessante notar que os legumes e verduras são oriundos do próprio imóvel para, ao menos, duas em cada três propriedades, sendo minoria os que adquirem esse alimento no comércio. É uma evidência clara de que, realmente, quase todo imóvel tem uma horta para consumo de subsistência. Quanto às frutas, a maior parte vem de uma somatória entre aquelas produzidas no imóvel e as adquiridas no mercado. Isso demonstra que, normalmente, as propriedades costumam ter pomares que ajudam no consumo de frutas em sua dieta alimentar.

O consumo de aves/ovos e massas é feito pela totalidade das famílias. Cerca de 30% das famílias os consomem diariamente (sendo o mais comum) e, pouco mais de 40% de 2 a 3 vezes na semana. Quanto à origem desses alimentos nota-se que as aves e ovos, normalmente provêm do próprio imóvel, certamente da criação de galinhas, sendo que pouco mais de 25% as adquirem no comércio. Os laticínios, por seu turno, são consumidos diariamente (principalmente o leite) por mais de 60% das famílias entrevistadas. Os laticínios são comprados em mais de 60% das famílias, mas para cerca de 30% eles são oriundos da criação do imóvel. Enfim, uma vez mais se constitui em indício de renda indireta para essas famílias. Em relação às massas, pouco mais de 5% as produz em casa, sendo que mais de 90% das famílias as compram no comércio. Trata-se de uma evidência de que o velho hábito de se produzir pães, biscoitos e massas em geral, em casa não se verifica dentre a população pesquisada.

QUADRO 12.3.9/22 – HÁBITOS ALIMENTARES DA POPULAÇÃO PESQUISADA, SEGUNDO O TOTAL DE FAMÍLIAS

Alimento	Consome		Frequência						De onde vem			
	Sim	Não	Diária	2/3 semana	1 x semana	Às vezes	Muito raro	Não consome	Propried	Compra	Ambos	Sem resp./ não consome
Arroz	192	1	93,26%	6,27%	--	--	--	0,52%	20,73%	71,50%	6,74%	1,04%
Feijão	192	1	98,96%	0,52%	--	--	--	0,52%	67,36%	27,46%	4,66%	0,52%
Carne bovina	189	4	4,15%	36,27%	13,47%	38,34%	5,70%	2,07%	6,74%	87,56%	3,63%	2,07%
Carne suína	185	8	4,66%	37,31%	9,33%	34,72%	9,84%	4,15%	30,05%	61,14%	4,66%	4,15%
Peixes	173	20	1,55%	8,29%	8,81%	46,11%	24,87%	10,36%	43,52%	43,52%	2,59%	10,36%
Verduras	193	0	63,21%	24,35%	4,66%	7,77%	--	--	73,58%	17,10%	8,29%	1,04%
Legumes	192	1	37,31%	30,57%	12,43%	18,13%	1,04%	0,52%	67,36%	24,35%	6,74%	1,55%
Aves/ovos	192	1	34,20%	27,98%	9,33%	25,91%	2,07%	0,52%	44,56%	33,16%	21,76%	0,52%
Frutas	193	0	32,12%	45,08%	9,33%	12,95%	0,52%	--	70,47%	26,94%	2,59%	--
Massas	193	0	30,57%	44,04%	9,84%	15,03%	0,52%	--	5,70%	93,26%	1,04%	--
Laticínios	186	7	62,18%	12,44%	4,66%	15,54%	1,55%	3,63%	31,09%	63,73%	1,55%	3,63%

Fonte: CNEC/2004

d) Escolaridade da População Rural

As informações relativas aos dados de escolaridade/educação da população rural mostram-se significativamente insatisfatórias. Ao analisar a escolaridade da população adulta, no indicador “Taxa de analfabetismo entre adultos acima de 25 anos”, observa-se que ela chega a cerca de um quarto dessa população. É uma proporção significativamente maior que o do Brasil (16,04%), do Paraná (11,70%) e, principalmente, muito mais insatisfatório que o do Estado de São Paulo (7,90%). Na realidade, de maneira geral, sabe-se que a população rural apresenta menor escolaridade, notadamente entre os adultos, visto que as dificuldades de acesso à escola realmente eram muito grandes, e só recentemente tem tido certa melhora. Porém, é interessante notar que dentre a população pesquisada, esse quadro é melhor que o dos municípios nos quais está inserida, ou seja, as taxas de analfabetismo entre aqueles acima de 25 anos é ainda maior nos municípios do Paraná, como Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses, que chegam a 30% ou até mais. Mesmo os municípios paulistas, de Itapirapuã Paulista e Ribeira, apresentam índices similares aos da população pesquisada, ou pouco acima de 26% e 22% respectivamente. Em outros termos, os dados mostram-se coerentes com a população em geral.

Um outro dado que corrobora a baixa escolaridade é o fato de mais da metade dessa população ter, no máximo, o ensino básico, sendo menos de 10% aqueles que estudaram até a 8ª série do ensino fundamental ou chegaram a cursar o ensino médio. Já os que possuem grau universitário constituem-se em raríssimas exceções e chegam apenas a meio ponto percentual. Há, além disso, pouco mais de 1% dessa população que frequentou cursos de alfabetização (Quadro 12.3.9/23).

QUADRO 12.3.9/23 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ADULTA ACIMA DE 25 ANOS NA POPULAÇÃO RURAL PESQUISADA

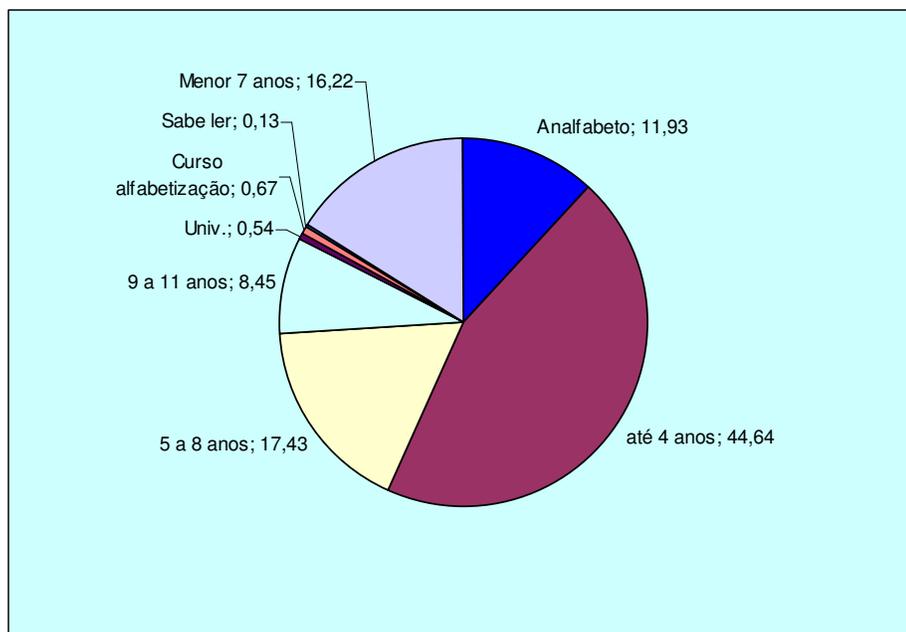
Escolaridade	Total	Percentual
Analfabeto	90	24,79
Até 4 anos	205	56,47
5 a 8 anos	31	8,54
9 a 11 anos	29	7,99
Universitário	2	0,55
Curso de alfabetização	6	1,65
Total	363	100,00

Fonte: CNEC/2004

Ao comparar esse quadro com a população como um todo (e não somente os adultos) nota-se uma tendência a uma ligeira melhora, uma vez que os mais jovens tendem a freqüentar por mais tempo a escola, fazendo incrementar relativamente o nível de escolaridade da população. Nessa situação, o percentual de analfabetos cai para 11,93%, mesmo assim, continuam a ser números piores que os do Paraná e significativamente Estado de São Paulo em igual condição, mas agora muito mais satisfatórios que os municípios da área de estudo do empreendimento. As pessoas com menos de quatro anos de estudo ficam pouco abaixo dos 50%, enquanto quase 20% na população urbana têm entre quatro e oito anos de estudo, números similares com a população urbana pesquisada, contrariando um pouco a imagem de que as populações urbanas tendem a ter melhor escolaridade que as rurais. Quando se somam essas duas faixas tem-se que perto de dois terços concluíram, no máximo, o ensino fundamental. O percentual de quem cursou até o ensino médio não chega a 10% e os com nível superior são praticamente inexistentes (Figura 12.3.9/20).

Essa similaridade entre a escolaridade das populações urbanas e rurais, ao menos nos casos pesquisados parece estar atrelada ao fato de que há um número significativo de escolas rurais na região, conquanto sejam apenas de 1ª à 4ª séries. Enfim, apesar da relativa dificuldade de acesso às escolas pelas populações rurais, a freqüência à escola por um maior contingente estudantil seja urbano seja rural, de certo modo, não parece ser um fenômeno que vem melhorando há algum tempo. Daí, atualmente, não se percebem diferenças entre a escolaridade das populações rurais e urbanas em geral. Todavia, tal fato não tem qualquer relação com a qualidade de ensino, pois as escolas rurais são comumente multisseriadas ou bisseriadas. Isso faz com que a qualidade do ensino seja menos satisfatória quando comparada às escolas urbanas que, embora também sofram com a queda na qualidade como em todo o país, ainda assim são unisseriadas. Por conta dessa diferença comumente os professores identificaram inúmeras dificuldades entre os alunos que vêm do meio rural, que estudaram em escolas multisseriadas e passam a estudar no sistema unisseriado, a partir da 5ª série. Na realidade, essa dificuldade constitui-se também num fator a mais a contribuir para a evasão escolar, porquanto a dificuldade de acompanhamento das aulas provoca frustrações e, igualmente, ajuda a desestimular o estudante a continuar nos estudos.

FIGURA 12.3.9/20 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO RURAL PESQUISADA



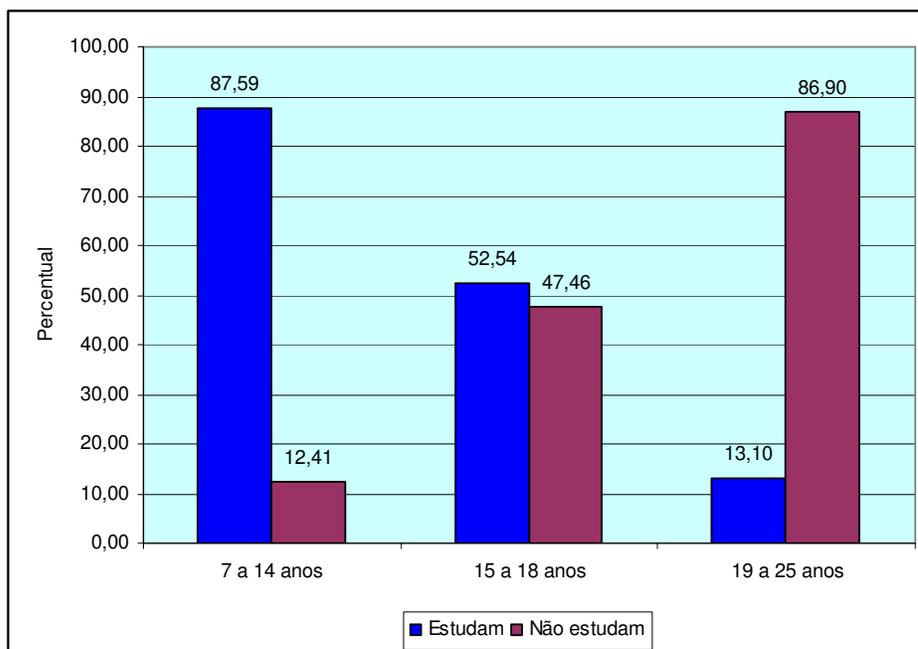
Fonte: CNEC/2004

Ao analisar o segmento que ainda irá entrar no sistema educacional, ou seja, os menores de 6 anos (totalizando 97 crianças), observa-se que dessas, nenhuma frequênta creche ou pré-escola, fato que se mostra coerente com o quadro encontrado em relação às crianças em idade pré-escolar na população urbana de Cerro Azul pesquisada (já entre elas eram muito poucos os que iam a uma pré-escola). No meio rural, além disso, não há esse tipo de instituição educacional, sendo que as crianças entram direto no ensino fundamental. Tal prática pode trazer algum tipo de dificuldade em adaptação ou de aprendizado no futuro, constituindo-se num fator gerador de atraso ou de evasão escolar com o passar dos anos.

Apesar dessas dificuldades a serem enfrentadas, há um indício de uma tendência à melhoria na escolaridade, pois no grupo de crianças entre 7 e 14 anos, a grande maioria, ou cerca de nove em cada dez frequêntam a escola. Apesar do número significativo, é um número menor que o da população urbana pesquisada, na qual 98,04% (praticamente a totalidade) das crianças nessa faixa etária estão na escola. Fato preocupante é que há várias crianças, até mesmo entre 9 e 10 anos de idade que não estão estudando, além de outras sete entre 11 e 14 anos de idade. Em outros termos, no meio rural ainda se encontram crianças sem ir à escola, descumprindo-se inclusive a lei. No grupo dos adolescentes entre 15 e 18 anos, cerca de metade continua a estudar enquanto número similar já deixou a escola. Enfim, a área rural realmente apresenta indicadores menos satisfatórios que a urbana, certamente influenciada pela pior infra-estrutura em equipamentos de ensino.

Essa significativa evasão escolar pressupõe que, em médio prazo, embora haja a tendência a certa melhora na escolaridade da população rural, ela não deverá ser significativa a ponto de os indicadores se aproximarem dos Paraná e, principalmente, dos de São Paulo como um todo. Quanto aos jovens entre 19 a 25 anos que continuam a estudar, o número cai para pouco acima de 10%, o que uma vez mais confirma a tendência de que não deverá haver incremento no percentual de indivíduos com nível universitário. (Figura 12.3.9/21).

FIGURA 12.3.9/21 – FREQUÊNCIA À ESCOLA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA



Fonte: CNEC/2004

Ao analisar as justificativas das crianças e jovens entre 7 e 25 anos que abandonaram a escola, a mais freqüente (39,47%) é a “falta de transporte” para a escola, que embora exista

funciona precariamente. Mas, nesse caso, encontram-se principalmente os jovens com mais idade que iriam estudar nas cidades ou em outros centros para completar os estudos. Outra justificativa utilizada por 26,31% dos jovens é que “precisam ajudar na propriedade” o que dificultaria a ida à escola, havendo 10,53% que alegam a “falta de recursos financeiros”, enquanto 7,89% “não querem mais estudar”. Outros 5,26% não quiseram responder o motivo pelo qual deixaram os estudos e, igualmente, 5,26% alegaram que a “escola é longe”, independentemente da existência ou não de transporte. Por fim, há ainda 5,26% que alegaram os mais diversos motivos, desde os de saúde, à necessidade de cuidar dos filhos, entre outros.

Por outro lado, apesar da frequência à escola ter-se incrementado, o indicador “Crianças entre 10 e 14 anos com pelo menos um ano de atraso escolar” é muito significativo, ou 41,25% não estão na série que deveriam estar de acordo com sua idade. Esses números, porém, surpreendentemente são relativamente melhores que os da população urbana, na qual se verificou que mais de 65% das crianças nessa faixa apresentavam pelo menos um ano de atraso escolar.

Somando-se a todos esses fatores à distância até a escola, que pode criar algum tipo de dificuldade, ainda mais para quem já não se sente muito estimulado a continuar os estudos. Para mais de um terço dos que estudam, ou 34,84%, a escola dista mais de 5 km da propriedade rural onde moram. Para 19,70% a escola encontra-se entre 2 e 5 km, e para igual número, entre 1 e 2 km, havendo ainda 8,29% de estudantes que têm escola a menos de 1 km.

Ao verificar o meio de locomoção até a escola rural, nota-se que mais da metade (57,62%) dos estudantes vai a pé, mas o transporte escolar é utilizado por mais de um terço (35,56%), havendo ainda quem vá de bicicleta ou veículo, mas estes são apenas 3,39% dos estudantes. Mesmo aqueles que se deslocam do imóvel até a escola urbana utilizam os mesmos meios de transporte, sendo que, nesses casos, 85,71% vão de transporte escolar, sendo que 7,14% vão a pé, 3,57% com bicicleta e 1,78% utiliza-se de veículo próprio ou transporte escolar particular.

e) Saúde da População Rural

As informações relacionadas à saúde igualmente dão uma idéia dos hábitos e da cultura dessa população. Especificamente quanto às enfermidades, uma vez mais se deve ressaltar que as informações são auto-referidas, ou seja, baseiam-se apenas no que os próprios entrevistados citaram ou tem conhecimento.

A doença que mais acometeu algum membro da família dos entrevistados é a gripe, citada por mais de 83% dos entrevistados. As demais enfermidades são muito variadas, havendo mais de 20 citações para a hipertensão arterial e 10 citações para o diabetes. Também são mencionadas, eventualmente, bronquite, depressão, sinusite, alergias, anemia, problemas coronarianos, de coluna, pneumonia, problemas no “rim” (sem mais detalhamentos), entre outros. Dentre as doenças graves há referência à meningite (sem especificação se foi viral ou meningocócica) e leishmaniose.

Fato muito interessante é que, uma vez que as pessoas fiquem doentes, os procedimentos da população rural mostram-se diversos da população urbana. Mais de três em cada quatro entrevistados, ou 76,41%, recorrem, em primeiro lugar, aos remédios caseiros, ante 21,04% que, primeiro, procuram um médico, hospital ou posto de saúde. Os que procuram em primeiro lugar um farmacêutico são pouco mais de 2% dos entrevistados. Para aqueles que não resolvem o problema com remédios caseiros, a segunda opção, quase sempre é recorrer a médicos, hospitais ou postos de saúde – 68,71% disseram que essa é a segunda opção. Em seguida, 18,46% optaram pelo farmacêutico como segunda opção, isto é, há

inúmeros entrevistados que, além de recorrerem aos remédios caseiros inicialmente, procuram um profissional não médico em segundo lugar. Na população rural, grande parcela, possui hábito de se automedicar utilizando-se principalmente de remédios caseiros (plantas). Há, inclusive, alguns casos nos quais os entrevistados afirmaram que nunca procuraram médico em sua vida.

Além disso, pelas respostas percebe-se, que muitos entrevistados e seus familiares somente procuram auxílio profissional em casos mais graves ou quando ocorrem eventuais agravamentos de doenças que não conseguem mais resolver com o conhecimento popular.

Os principais remédios caseiros apontados, por seu turno, estão ligados à cultura e aos recursos locais, ou seja, o principal chá é o de folha de laranjeira (abundante na região que é produtora de cítricos), variando apenas nos ingredientes, pois pode ser feito somente com a folha ou misturada com mel. Outros chás muito utilizados são os de hortelã, boldo, poejo, alho (só ou misturado com limão, ou ainda com mel, ou os três juntos), sabugueiro, gengibre, eucalipto, erva cidreira entre outros (Quadro 12.3.9/24). Enfim, são na maioria remédios com ação expectorantes, muito utilizados em gripes e resfriados, além de alguns com efeito calmante. No entanto, são poucas as citações de remédios para disenterias e efeitos, como a desidratação, havendo apenas uma citação ao soro caseiro. Fato interessante é que todas as famílias entrevistadas utilizam, ao menos, algum tipo de remédio caseiro. Daí conclui-se a importância desse hábito, porquanto ele manifesta sua importância cultural e mesmo econômica. Por um lado, trata-se de conhecimento adquirido ao longo do tempo e herdado de seus antepassados tradicionais e, por outro lado, em populações com rendimentos nominais tão baixos, como já destacados, a substituição de medicamentos de laboratórios, muito caros, mostra-se fundamental em suas vidas. Por mais que alguns medicamentos possam ser obtidos gratuitamente em centros de saúde, normalmente, há desabastecimento dos remédios mais procurados, muitos dos quais de uso contínuo e muitos têm de adquiri-los em farmácias, se tiver recursos para tanto.

QUADRO 12.3.9/24– PRINCIPAIS REMÉDIOS CASEIROS CITADOS

Remédio caseiro	No. De Citações	Remédio caseiro (continuação)	No. De Citações
Chá de folha de laranja (com ou sem mel)	96	Chá de agrião com mel	1
Chá de hortelã	27	Chá de amoreira	1
Chá de poejo	19	Chá de arruda	1
Chá de guaco	17	Chá de carqueja	1
Chá de boldo	13	Chá de chapéu de couro	1
Chá de erva cidreira	11	Chá de erva doce	1
Chá de alho (com ou sem limão ou mel)	10	Chá de malva com leite	1
Chá de sabugueiro	8	Chá de marcelina	1
Chá de camomila	7	Chá de massânia	1
Chá de quebra pedra	7	Chá de milone	1
Chá de alfavaca	6	Chá de tanchas	1
Chá de gengibre	6	Chá de losna	1
Chá de eucalipto	5	Chá de linça	1
Chá de limão (com ou sem mel)	4	Espinafre santo	1
Chá de folha de limão	2	Soro caseiro	1
Chá de manjerona com hortelã	2		

Fonte: CNEC/2004

Se o principal hábito é a utilização de remédios caseiros quando adoecem, uma outra questão se refere a que tipo de instituição procuram quando precisam especificamente de assistência médica, isto é, quando o remédio caseiro não resolve o problema. As respostas mostram um quadro interessante. A grande maioria (80,82%) procura, em primeiro lugar, um Posto de saúde, havendo 8,81% que procuram uma farmácia. São muito poucos (3,63%) os que procuram hospitais públicos ou beneficentes, e igual número recorre a hospitais

particulares, enquanto 2,59% afirmaram que “nunca procuraram assistência médica”. Como segunda opção, parcela mais significativa (41,77%) procura um hospital público ou beneficente (desses, a maioria constitui-se daqueles que, em primeiro lugar, procuraram um Posto de saúde). Em seguida, cerca de um terço (33,54%) procura uma farmácia (também a maioria é aquele que, em primeiro lugar procurou um Posto de saúde), havendo ainda 12,03% que procuram hospital privado e 10,76% que procuram um Posto de saúde (estes, na maioria, são aqueles que procuraram, em primeiro lugar, a farmácia). Fato significativo a se destacar é que houve somente dois casos em que se cita “convênio médico”, o que já era esperado, por tratar-se de um segmento populacional que não pode arcar com tais despesas. Entretanto, o mais curioso é que essas duas famílias apontaram a procura de convênio médico como a terceira opção, quando adoecem. Ambas afirmaram que, em primeiro lugar, procuram um Posto de saúde e, em segundo lugar, um hospital público ou beneficente, não se utilizando do convênio médico.

O principal meio de locomoção dessa população quando necessitam ir a um Posto de saúde ou Hospital é o automóvel ou motocicleta própria (32,12%), seguido pelo ônibus (29,01%) e pelo automóvel ou motocicleta de terceiros (24,35%). Outros 7,77% vão a pé procurar assistência médica, enquanto 6,22% vão de bicicleta. Apenas um entrevistado afirmou que a ambulância vem buscar o doente no imóvel.

Quanto aos cuidados com a saúde das crianças, dentre as quais há o acompanhamento pré e pós-natal, nota-se que a maioria das mulheres tem o hábito de realizar exames pré-natais, sendo que pouco menos de 20% afirmaram nunca ter realizado tais exames, e menos de 10% fez o acompanhamento eventualmente, apenas em uma ou outra gravidez. Além disso, a maioria (56,41%) igualmente tem por hábito fazer o acompanhamento médico periódico pós-natal, até os dois anos de idade. Essas famílias, não necessariamente são apenas aquelas que fizeram o pré-natal, mas há 10 famílias cujas mulheres nunca fizeram o pré-natal, mas têm ou tinham o hábito levar as crianças até dois anos de idade periodicamente ao médico. Entretanto, há ainda algumas famílias, 3,59% e 16,41%, respectivamente que, não levaram as crianças nessa faixa etária ao médico, ou se limitaram somente a vaciná-los. Por fim, há outros 3,08% de famílias que levam as crianças ao médico somente em caso de doença. Enfim, apesar de a maioria tomar os cuidados recomendados com a gravidez e a saúde das crianças até dois anos de idade, ainda assim há um número não desprezível de pessoas que assumem riscos em relação à saúde preventiva de seus filhos pequenos. Trata-se de hábito muito relacionado à cultura dessa população. Felizmente, os mais jovens tendem a mudar, em alguma medida, essa situação, uma vez que, normalmente, tem um pouco mais cuidado com essas medidas preventivas desde a gravidez, quando comparada a seus pais. Portanto, esse é um aspecto que deverá apresentar números continuamente mais satisfatórios com o decorrer do tempo, contribuindo para o declínio de um indicador como a Taxa de mortalidade infantil entre crianças com menos de um ano de idade.

As cifras referentes aos cuidados preventivos com a saúde na gravidez e com a saúde das crianças em particular, ou com a saúde em geral poderiam, no entanto, ser ainda melhores se programas preventivos, como o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde), fossem mais abrangentes ou eficientes na região. De acordo com a população pesquisada, tal como ocorrera com a população urbana, a maioria (52,33%) das famílias jamais foi visitada pelos agentes de saúde, sendo que destas, 2,59% sequer conhecem o que vem a ser “agentes comunitários de saúde”. Dentre as 47,67% das famílias que são visitadas, a periodicidade das visitas parece variar muito, sendo que a parcela mais significativa afirma que as visitas ocorrem mensalmente. Em seguida vêm as famílias que dizem não haver uma periodicidade regular nas visitas, sendo menos de 4% as que são visitadas mais de uma vez ao mês, havendo ainda inúmeras famílias que afirmam serem visitadas apenas a cada 2/3 meses, ou recebem visitas semestrais ou anuais. Os agentes de saúde, segundo os entrevistados, normalmente passam informações e orientações diversas aos familiares. Essa relativa precariedade do programa na região leva a supor que ainda há muitas

medidas preventivas e hábitos a serem transformados nessa população, conseqüentemente, havendo ainda muito espaço para promover sensíveis melhoras no quadro de saúde e na própria qualidade de vida desse segmento social.

QUADRO 12.3.9/25 – EM RELAÇÃO ÀS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE (ACS)

	Visita das ACS	No. de famílias	Percentual
Nunca foram visitados	Nunca ouviu falar	5	2,59
	Conhece, mas nunca foi visitado	96	49,74
São visitados	Mais de 1 por mês	7	3,63
	1 vez por mês	47	24,35
	1 vez a cada 2/3 meses	9	4,66
	1 vez a cada 4/6 meses	4	2,07
	1 vez ao ano	5	2,59
	Não há tempo certo	14	7,25
	Outra periodicidade	6	3,11

Fonte: CNEC/2004

f) Infra-Estrutura e Habitação na População Rural

Os dados de habitação relativa à população pesquisada mostram que a grande maioria das casas é de madeira (72,53%), seguida daquelas de alvenaria com reboco (17,61%). Os demais tipos de construção como alvenaria sem reboco, taipa, materiais aproveitados, misto de alvenaria e madeira, são em número muito reduzido, entre 0,5% a menos de 4%. Os telhados são quase todos de telha, sendo 42,49% com forro e outros 51,29% sem forro. Os telhados de palha chegam a apenas 2,07% enquanto os de outros materiais perfazem 2,59% e o misto de palha e telha é de apenas 1,04%.

O tamanho das casas é de 56,23 m² em média, sendo que a menor casa identificada tem apenas 10,5 m², enquanto a maior chega a 264 m². O número médio de cômodos por residência chega a 4,70, similar ao da pesquisa urbana, e o percentual mais significativo (41,97%) das residências tem 6 cômodos, com média de área construída bem maior que a média, isto é, essas casas chegam a 79,64 m². Em seguida, quase a metade das casas tem 5 cômodos, o que denota que as residências rurais, em geral têm mais cômodos que os das áreas urbanas, muito embora, no caso da população urbana pesquisada, em Cerro Azul a área construída seja, em média, maior que a da zona rural (Quadro 12.3.9/26).

QUADRO 12.3.9/26– HABITAÇÃO (Nº DE CÔMODOS E TAMANHO MÉDIO DAS RESIDÊNCIAS)

Número de Cômodos	Total de Residências	Média/m ²
1	1	15
2	16	22,09
3	29	36,29
4	27	37,86
5	38	46,71
6	81	79,64
Sem resposta	1	Sem resposta

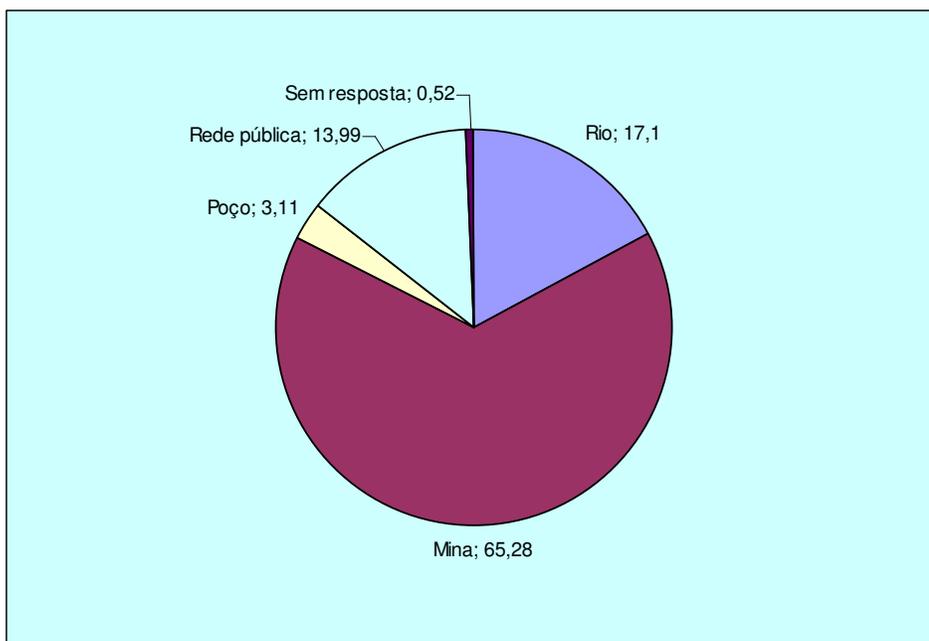
Fonte: CNEC/2004

Cerca de três quartos das casas dispunha de energia elétrica, como já mencionada anteriormente. No caso da água, em pouco mais de 10% dos imóveis há rede pública de abastecimento. Porém, quase dois terços dessa população capta a água consumida na residência em mina, e outros quase 20% captam diretamente do rio, havendo ainda poucos que utilizam poço (Figura 12.3.9/22). Se a origem da água consumida gera preocupações com relação à saúde pública, fato ainda mais inquietante é que a maioria absoluta (perto de 90%) não faz qualquer tipo de tratamento na água. Os poucos que o fazem limitam-se à filtragem que, basicamente, somente elimina os resíduos sólidos, ao passo que menos de

5% cloram a água, como seria o mais recomendado nessa situação, e apenas 3 famílias são mais cuidadosas fervendo, filtrando e/ou clorando a água (Figura 12.3.9/23).

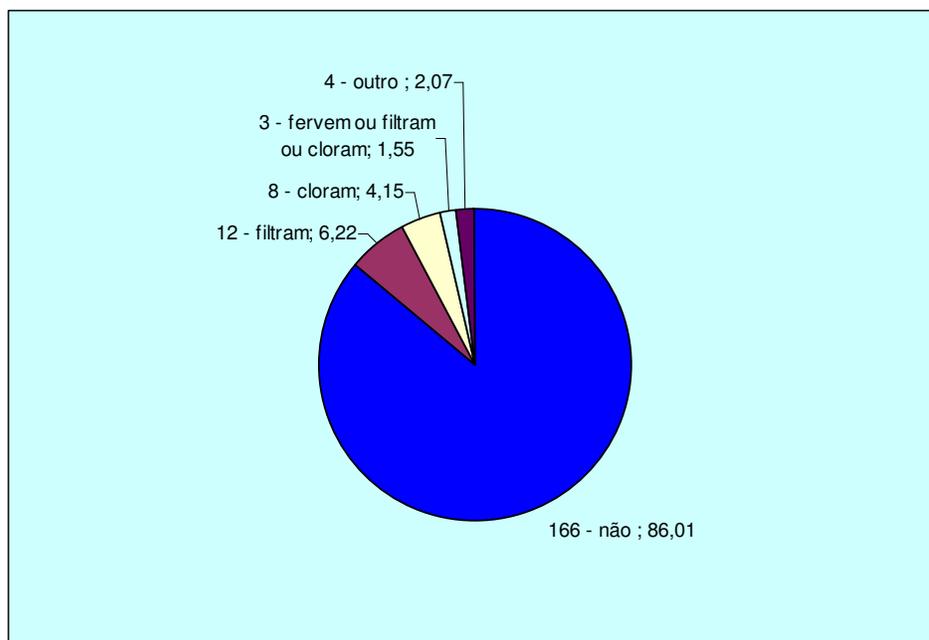
Essa falta de maior cuidado com a água consumida de origem, sem tratamento ou controle, pode ser ainda mais agravada pelo fato de que há pouca ou nenhuma visita de agentes comunitários de saúde, como demonstrado anteriormente, e que seria uma importante fonte de conscientização dos cuidados a serem tomados em relação à água, ou, no mínimo, na distribuição do hipoclorito. Isso seria importante, pois dois em cada três famílias que captam a água em mina não a trata, assim como a quase totalidade que capta a água do rio. Proporcionalmente, os únicos que fazem algum tipo de tratamento da água são os que captam água de poço, isto é, das 6 famílias, 4 não a consomem diretamente sem tratamento.

FIGURA 12.3.9/22 – ORIGEM DA ÁGUA CONSUMIDA NA RESIDÊNCIA



Fonte: CNEC/2004

FIGURA 12.3.9/23 – TRATAMENTO DA ÁGUA CONSUMIDA



Fonte: CNEC/2004

Quanto aos sanitários, em pouco mais da metade (51,31%) das casas há banheiros internos, a maioria com água encanada, enquanto outros 18,65% tem banheiros externos, a maioria também com encanamento. Outros 12,95% têm sanitários precários com fossa negra. Todavia, fato não desprezível é o percentual de 15,54% dos imóveis que “não têm banheiro”, ou seja, mesmo não sendo, aparentemente, um número muito significativo, potencialmente constitui-se num importante gerador de risco para a saúde da população, pois, como enfatizado, não se tem o hábito de tratar a água consumida (Quadro 12.3.9/27).

QUADRO 12.3.9/27 – BANHEIRO NAS RESIDÊNCIAS

Banheiro	Número de casas	Percentual
Sem banheiro	30	15,54
Interno sem água encanada	6	3,11
Interno com água encanada	93	48,2
Externo sem água encanada	4	2,07
Externo com água encanada	32	16,58
Fossa negra/ “casinha”	25	12,95
Sem resposta	3	1,55

Fonte: CNEC/2004

Esse quadro pode ser ainda mais agravado quando se verifica o destino do esgoto sanitário desses imóveis. Independentemente de a maioria ter banheiros com encanamento, em quase metade dos casos (47,67%) o esgoto vai para uma fossa negra, sendo que nem sempre estão localizados em locais adequados, onde o perigo de contaminação de lençóis freáticos ou do rio esteja descartado. Além disso, em 8,81% dos imóveis, o esgoto vai direto para o rio, aumentando ainda mais o risco de sua contaminação, pois em outros 18,13% o esgoto simplesmente “desaparece” no próprio terreno, contaminando parte do solo. O esgotamento em fossa séptica mais recomendado é verificado em 24,87% dos imóveis, no entanto o seu impacto positivo depende de estarem situadas em locais apropriados.

São números que denotam a falta de informação ou conhecimento em relação aos cuidados básicos a serem tomados, tanto para a água consumida quanto para o destino do esgoto sanitário, e as possibilidades de doenças decorrentes dessa situação inadequada com

sérios rebatimentos na qualidade de vida dessa população, os quais poderiam ser sanados através de ações preventivas.

Por fim, quanto ao destino do lixo dos imóveis, a grande maioria o queima (69,44%), havendo ainda 3,62% que o enterra e apenas 1,55% o utiliza como adubo. Porém, 11,4% simplesmente, o jogam a céu aberto, gerando uma outra fonte de contaminação, seja do solo, seja de lençóis freáticos.

g) Sociabilidade e Associativismo na População Rural

As informações acerca da sociabilidade da população rural pesquisada podem dar uma idéia de suas relações sociais estabelecidas. Conforme já mencionado, a especificidade na formação da região e de sua população, contribuiu sensivelmente nas relações sociais presentes até os dias atuais, na população. Tais relações baseiam-se em relações de parentesco e de afinidade, isto é, na origem os bairros rurais caracterizavam-se por ser composto por famílias que exerciam significativa endogamia, “intra” e “interbairros”. Daí, quase todos se tornarem, em alguma medida, parentes entre si não somente na localidade, mas em toda a região.

Embora o conceito e mesmo as características dos bairros rurais tenha sofrido mudanças, quando comparado ao conceito consagrado, estão ainda muito presentes na região. Os moradores se identificam como pertencentes a determinado bairro rural influenciando e fortalecendo os laços de parentesco e vizinhança.

Ao verificar as relações estabelecidas entre as famílias pesquisadas, esse quadro histórico parece se confirmar. Como já descrito neste diagnóstico, a área caracteriza-se por uma população já estabelecida, sendo que a grande maioria dos moradores ou é nascida na área, ou nela vive há muitos anos. Assim, das 193 famílias entrevistadas apenas três não têm parentes na região. Além disso, há evidências de que as relações de parentesco são efetivamente estreitas, pois quase a metade afirma que os parentes distribuem-se entre a vizinhança, o bairro e o município, enquanto para mais de um quarto, os parentes estão ainda mais próximos, na vizinhança e no bairro. Os que têm parentes apenas em locais um pouco mais distantes (mesmo assim em cidade próxima) perfazem apenas 5,7%. As estreitas relações com os parentes podem ser notadas igualmente pelo fato de que 61,14% afirmam que “sempre visita” os parentes, outros 21,24% visitam-nos “às vezes”, 11,92% “raramente” os visitam e somente 5,7% “não costuma visitá-los”.

Enfim, nessa população grupos de vizinhança se confundem com grupos de parentesco, tal qual nos próprios bairros rurais tradicionais e suas implicações. Somando-se a isso, o fato de a maioria ter parentes que vão além do grupo local, na própria cidade mostra mais um traço dos bairros rurais, isto é, essas famílias não se limitam ao espaço territorial próximo a onde exerce suas atividades tradicionais de subsistência, mas estabelecem suas relações num espaço mais amplo, ampliando os laços de solidariedade.

Quando se verificam as relações de afinidade dessa população nota-se um quadro semelhante, ou seja, um número ainda maior de entrevistados (58,55%) afirmou que possui amigos na vizinhança, no bairro e na cidade, e outros 25% possuem amigos na própria vizinhança. Não houve nenhum entrevistado que afirmou não ter amigos na região. O hábito de visitar “sempre” os amigos foi declarado por 43,00% dos entrevistados, outros 31,01% os visitam “às vezes”, 17,62% “raramente” visitam os amigos e somente 8,29% não cultuam tal hábito.

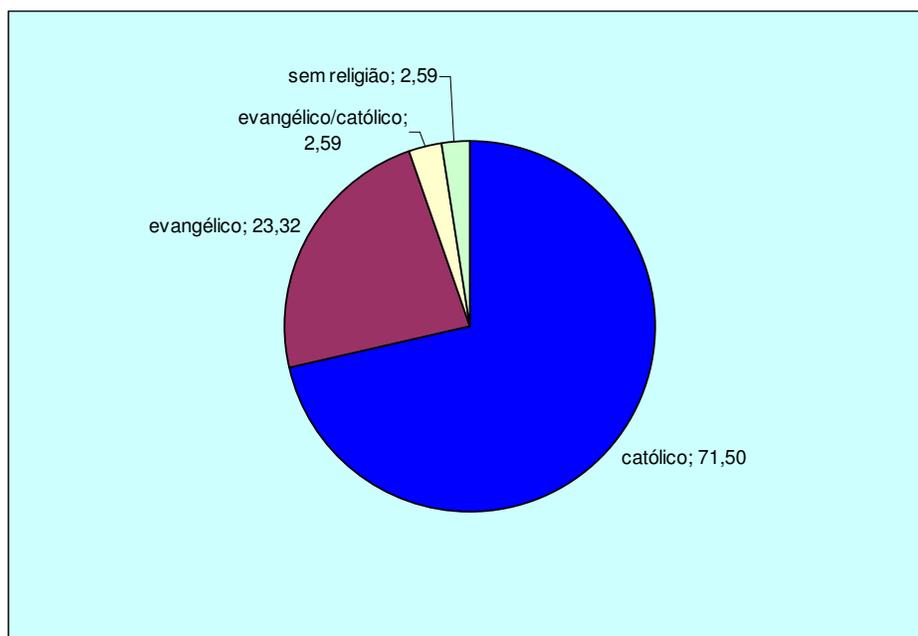
QUADRO 12.3.9/28– PARENTES E AMIGOS DAS FAMÍLIAS RURAIS PESQUISADAS

Situação	Parentes		Amigos	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Não tem	3	1,55	0	-
Na vizinhança	41	21,24	50	25,91
Na vizinhança e no bairro	12	6,21	15	7,77
Na vizinhança e na cidade	11	5,7	5	2,59
No bairro	12	6,22	5	2,59
No bairro e na cidade	15	7,77	5	2,59
Na cidade	11	5,7	0	-
Na vizinhança, no bairro e na cidade	88	45,6	113	58,55

Fonte: CNEC/2004

Outro aspecto no qual a cultura de um segmento social pode ser percebida refere-se às manifestações religiosas. As populações originárias de bairros rurais normalmente têm na religiosidade católica tradicional uma importante instância para a consolidação e ampliação de relações sociais, uma vez que através de suas manifestações coletivas podem conhecer, se relacionar e estabelecer alianças com novos grupamentos sociais da região. No caso da população pesquisada nota-se que a principal religião seguida pela maioria absoluta dos indivíduos é a católica, com mais de 70%, chegando a 75% se contar aqueles cujos familiares seguem igualmente religiões evangélicas que, como em toda a sociedade em geral, possui uma penetração não desprezível, de quase um quarto da população (Figura 12.3.9/24).

FIGURA 12.3.9/24 – RELIGIÃO SEGUIDA PELA MAIORIA DOS FAMILIARES DOS ENTREVISTADOS

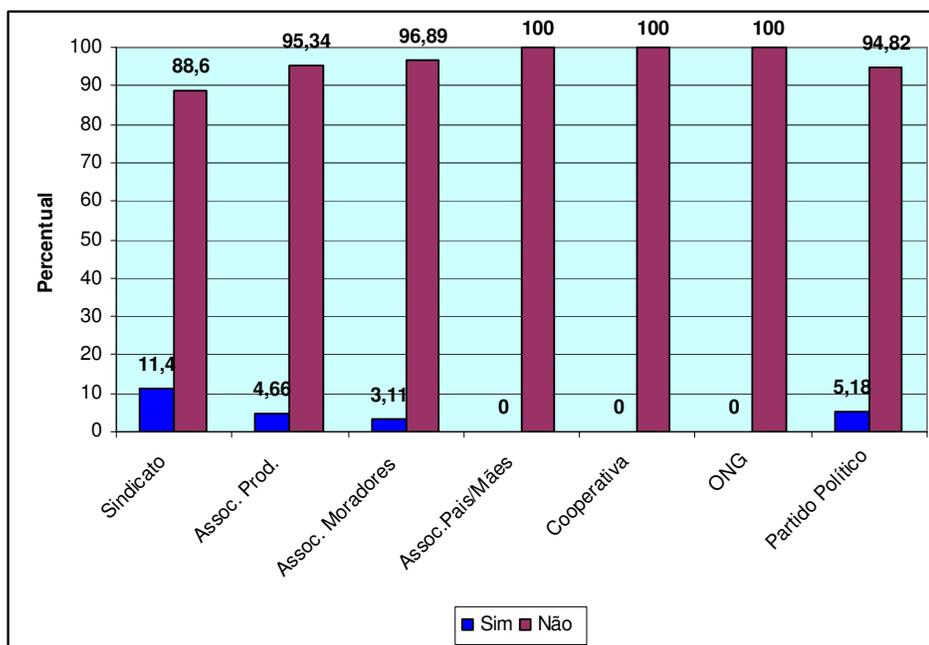


Fonte: CNEC/2004

Um ponto que reforça ainda mais a importância das relações de parentesco e de amizade para essa população como o cerne das relações sociais, pode ser notado pelo número irrisório de associativismo em instituições da sociedade civil. Ao questionar se alguém era associado a sindicatos, associações de produtores, moradores, pais e mães, cooperativas, ONGs ou partidos políticos, constatou-se que praticamente não há associados em entidades sociais. As únicas exceções são: 11,40% de famílias com algum membro associado a sindicato de trabalhadores rurais; 4,11% de famílias nas quais alguém é membro de Associação de Produtores; 3,11% em Associação de Moradores; 5,18% filiados a partidos

políticos. Ninguém é filiado a cooperativas, fato este coerente com as características das famílias dos entrevistados, de produtores que somente utilizam mão-de-obra familiar (com pequena produção, muitas vezes voltada mais para a subsistência). Também não há nenhuma família associada a ONGs ou a Associação de pais/ mães.

FIGURA 12.3.9/25 – ASSOCIATIVISMO DOS FAMILIARES DOS ENTREVISTADOS



Fonte: CNEC/2004

Um fato interessante a ser destacado é que, diferentemente do verificado entre a população urbana pesquisada, essa população rural não menciona muitos eventos ou festividades na região, mesmo os ligados às festas religiosas tradicionais, o que pode ser indício de que esteja ocorrendo certo enfraquecimento dessas manifestações culturais populares. O evento mais citado foi a Festa da Laranja, mesmo assim, por 42 entrevistados (21,76%), e somente foram citados pelos moradores dos bairros Balsa Velha, Barra do Turvo e Mato Preto, mas apenas 19 (9,84%) costumam participar, sendo que foram citados pelos que moram mais próximos a Cerro Azul. Na população urbana, o índice de participação era de 75%, mesmo que os produtores evidentemente morem na zona rural. Os demais eventos são normalmente relacionados à Igreja católica, mas o são em pequeno número, como a de Nossa Senhora Aparecida (15 citações), Nossa Senhora da Guia (padroeira de Cerro Azul, 13 citações), São Sebastião (18 citações) e Louvor a Santo Antônio (12 citações). Enfim, aparentemente as menções aos eventos atêm-se provavelmente mais aos seguidores locais, mesmo assim, sem a participação de todas as famílias que as citaram.

Se o nível de participação dessas famílias em eventos sociais laicos ou religiosos é insignificante, isso não quer dizer, necessariamente, que as atividades religiosas, principalmente, não tenham importância. Isso pode ser constatado quando se indaga à população quais as atividades que exercem nas horas vagas ou de lazer. Nada menos que 94 famílias (48,70%) afirmaram que “vão à Igreja”, sendo que, no caso dos evangélicos, esse percentual chega a 80% dos que professam a religião, ante 40,58% dos católicos. Em ambos os casos são cifras bastante significativas, podendo-se concluir, daí, a importância dessas instituições enquanto formadoras de opinião dessa população.

Dentre as demais atividades de lazer ou descanso, com exceção de “ver TV” que foi respondido por mais de 30% dos entrevistados, elas são relativamente pouco significativas,

como a “pesca”, “nadar no rio”, fazer “tricô, crochê, costura”, “ler/estudar”, “ir ao bar”, “praticar esportes”, “ir à cidade”, sendo que quase todas sequer se aproximam de 10% das citações. Na realidade, os únicos hábitos dignos de nota referem-se mais às atividades ligadas ao rio que, apesar de pouco mencionadas, não devem ser totalmente desprezadas, bem como a ida à cidade, pois está relacionada não apenas ao lazer, mas à busca de serviços que inexistem no meio rural.

Essa característica pode ser constatada ao verificar o que as pessoas “vão fazer na cidade”. Como, normalmente, não existe um único motivo para as pessoas se dirigirem aos centros urbanos, optou-se pelas múltiplas respostas e, assim, constatou-se que a principal razão é “fazer compras” (aliás, essa foi a primeira opção de 90,67% dos entrevistados). Mas outros motivos não podem ser desprezados, como a ida ao “médico” (41,45% das famílias) e ao “banco” (31,09% das famílias). A ida ao banco, aliás, pode ter uma outra finalidade que a do pagamento das contas, mas uma parcela significativa vai receber as pensões da previdência, que representa uma importante fonte de renda para inúmeras famílias com rendimentos tão baixos como a pesquisada. Deste modo, às vezes, há uma ligação entre as atividades, isto é, vai-se ao banco receber benefícios para, em seguida, ir ao comércio comprar produtos para suas casas. Já para 7,25% claramente o objetivo da ida à cidade é “receber aposentadoria” (7,25%). Nesses casos provavelmente a aposentadoria pode vir a ser a principal ou única fonte de sobrevivência de famílias inteiras no local. Quanto às outras razões, são menos significativas, como, por exemplo, “visitar parentes ou amigos” (2,59%), “se divertir” (6,73%), “fazer negócios” (2,59%), “vai à Igreja” (3,11%).

h) Atividades Cotidianas e Produtivas da População Rural

A proximidade com parentes e vizinhos, dá-se basicamente nas relações sociais e de convivência, mas, tudo indica que essa população não tem o hábito de realizar trabalhos coletivamente. Ao contrário de outras populações rurais baseadas em atividades produtivas através de mutirões entre vizinhos, amigos e parentes (principalmente nas épocas de colheita), de acordo com os entrevistados, somente 3,11% das famílias utilizam-se do mutirão em suas áreas de plantio. Para mais de três quartos (75,13%), o trabalho na lavoura baseia-se apenas na mão-de-obra familiar, enquanto 9,84% chegam a contratar trabalhadores para suas culturas agrícolas. O restante (11,92%) encontra-se em outras situações, mas a maioria destes, não desenvolve plantios que necessitem de mão-de-obra externa.

Quando se nota algumas atividades cotidianamente exercidas pelos familiares dos entrevistados pode-se perceber um pouco mais a cultura local. Se analisadas atividades como plantio, colheita e atividades domésticas, apenas para citar algumas, percebe-se que, no caso do plantio, trata-se de uma atividade eminentemente masculina, porquanto mais de 85% afirmaram que exercem tal atividade. Todavia, uma proporção significativa de mulheres (mais de 40%) igualmente participa do plantio, e proporção similar, tanto de idosos quanto de adolescentes (14 a 18 anos), ou seja, pouco menos de 15%, também auxiliam na atividade. Já as crianças menores de 14 anos são grande minoria, sendo que pouco mais de 5% ajudam no plantio. No caso da colheita, os números são similares. Quase todos os homens que plantam, também colhem a produção (provavelmente os que não colhem são os poucos que contratam mão-de-obra para fazê-lo). Fato interessante ocorre com as mulheres, pois, nesse caso, todas as que ajudam no plantio também auxiliam na colheita. No caso dos adolescentes, idosos e crianças, a participação é praticamente a mesma no plantio e na colheita da produção do imóvel.

Nas atividades domésticas, os números são significativamente diversos das atividades produtivas. Entretanto, diferentemente do que se poderia imaginar de uma sociedade “tradicional”, uma proporção não desprezível de homens (quase um em cada quatro) afirma participar efetivamente dos afazeres domésticos. Muito embora a grande maioria ainda não

“ajude em casa”, a imagem que comumente se faz, de que o homem rural, por seu conservadorismo, não se intrometeria em atividades vistas como “femininas” não parece ser necessariamente verdadeira nas famílias pesquisadas. De fato, nesse caso há uma conjunção de dois fatores, ou seja, por um lado, o homem, na realidade, sempre auxiliou, em alguma medida, no dia-a-dia das casas, mesmo que de maneira eventual. Por outro lado, com o passar do tempo, está ocorrendo algumas transformações que, por menor que seja, provoca alterações na visão da ‘casa’ como local onde o homem não deva exercer atividades domésticas consideradas como “atividades femininas”.

Essa alteração no cotidiano dessas famílias pode ser percebida pelo fato de que há quase 10% das famílias que afirmaram que as mulheres não exercem atividades domésticas na residência. No entanto tais afirmações apontam para indício de que algumas mulheres estão exercendo atividades fora do imóvel, até mesmo empregando-se em outros locais e, assim, apesar de exercerem provavelmente uma dupla jornada de trabalho, consideram que não exercem somente atividades domésticas devido ao auxílio dos demais familiares nesses afazeres.

Um indício de que o modo de vida tradicional dessa população, porém, ainda permanece em alguma medida pode ser percebida quando se atenta para o grau de participação de crianças, adolescentes e idosos nos afazeres domésticos. Embora, a grande maioria não auxilie em tais atividades (cerca de nove em cada dez indivíduos), dentre os que “ajudam em casa” há citações nas quais “somente as meninas” ou “somente as mulheres” auxiliam nas atividades domésticas cotidianas. Enfim, há crianças, adolescentes e idosos homens que não participam, deixando tal atividade somente para os indivíduos do sexo feminino (Quadro 12.3.9/29).

QUADRO 12.3.9/29 – ATIVIDADES COTIDIANAS EXERCIDAS NO IMÓVEL E QUEM PARTICIPA DA ATIVIDADE

Atividade	Realiza	Homem	Mulher	Crianças até 14 anos	Adolescentes (14/18 anos)	Idosos (mais 60 anos)
		Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
Plantio	Sim	85,49	41,97	5,18	14,51	13,47
	Não	14,51	58,03	94,82	85,49	86,53
Colheita	Sim	80,31	41,97	5,70	13,99	10,88
	Não	19,69	58,03	94,30	86,01	89,12
Atividades domésticas	Sim	23,83	91,71	7,25	11,40	7,25
	Só as mulheres	76,17	8,29	2,07	1,04	1,04
	Não	-	-	90,67	87,56	91,71

Fonte: CNEC/2004

i) Segurança Pública na População Rural

Quanto à imagem da população pesquisada em relação à segurança pública, para a quase totalidade das opiniões levantadas (96,89%), o local é considerado como “calmo e tranqüilo”. Somente 2,59% dos entrevistados consideram-no “um pouco violento” e ninguém o considera como “violento”, havendo um caso em que não opinou a respeito. Porém, quando comparado a dez ou vinte anos atrás, as opiniões se dividem, havendo pouco mais de 40% que acham o local “menos violento, mais calmo” e aqueles que acham a “mesma coisa”. Os entrevistados que consideram o local “mais calmo” apontam, principalmente, a diminuição da população como o principal fator para isso ter ocorrido. Nesse sentido, seriam inúmeras variáveis que contribuíram para a saída da população, como a desativação da mineração existente na região e a própria aquisição de muitos imóveis pela CBA. Os que avaliam que o local não mudou, em relação à violência, quando comparada ao passado, alegam que a região “sempre foi calma” ou pelo fato de “todos serem conhecidos” ou por “serem parentes” (Quadro 12.3.9/30). Uma vez mais, é uma evidência de que as relações

sociais, ainda mais evidenciadas do que na população urbana, de parentesco e de afinidade, são meios de convivência fundamental, bem como de controle social, não permitindo atos hostis entre a própria população.

Os poucos que consideram o local “mais violento” não mostram opiniões muito firmes a respeito. Alguns não souberam avaliar os motivos, havendo inúmeros que manifestaram opiniões que causam certo estranhamento, afirmando que o motivo seria exatamente a “falta de moradores”. Dentre os que opinaram com um pouco mais de convicção há os que dizem que “está vindo marginais de fora”. Tal opinião, de certa maneira, é corroborada pelas autoridades locais que apontaram haver certo aumento de incidentes percebidos, sobretudo, com a vinda de trabalhadores após a instalação do gasoduto na região ou com o desenvolvimento das atividades florestais. Uma outra opinião acerca do aumento da violência seria porque “a gente mais nova não se entende”, como os mais velhos ou antigamente. Essa última afirmação é muito interessante, pois pode ser um indício de que, exatamente o controle social, destacado acima, embora ainda exista, possa estar sofrendo um decréscimo em sua eficácia, o que, igualmente pode ser sinal de que está havendo transformações nas relações sociais tradicionais que formaram essa sociedade.

QUADRO 12.3.9/30 – OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA QUANDO COMPARADA AO PASSADO

Comparado a antigamente	Total	Percentual
Mesma coisa	87	45,08
Mais calmo	83	43,00
Mais violento	22	11,40
Não avaliou	1	0,52

Fonte: CNEC/2004

A imagem de lugar calmo, entretanto, se altera quando solicitada suas opiniões com a construção do empreendimento. Muitos não têm opinião formada, sendo que pouco mais de um terço não soube avaliar se haverá alterações na violência com a UHE. Apenas 6,22% acham que “ficará mais calmo”, sob a alegação de que viriam mais pessoas para o município, mas um entrevistado pressupõe que o “aumento de trabalho” poderia gerar essa transformação. Menos de 20% acham que permanecerá a “mesma coisa”, sendo que as principais alegações seriam: “maior geração de empregos”, o que compensaria um fator potencialmente gerador de violência que seria a falta de empregos, ou “a violência ficará só em Ribeira”, ou “porque aumenta o policiamento”. Para cerca de 40% do total, aumentará a violência, e a alegação mais significativa é o “aumento de pessoas desconhecidas” e, conseqüentemente do “movimento” local como gerador de mais violência. Assim como entre a população urbana entrevistada, esses últimos percebem a construção a UHE com um fator impactante, notadamente com o afluxo de trabalhadores e outras pessoas para a região, e sob as quais terá de haver algum tipo de controle social que ultrapasse as relações tradicionais estabelecidas naquela sociedade.

QUADRO 12.3.9/31 – OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA EM CERRO AZUL, COM A CONSTRUÇÃO DA UHE TIJUCO ALTO

Comparada ao passado	Total	Percentual
Mesma coisa	34	17,62
Não sabe	69	35,75
Mais calmo	12	6,22
Mais violento	78	40,41

Fonte: CNEC/2004

j) O Papel do Rio em Suas Vidas

O rio Ribeira de Iguape teve papel fundamental para a formação histórica de toda a região, constituindo-se, até a construção das ferrovias e, principalmente, das estradas de rodagem,

não apenas no meio de locomoção como na fonte da sobrevivência das populações ribeirinhas, como é o caso das famílias pesquisadas. Desta forma, seria importante averiguar qual o papel e a importância que o rio exerce hoje no cotidiano dessa população. O que se percebe, como era de se esperar, é que atualmente ele já não tem a importância de outrora, mas não deve ser totalmente desprezado. Se, hoje, o rio não é mais a principal fonte de “vida” dessa população, ele ainda é utilizado por uma parcela significativa da população para o lazer (pouco menos da metade) e para a pesca (quase 40%). No caso da pesca, como já citado anteriormente, quando da descrição dos hábitos alimentares, não se constitui apenas em lazer, mas é uma importante fonte de alimento e de renda indireta, porquanto a quase totalidade consome peixe e, desta, mais de 40% não o adquire, mas o obtém através da pesca. Por fim, ainda que o principal meio de locomoção atual (inclusive para se chegar aos imóveis rurais) seja a estrada, ainda assim, o rio continua a ser utilizado para locomoção por mais de 10% dos moradores locais. Há, além disso, aqueles que ainda utilizam o rio para o transporte de mercadorias, não obstante seja por apenas 3% da população.

QUADRO 12.3.9/32 – UTILIZAÇÃO DO RIO PELA POPULAÇÃO PESQUISADA

Utiliza o rio	Sim	Percentual	Não	Percentual
Locomoção	22	11,40	171	88,60
Lazer	84	43,52	109	56,48
Pesca	74	38,34	119	61,66
Transporte de mercadorias	6	3,11	187	96,89

Fonte: CNEC/2004

12.3.9.6. Considerações Finais

Os cinco municípios que integram a AID, segundo classificação do PNUD, apresentam IDH abaixo de 0,8, estando aquém do que seria desejável, isto é encontram-se numa faixa considerada como “IDH Médio” (0,5 a 0,8), tendo ainda muito que melhorar para atingir o patamar considerado ideal de condições de vida.

Quando comparados os indicadores sociais para o período de 1991 a 2000, observa-se uma tênue melhora nos índices gerais dos municípios, fruto, principalmente, do incremento dos indicadores de educação e longevidade. Quaisquer ações coordenadas em relação à saúde e educação surtem melhor efeito sobre índices que eram muito insatisfatórios. Daí a melhora relativa do IDH.

Dentre os municípios aqui considerados Cerro Azul é o que apresenta destaque com relação à melhora do índice, revelando um incremento de cerca de 21,0% para o período de 1991 a 2000. Em seguida tem-se Doutor Ulysses com 14,8% e Adrianópolis, 11,4%, no Paraná. Em São Paulo, Itapirapuã Paulista melhorou o IDH em 12,3% e Ribeira em 8,8%.

Outros estudos realizados por instituições contribuem significativamente para a compreensão das condições de vida de uma dada população, e o IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social)² é um deles cujos resultados reforçam as fragilidades sociais observadas na população da área de interesse, especialmente, nos municípios paulistas. O estudo leva em conta que, independentemente do grau de desenvolvimento de um determinado município, há parcelas de seu território cuja população está mais exposta ao que denomina de *vulnerabilidade social*. Tal fato decorre, em grande medida, de que o desenvolvimento socioeconômico não é incorporado de forma equânime por todos, devido às inúmeras desigualdades sociais já apontadas. Assim, as fragilidades e o desamparo institucional de cidadãos e aspectos subjetivos como a debilidade interna dos indivíduos ou famílias, de serem capazes de aproveitar as oportunidades que se lhes surgem, e assim por

² IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados- 2005 – São Paulo

diante. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social relaciona-se à maior ou menor capacidade de controlar aspectos que afetem o bem estar de um indivíduo, família ou segmento social, e não só relacionada à renda propriamente dita.

Segundo a instituição, em Ribeira 86% da população é classificada como de vulnerabilidade social “alta”, enquanto os demais 14% seriam de vulnerabilidade “muito baixa”. Em Itapirapuã Paulista, nada menos que 100% da população foi classificada como de vulnerabilidade social “alta”, sendo que o Seade a define como categoria que *“engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas”* (IPVS/SEADE, 2005: pp.7). Embora não existam dados para os demais municípios, observam-se indícios que faz supor que os mesmos podem apresentar situação social muito próxima à verificada para os municípios paulistas da área de interesse, revelados através das condições dos indicadores sociais, os quais espelham a realidade social dos mesmos.

Um exemplo é a situação da educação já destacada em Cerro Azul, notadamente o fato de existir uma significativa evasão escolar, a proporção considerável de jovens que não estudam depois dos 18 anos, e o atraso escolar em crianças são indícios que, grande parte da população pesquisada, apresenta-se com grandes dificuldades e sem qualificação suficiente para enfrentá-las ou agarrar as oportunidades que surgirem.

Os resultados dos estudos aqui realizados junto às populações urbana e rural, residentes na área de interesse do empreendimento, denotam que se tratam de segmento social que vivencia inúmeras carências e necessidades, mostrando-se com um quadro de significativa fragilidade social. Contribuem ainda, para reforçar essa condição, as fraquezas e o desamparo institucional dessas populações, aliadas à incapacidade de aproveitar as oportunidades que se lhes surgem.

Contudo, essa população não se constitui apenas num contingente indefeso ou fraco. Pelo contrário, há mecanismos sociais historicamente consolidados e estabelecidos através do parentesco e alianças, que muito os auxiliam na sobrevivência cotidiana e na administração das dificuldades.

A renda mensal auferida pela maioria da população entrevistada revela-se bastante insatisfatória, ou seja, o número de pessoas que vivem com menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal e menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo são bastante significativos. No entanto, cabe ressaltar que, no caso da população rural a situação ainda é mais problemática, denotando porque muitas famílias recebem benefícios governamentais e até mesmo de instituições beneficentes. Por outro lado, é verdade que a população rural tem a possibilidade de ter rendimento indireto através de sua produção (mesmo que de subsistência), que contribui favoravelmente para uma melhor sobrevivência imediata das famílias, o que pode ser percebido pelo consumo dos alimentos, muitos dos quais produzidos no próprio imóvel.

O tamanho das famílias nos meios urbano e rural difere. No rural, cerca de 3,87 indivíduos e no urbano 3,53 indivíduos por família. Trata-se de uma população estabelecida na região onde a grande maioria tem sua origem, e os poucos que não nasceram na própria região moram há muitos anos.

Trata-se de uma população basicamente adulta onde predomina a população acima de 20 anos de idade. A população de crianças (menor de 10 anos de idade) soma cerca de $\frac{1}{4}$ da população total, tanto para o urbano quanto rural. A faixa etária que corresponde aos jovens (11 a 20 anos) perfaz cerca de 20,0% no rural e 15,0% no urbano, indicando que o êxodo rural nesse grupo é pouco significativo.

As moradias são simples tanto da população rural como urbana. Na cidade predominam casas de madeira ou alvenaria com tamanho médio de 68m² com cerca de 5 cômodos. Na zona rural verifica-se a predominância de casas de madeira, pequenas com cerca de 56 m² e 4,7 cômodos.

O abastecimento de água é feito através de rede pública para a maioria das moradias da cidade e na zona rural é feita a captação de água em mina e no rio. Poucas moradias estão ligadas em rede de abastecimento.

A maioria das moradias possui banheiros internos com água encanada, e para o esgotamento sanitário são utilizadas basicamente fossas negras ou sépticas ou até mesmo jogando diretamente no rio. O lixo doméstico é recolhido pela prefeitura municipal na cidade e queimado na área rural.

No caso dos hábitos alimentares não foi observada diferença significativa entre a população rural e urbana. A dieta tradicional do “arroz com feijão” está presente no cotidiano da população em geral. Também há consumo de carnes, legumes e verduras. No caso da carne a mais comum é a bovina com uma variação de 2 a 3 vezes por semana. O peixe é o alimento que proporcionalmente é menos consumido e normalmente adquirido no comércio local.

A especificidade na formação da região e de sua população contribui sensivelmente na construção das redes de relações sociais, ainda significativamente, presentes até os dias atuais na população favorecendo a sua reprodução social. Tais relações baseiam-se em relação de parentesco e de afinidade, isto é, na origem os bairros rurais caracterizavam-se por serem compostos por famílias que exerciam significativa endogamia, “intra” e “interbairros”. Daí, quase todos se tornarem de alguma forma parentes entre si, não somente na localidade, mas na região. Como já mencionado as características de grupos de vizinhança, baseadas nas relações de parentesco e alianças ainda estão presentes na população. O levantamento de campo identificou que a maioria dos moradores possui parentes ou amigos no bairro, município e região circunvizinha cujas ligações ainda são estreitas e reforçadas através de constantes visitas e encontros. Embora sejam esses relacionamentos de significância eles não estão presentes numa cooperação ou mutirão para desenvolver uma determinada atividade (roçar, plantar, colher, construir casa etc) sendo essas tarefas realizadas basicamente pelo núcleo familiar.

Chama a atenção também, a inexistência de ligação dos moradores com instituições como sindicatos, ONGs, associações e outras. O resultado observado é que pouquíssimas pessoas são associadas a algum tipo de instituição.

ANEXO 01 – CÁLCULO DO UNIVERSO ESTIMADO

Informações preliminares

Universo total original estimado	281
----------------------------------	-----

Pesquisa de campo

A	Total de imóveis pesquisados	121
B	Nº de Imóveis com numeração original	97
C	Nº de Imóveis que se dividiram	12
D	Imóveis gerados a mais	32
E	Imóveis sem número (não constantes do original)	3

Variáveis a serem consideradas

F	Nº de Imóveis com numeração original sem Rocha/Vila Brito	96
G	Nº de Imóveis que se dividiram sem Rocha/Vila Brito	11
H	Imóveis gerados a mais, sem Rocha/Vila Brito	21
I	Razão de imóveis a mais (G/F)	1,909090 (1,91)

Variáveis a serem consideradas na estimativa em relação ao Restante do universo original

J	Sobramos {Universo total original menos imóveis com n ^{os} originais (97) sem Rocha/Vila Brito [281-96(F)]}	185
K	Estimativa de imóveis divididos {[11(G)/96(F)] ≈ [x/185 (J)]} → “x” é igual a	21
L	Estimativa de Imóveis a mais no restante do universo (J x I)	40
M	Estimativa de Imóveis a mais sem identificação no restante do universo {[3(E)/96(F)] ≈ [x/185 (J)]} → “x” é igual a	4
N	Estimativa de Imóveis totais do restante do universo (J + L + M)	229

Estimativa do Universo Total (somatória)

Q	Estimativa do restante de imóveis (N)	229
R	Amostra pesquisada (A)	121
S	Total do Universo estimado	350
T	Amostragem (percentual sobre o total do universo estimado)	34,57%

OBS.: 1. Apenas a título de curiosidade, o n^o de imóveis levantados (121) chega a 43,06% do universo inicialmente estimado, com base nas informações fornecidas pela CBA (281 imóveis).

2. Para os cálculos somente o Rocha/Vila Brito foi separado, pois é o único caso em que um único imóvel se dividiu em onze. Quanto à Ilha Rasa, foi incluída no total, pois apenas dois imóveis com numeração original se dividiram em mais de um imóvel.

3. O número de famílias entrevistadas e de UPAs, assim como suas respectivas proporções em relação ao universo total estimado não tem relação com o percentual da amostragem (S), pois há imóveis sem família ou UPA.